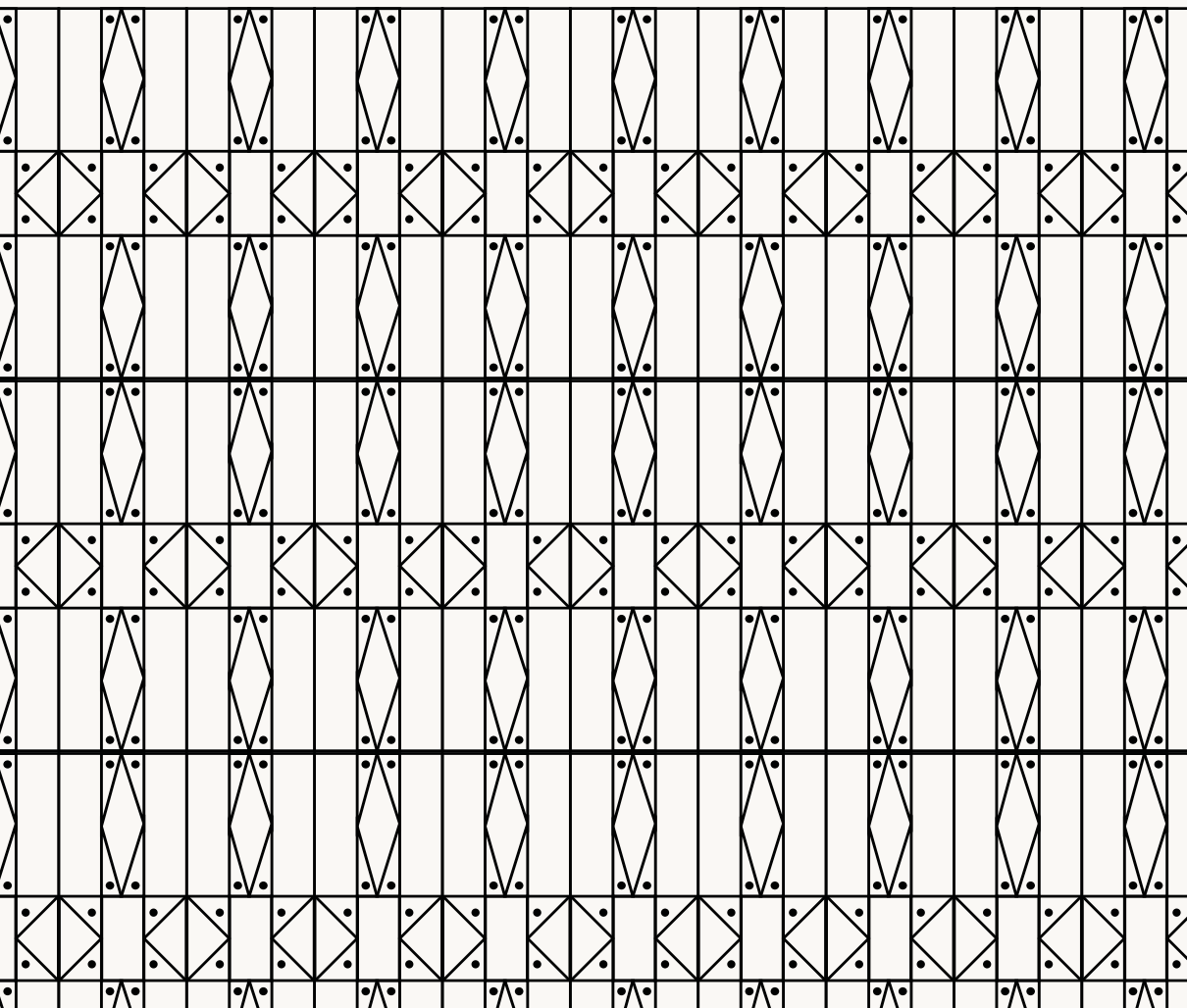


Clio diante do espelho acervos, arquivos e o ofício do historiador no Amazonas

Sidney Barata de Aguiar
Tenner Inauhiny de Abreu
(orgs.)

Clio diante do espelho acervos, arquivos e o ofício do historiador no Amazonas

Sidney Barata de Aguiar
Tenner Inauhiny de Abreu
(orgs.)



Governo do Estado do Amazonas

Wilson Miranda Lima
Governador

Universidade do Estado do Amazonas

André Luiz Nunes Zogahib
Reitor

Kátia do Nascimento Couceiro
Vice-Reitora

*editora***UEA**

Isolda Prado de Negreiros Nogueira Horstmann
Diretora

Maria do Perpetuo Socorro Monteiro de Freitas
Gerente Editorial

Wesley Sá
Editor Executivo

Raquel Maciel
Produtora Editorial

Isolda Prado de Negreiros Nogueira Horstmann (Presidente)

Adriana Távora de Albuquerque Taveira

Carlos Mauricio Seródio Figueiredo

Gislaine Regina Pozzetti

Josefina Diosdada Barrera Khalil

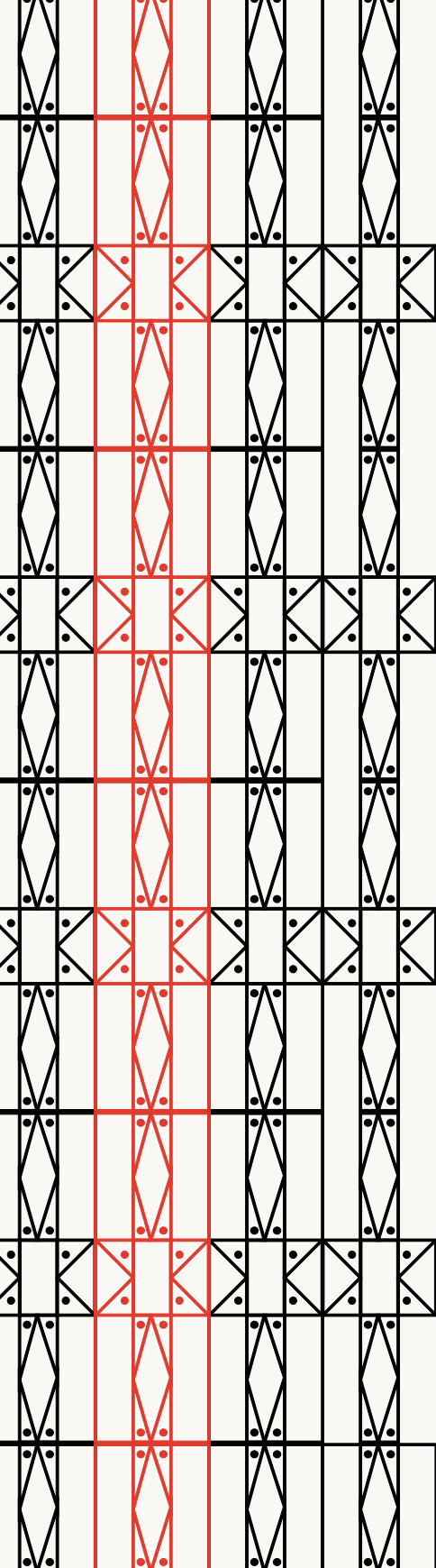
Katell Uguen

Orlem Pinheiro de Lima

Silvia Regina Sampaio Freitas

Vanúbia Araújo Laulate Moncayo

Conselho Editorial



Clio diante do espelho acervos, arquivos e o ofício do historiador no Amazonas

Sidney Barata de Aguiar
Tenner Inauhiny de Abreu
(orgs.)





Carlos Viana
Wesley Sá
Revisão

Raquel Maciel
Projeto gráfico e diagramação

Todos os direitos reservados © Universidade do Estado do Amazonas
Permitida a reprodução parcial desde que citada a fonte

Esta edição foi revisada conforme as regras do Novo Acordo
Ortográfico da Língua Portuguesa

C641
2024

Clio diante do espelho: acervos, arquivos e o ofício do historiador
no Amazonas / Orgs. Sidney Barata de Aguiar, Tenner Inauhiny
de Abreu. – Manaus (AM): Editora UEA, 2024
158 p.: il., color; [E-book]. – (Coleção: Anpuh)
Formato PDF

ISBN: 978-85-7883-687-0

Inclui referências bibliográficas

I. Pesquisas. 2. História do Amazonas. 3. Historiadores I. Aguiar,
Sidney Barata de. (Org.) II. Abreu, Tenner Inauhiny de. (Org.)
III. Título

CDU 1997 – 930.2 (811.3)

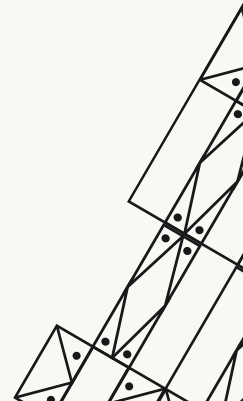
Elaborada pela bibliotecária Sheyla Lobo Mota CRB11/ 484

Editora afiliada

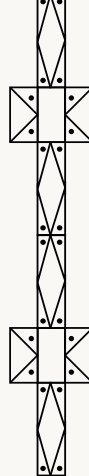
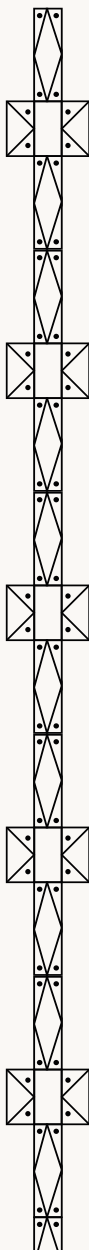
Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

*editora*UEA

Av. Djalma Batista, 3578 – Flores | Manaus – AM – Brasil
CEP 69050-010 | +55 92 38784463
editora.uea.edu.br | editora@uea.edu.br



Sumário



| 06 |

Prefácio

| 08 |

Apresentação

| 13 |

Imagens de uma cidade indígena: o uso de fotografias e as transformações da cidade de Tefé-AM (1960-1980)

| 36 |

Uma imagem, muitas possibilidades: um desdobramento da imagem de maroaga no tecido social de Presidente Figueiredo a partir das ações do movimento de apoio à resistência Waimiri-Atroari (Marewa)

| 58 |

Arquivos documentais e experiências missionárias na Amazônia: um estudo de caso sobre a atuação dos espiritanos em Tefé nas primeiras décadas do século XX

| 75 |

Os jornais têm muito a oferecer enquanto fonte na pesquisa histórica: apontamentos para um debate

| 94 |

“Faleceu da vida presente”: causa de morte entre os escravizados em Manaus 1860-1870

| 115 |

Interdisciplinaridade e história: corpo teórico e conceitos em movimento

| 135 |

Expressão e identidade de um povo: tradição histórica do festejo de Nossa Senhora de Guadalupe no município de Fonte Boa/AM

| 156 |

Sobre os autores

Coleção ANPUH-AM

Ao longo de toda a nossa gestão, buscamos incentivar um olhar ao mesmo tempo crítico e atento, criterioso e generoso para tudo aquilo que foi e vem sendo produzido sobre história no/do Amazonas. Da produção memorialística e laudatória até os dias atuais, nos mais diferentes espaços de sociabilidade intelectual do estado, a História, como disciplina e como campo de interesse, tem sido fundamental para pensar as identidades locais, suas relações com o nacional, bem como os projetos do tão propalado desenvolvimento aventados ao longo dos últimos tempos para o Amazonas e suas gentes.

Não à toa, o tema do VII Encontro Estadual de História é História do Amazonas: desafios e conexões. Desafios porque, claro, temos olhos voltados para o futuro. Esperançosos de que a interiorização da universidade pública siga dando frutos, multiplicando os temas, fontes e abordagens da historiografia amazonense. Ciosos também de que da articulação da comunidade historiadora brotem não apenas novos talentos individuais, professores-pesquisadores qualificados e competentes, mas igualmente – ou até principalmente – projetos coletivos capazes de dar conta da complexidade da tarefa em curso, da necessidade de revisitar os clássicos e superá-los (não em termos meramente cronológicos e qualitativos), tendo em vista as novas questões que se impõem [...] conexões porque entendemos que é preciso ainda nos expandir em várias direções: reforçar nossos vínculos com o

que se ensina e aprende – e com como se ensina e aprende História – no Ensino Básico, estabelecer diálogos mais críticos e criativos com as políticas de memória e patrimônio, com as novas tecnologias e as novas formas de divulgação histórica.

Por todas essas razões, concebemos e implementamos, através de edital, esta coleção de e-books. Ela não tem outras pretensões que não sejam atualizar o debate atual sobre os mais diversos temas de história e historiografia do Amazonas e, complementarmente, fazer chegar nas mãos dos professores da rede de Ensino Básico um material de fácil acesso, gratuito e de qualidade. É também um pontapé inicial, uma iniciativa que poderá ser replicada nas próximas gestões, de tal modo que possamos cumulativamente ampliar a produção e circulação de conhecimentos históricos no Amazonas.

Esperamos que as pesquisas reunidas em cada volume suscitem não apenas a apreensão curiosa dos leitores, mas também a produção de novos/outros trabalhos. Como qualquer coletânea, os textos podem ser lidos juntos ou separados e cada e-book pode ser aproveitado de acordo com os interesses de quem o consulta. Dessa forma, os capítulos podem ser recompostos e revirados. E todas as lógicas – e intensões iniciais dos autores – manejadas e reapropriadas pelos estudantes, professores e pesquisadores que com ela travarem contato. Desejamos a tod@s um excelente aproveitamento da nossa coleção.

Diego Omar da Silveira | Presidente da ANPUH-AM
Leandro Coelho de Aguir | Vice-presidente da ANPUH-AM



“Contar é muito, muito dificultoso. Não pelos anos que se já passaram. Mas pela astúcia que têm certas coisas passadas - de fazer balancê, de se remexerem dos lugares. O que eu falei foi exato? Foi. Mas teria sido?”

ROSA, J. G. *Grande Sertão: Veredas*.

Este dossiê, intitulado *Clio diante do espelho: Acervos, arquivos e o ofício do historiador no Amazonas*, pretende dar visibilidade às pesquisas, suas formas e práticas em História desenvolvidas em arquivos e acervos diversos, bem como descrever análises de fontes multifacetadas, que tiveram como abordagem documentos localizados nos acervos da capital e das cidades do interior do Estado do Amazonas.

Os capítulos, em via de regra, enfocaram os desafios da contemporaneidade, impostos aos historiadores na prática do ofício, a partir de ampla variedade de objetos, documentações e abordagens.

O que então uniu esses jovens historiadores na tessitura de suas tramas? As experiências, notadamente partilhadas, a partir das consolidações da História, enquanto disciplina acadêmica no Estado, nos corredores da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Unem-se à estas políticas públicas de consolidação do ensino superior, a Associação Nacional de História (ANPUH-AM), que, com a iniciativa de romper com uma divisão intelectual do trabalho, lança pela primeira vez uma série de dossiês com temáticas diversificadas, as quais,

sem a iniciativa, teriam as páginas como destino as teias de aranhas e, como ávidas leitoras, as traças.

Desde a criação do curso de História na Universidade Federal do Amazonas, na década de 1980, o ofício de historiador ganhou, no Estado, impulso referente à formação e qualificação profissional. Junto a expansão do Ensino Superior, a instituição implantou, ao longo destas quatro décadas, inúmeros projetos de pesquisas, fato que se consolidou e se ampliou com a implantação do programa de pós-graduação em História, nos anos 2000, e, nestas últimas décadas, o crescimento quantitativo do número de pesquisas esteve vinculado a este fenômeno. Com isso, deu-se ainda maior atenção a arquivos e instituições que custodiam os mais variados tipos de fonte, o que acabou se capilarizando também para acervos no interior do Amazonas.

É notória a importância dos arquivos para a sociedade como um todo, explorados de variadas formas, os documentos preservados, organizados e disponibilizados ao público em geral e aos pesquisadores em particular têm possibilitado recuperar dimensões históricas e culturais de sociedades passadas. Em que pese esse caráter salutar, muitos documentos do passado, eventualmente, têm chegado à atualidade mediante um processo de “entulhamento”. Não é raro identificar espaços cujos acervos se encontram desorganizados, não higienizados e, numa situação mais grave, em processo de desintegração.

Existem esforços acadêmicos em diversas áreas, em especial na História, de mobilizar energia no sentido de modificar essa realidade, que se faz presente em várias regiões do país. Recentemente, no Amazonas, vários projetos foram desenvolvidos visando à organização e disponibilização de acervos documentais, assentados em editais de agência de fomento e/ou instituições de Ensino Superior.

Levando tais fatos apresentados em consideração, este dossiê, intitulado *Clio diante do espelho: Acervos, arquivos e o ofício do historiador no Amazonas*, coordenado por nós professores

Sidney Barata de Aguiar e Tenner Inauhiny de Abreu, conta com sete capítulos que reúnem experiências de pesquisas resultantes de trabalhos em acervos e arquivos diversos no Estado do Amazonas.

Fabielle Ribeiro Esperança de Abreu, em *O uso de imagens na história: Transformações do espaço urbano de Tefé a partir de sua iconografia (1960-1980)*, analisa, utilizando imagens, as transformações do espaço urbano na cidade de Tefé-AM entre as décadas de 1960 a 1980. Nele, utilizando de imagens, localizadas no acervo da Rádio Educação Rural em Tefé-AM, a autora aborda as modificações do tecido urbano nas cidades do interior da Amazônia e, a partir de pesquisa documental, aponta para a ampliação das possibilidades de pesquisas utilizando como fonte as imagens, mostrando também a diversidade do acervo da Rádio Rural em Tefé.

Referente aos resultados obtidos, à luz de pesquisas na pós-graduação, destaca-se a apresentação de André Luiz Passos Araújo em *Uma imagem, muitas possibilidades: Um desdobramento da imagem de Maroaga no tecido social de Presidente Figueiredo a partir das ações do movimento de apoio à resistência Waimiri-Atroari (MAREWA)*. A temática indígena é o cerne do capítulo, que reúne a trajetória da população indígena Waimiri-Atroari e suas lutas por ideais em torno de políticas indigenistas. O autor utiliza imagens para demonstrar um cenário de relações sociais, das quais emergem indivíduos que tornam a história de um rico movimento, multifacetado e capaz de fornecer um panorama daquela sociedade em torno das questões indígenas e das reivindicações populares postas em pauta.

Arquivos e Cidades amazônicas: A geo-história como prática de pesquisa, apresentado por Jubrael Mesquita da Silva, descreve o trato com fonte primária presente no acervo documental da Rádio Educação Rural de Tefé-AM. Tal acervo conta com variados tipos de fontes, incluídas as audiovisuais. Conforme descreve o autor, o manuscrito, fonte principal do texto,

escrito em idioma francês, produzido a partir da atuação de missionários franceses espiritanos, entre 1914 e 1938, constitui-se em diário das visitas religiosas desobrigas dos religiosos católicos em missão no território do Médio e Alto Amazonas, sob influência da administração eclesiástica da Igreja. O autor descreve os procedimentos metodológicos na análise do manuscrito (digitalização, transcrição e tradução do documento) e como fez uso de imagens do acervo documental, contextualizando a produção do documento.

Em *Os jornais tem muito a oferecer enquanto fonte na pesquisa histórica: apontamentos para um debate*, Luciano Everton Costa Teles descreve a polissemia de periódicos enquanto documentos, à luz de referencial teórico-metodológico vinculado à história social, e apresenta também as possibilidades de prática de pesquisa em arquivos na cidade de Manaus.

Em *Faleceu da vida presente: Causa de morte entre os escravizados em Manaus 1860-1870*, Tenner Inauhiny de Abreu analisa as causas de adoecimento e morte entre escravizados na então província do Amazonas, a partir da análise dos arquivos eclesiásticos, notadamente livros de assentamentos de morte presentes na Cúria Metropolitana de Manaus.

Em *Interdisciplinaridade e História: corpo teórico e conceitos em movimento*, Sidney Barata de Aguiar retoma os caminhos percorridos na pesquisa para o doutorado. Ele objetiva com a pesquisa demonstrar um panorama imagético e sonoro da Cultura Hip Hop na cidade de Manaus, capital do Estado do Amazonas, através de lentes de câmeras de telefones celulares, imagens extraídas das redes sociais, músicas, sons, ilustrações, Qr-codes (códigos de barras bidimensionais), produções audiovisuais e gráficas; apresentando os quatro elementos artísticos da Cultura Hip Hop (*deejay, rap, breakdance e graffití*). Construindo, com isso, uma verdadeira radiografia de uma cultura das ruas que influencia o comportamento de uma parte

da juventude manauara e, ainda, neste excerto da pesquisa, o autor defende o diálogo interdisciplinar entre Ciência e Arte.

Em *Expressão e identidade de um povo: Tradição histórica do festejo de Nossa Senhora de Guadalupe no Município de Fonte Boa/AM*, Almeno Junior Costa de Moraes analisa a religiosidade popular do festejo da santa Padroeira Nossa senhora de Guadalupe no Município de Fonte Boa-AM. Inicialmente, apresenta um pouco da trajetória histórica e o desenvolvimento de origem da festividade no decorrer dos anos, utilizando conceitos e representações, buscando elementos cruciais na construção dos fatos que encaminham a festa por meio da identificação do lugar social, em que buscou recuperar os aspectos relacionados a História do festejo e sua importância cultural para os devotos e para o Município.

Somos gratos às instituições nas quais partilhamos nossas experiências formativas. A pesquisa nos acervos do Estado ainda é permeada de desafios, mas, apesar das agruras, faz parte do ofício do historiador. Nosso especial agradecimento à ANPUH-AM pela publicização desta obra.

Os organizadores, amigos de priscas eras, do bom e velho “vadião” do ICHL da UFAM, agradecem principalmente a confiança e experiências partilhadas pelos autores dos capítulos.

E, para terminar (ou começar?), da zona Leste de Manaus ao lago de Tefé na velha Ega, ficamos nós com as palavras do *rapper*: “Vamo que vamo que o som não pode parar”.

Prof. Dr. Sidney Barata de Aguiar
SEMED/SEDUC-AM

Prof. Dr. TennerInauhiny, de Abreu
CEST/UEA

Imagens de uma cidade indígena: o uso de fotografias e as transformações da cidade de Tefé-AM (1960-1980)

Fabielle Ribeiro Esperança de Abreu

Considerações iniciais

O presente capítulo, intitulado “Imagens de uma cidade indígena: o uso de fotografias e as transformações da cidade de Tefé-AM (1960-1980)”, tem por objetivo analisar a atuação de indígenas enquanto atores sociais nas transformações do espaço urbano da cidade de Tefé, a partir de um conjunto de fotografias depositadas no acervo da Cúria da Prelazia de Tefé-AM, entidade vinculada à Igreja Católica, sediada na Rádio Educação Rural, localizada na cidade.

As primeiras palavras de Anysio Jobim (1957) sobre Tefé e seus espaços de fronteira nos remetem há um passado remoto, porém no qual as populações indígenas eram decisivamente atuantes nas transformações das paisagens. Fato este tão relevante ao ponto de se nomear os lugares:

Em Tefé, no rio Solimões, há uma povoação por nome Caiçara, que é um símbolo vivo do comércio de cativar índios e encurralá-los como alimárias, até que fossem vendidos e distribuídos pelos povoados das margens dos rios. A denominação Caiçara indica esses

imun-dos cercados. O lugarejo até pouco tempo persistiu na geografia política com tal apelido, mudado para Alvarães (Jobim, 1957, p. 52).

Caiçara, atualmente denominada vila de Nogueira, às margens do lago Tefé, fronteira ao município de Alvarães, se constituiu, conforme Jobim (1957), a partir da captura de populações indígenas, que, como forma de resistência a política lusitana no vale, buscaram aldeamentos e fugas para os “sertões”.

Estas relações entre os portugueses e os indígenas, para Jobim (1957), não eram, entretanto, exclusivamente para a “preação” destes, reduzidos a cercas de taboca nas quais se depositavam as tartarugas, daí o termo Caiçara, tão valioso ao Pesqueiro Real ali instalado no período colonial:

‘Todavia, pondera Joaquim Nabuco, ‘nem sempre os portuguêses que iam ao sertão levavam o intuito de prender índios, muitos deles se insinuavam entre as tribos para comerciar, faziam vida comum com elas, tomavam os seus costumes, principalmente os que se aliavam com as índias’ (Jobim, 1957, p. 52-53, grifo do autor).

Praticar o comércio, prender indígenas e “se aliviar” com as mulheres, aparentemente, foram apagadas da memória dos habitantes de Tefé do século XX, que traduzem sua história como o patrimônio urbano do centro da cidade, com marcas significativas das instituições partícipes do controle social, como o Estado e a igreja católica. Atores sociais importantes, os indígenas foram relegados às periferias e comunidades, vistos, ao longo da segunda metade do século XX, numa lógica de exclusão ou infensos à história e ao progresso. Tijolos eram mais perenes que palha, penas e plumas.

Parece aleatória a citação a Jobim (1957), mas muitas de suas pré-noções sobre Tefé foram utilizadas por memorialistas

locais, por exemplo, para a justificativa da origem do nome da cidade.

Se hoje a cara leitora e o caro leitor, ao seguir estas palavras, franzem a testa, buscando os motivos pelos quais a ilustre desconhecida cidade de Tefé mereceria tanta importância, a ponto de se tornar objeto de estudos ou ser carinhosamente chamada de “princesinha do Solimões”, deixo mais uma vez ao encargo das mãos habilidosas de Jobim (1957) apontar-lhes os motivos.

Henry Bates, naturalista famoso por sua obra *O Naturalista no Rio Amazonas*, demorou onze anos na Amazônia e parte significativamente desse tempo passou na cidade de Tefé, definida por ele como plácida mística cidade de Tefé à beira do lago do mesmo nome (Jobim, 1957, p. 267).

O que a pacata Tefé, da segunda metade do século XIX, nos legou ao longo deste tempo? Que memórias e imagens a cidade construiu ao longo desses decênios?

A periferia do império brasileiro sofreu, após a independência, a reorganização de seus espaços quase como forma de justificar a influência da corte do Rio de Janeiro, no que Ilmar Matos (1988) denominou crescimento para dentro.

Com a modificação, os limites passavam pela serra de Parintins e não pelo outeiro de Maracá-açu, como o eminente delegado do rei fixara. O Tenente-Coronel José Joaquim Machado de Oliveira, Presidente do Grão Pará, remetia ao Ministro do Império Nicolau Pereira de Campos Vergueiro o plano administrativo e judiciário, que foi aprovado. Constava a Comarca do Alto Amazonas, sob a jurisdição do Pará, de quatro têrmos, Barra do Rio Negro, Luzéia, Tefé e Mariuá. Com a nova divisão o lugar da Barra do Rio Negro passava à categoria de vila, com o nome de Manaus. Elevada a esta graduação, com uma Câmara Municipal, ganhou prestígio e tornou-se o centro pensante da Comarca (Jobim, 1957, p. 153).

Tefé fazia parte, entre a adesão do Grão-Pará, ao império até 1850 com a criação da Província do Amazonas, da Comarca do Alto Amazonas.

Mas Jobim (1957) nos esclarece mais um dado importante, a origem e mudança de nome da antiga vila de Ega para cidade de Tefé:

Ega experimentava novo batismo. O nome primitivo Tefé, derivado da tribo dos Tapi, seus primeiros povoadores, voltava a individuar o vetusto povoado do Solimões. Maués readquiria o apelido de Luzéia, e Barcelos voltava a denominar-se Mariuá. Era um prurido de nacionalismo que brotava do Pará (Jobim, 1957, p. 153).

A cidade que apagou da memória os indígenas adotara, no século XIX, nome de seus antigos povoadores: os indígenas!

Tefé tem sua relevância nessa organização da Comarca. Era a então vila de Ega, um termo, ou vila cabeça de termo, com a tarefa de ser o pólo central irradiador da “colonização” de vastas terras incultas “entregues a solidão das matas” (Jobim, 1957, p. 153):

Manaus abrangia o baixo Amazonas, parte do rio Negro até Airão, e Solimões até Castro de Avelãs; Tefé enfeixava um mundo, todo o curso do dito rio Solimões, de Castro de Avelãs para cima, com os seus afluentes, inclusive o Japura, Luzéia projetava-se pelo Madeira e por toda a Mundurucânia, e Mariuá envolvia todo o vale do rio Negro, a cmeçar de Airão.

Um traço relevante destacado por Anysio Jobim é que Tefé era ao mesmo tempo centro da administração e lugar de populações indígenas no meio das matas no rio Solimões. Segundo ele, a cidade era

um símbolo vivo do comércio de cativar índios e encurralá-los como alimárias, até que fossem vendidos e distribuídos pelos povoados das margens dos rios. A denominação Caiçara indica esses imundos cercados. O lugarejo até pouco tempo persistiu na geografia política com tal apelido, mudado para Alvarães (Jobim, 1957, p. 153).

Tefé, desde o período colonial, possuía relevante destaque na região do médio Solimões, no vale Amazônico, para o Império lusitano. Para lá, diversas etnias se deslocaram em decorrência de políticas indigenistas, o que precocemente a transformou em área de aldeamentos missionários e, posteriormente, na vila de Ega, já no século XVIII.¹

A escrita da história local em busca de origens remotas, frequentemente, adota os ciclos políticos da história do Brasil para apontar as genealogias da atual cidade: povoamento, em analogia ao período das Missões religiosas, destacando-se padre Samuel Fritz e Frei André da Costa; vila (de Ega), descrita seja por funcionários do Império Lusitano como o Ouvidor Francisco Xavier de Ribeiro Sampaio ou viajantes naturalistas como Charles Lacondamine, na centralidade do lugar para a política portuguesa no vale amazônico e, a partir do século XIX, se desmembram da cidade os territórios dos municípios circunvizinhos da região do médio Solimões. Memorialistas, como Pessoa (2005), sintetizam significativamente essa visão por etapas e progressiva do passado da cidade, fatos que deixam

 1 Um exemplo tanto da potencialidade dos arquivos paroquiais quanto destes movimentos migratórios de etnias indígenas para o Médio Solimões encontra-se em Abreu (2022). O autor faz uso de uma compilação de dados extraídos de um livro de assentos de Batismo do Lugar de Nogueira e Vila de Ega 1789 a 1836. A tabela traz cerca de 841 registros de batismo, em sua maioria de indígenas com sua etnia declarada.

Cf. MENDES, E. S. S. *Etnia e Legitimidadena Vila colonial de Ega: Contribuições para a História Indígena na Amazônia 1800 – 1820*. Monografia. Universidade do Estado do Amazonas, Tefé/AM, 2018.

marcas na escrita acadêmica, como em Queiroz (2015) que reforça esses marcos históricos na política.²

Das fontes à compreensão por investigação

Estas mal traçadas linhas são resultado da pesquisa iniciada na graduação em História na Universidade do Estado do Amazonas - UEA, mais especificamente no Centro de Estudos Superiores de Tefé - CEST.

Apesar de inúmeros trabalhos individuais de professores e jovens pesquisadores, os acervos da cidade de Tefé ainda precisam de ações efetivas de trabalho arquivístico, preservação e divulgação do material coletado por nós junto à seção de documentação da rádio Educação Rural de Tefé, sede não apenas deste importante veículo de comunicação, mas também do acervo³ vinculado à igreja católica custodiado pela rádio.

 2 Como alternativa a visão memorialista ou muito fortemente política a respeito do período colonial na Amazônia, seguimos as pistas de Marilene Corrêa da Silva (1996), em que a autora, se pautando numa visão sociológica, histórica e usando elementos da literatura, aborda aspectos relevantes deste processo, enfatizando a conquista portuguesa no vale, participação de instituições como a Igreja, bem como fases históricas diferenciadas. Cf: SILVA, M. C. A Amazônia portuguesa, Amazônia indígena e Amazônia brasileira. In: SILVA, M. C. A. *O paiz das Amazonas*. Manaus: EDUA, 1996.

3 A Universidade do Estado do Amazonas realizou ações de Iniciação Científicas (PAIC) que resultaram na constituição de um inventário parcial dos documentos presentes na Rádio Educação Rural de Tefé. São aproximadamente 2.774 documentos organizados em 30 caixas de arquivos distribuídos em diversos temas: documentos, cartas, jornais, livros, apostilas, mapas, relatórios, livros de pontos atas de reuniões, cursos, formulários, projetos, informativos, boletins, encartes, programas de rádio, cadernos sobre os movimentos sindicais e as fotografias, fontes desta pesquisa. Descrição mais detalhada do acervo documental sob a guarda da igreja está descrita em: Cf. TELES, L. E. C.; ABREU, T. I.; TEIXEIRA, A. A. B. *História Social na Amazônia: Fontes paroquiais como suportes documentais na construção do conhecimento histórico*. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, p. 181-193, jul./dez. 2014.

O local que funciona como sede de documentação da prelazia da igreja católica de Tefé abriga uma polissemia de documentos, muitos deles pouco analisados pelos cânones da academia.

Saltou praticamente ao acaso em nossas mãos 272 fotografias em uma amostra de pouco mais de 2700 documentos diversos, que eram o lócus de nosso projeto de Iniciação Científica à época. Percebemos que muitas das imagens digitalizadas circulavam pelos acervos das populações locais, constituindo-se em via de regra em “imagens” do passado do lugar.

Observamos a predominância de imagens urbanas da cidade. Apesar disso, populações ribeirinhas e indígenas estavam representadas nas imagens e, na maioria das vezes, estavam vinculadas a ofícios realizados junto às dependências da igreja localizada na chamada “barreira das missões”. Conforme assinala Faulhaber (1992), entre as décadas de 1960 e 1980, intensificam-se a territorialização dos espaços de fronteira das terras indígenas, geralmente nas comunidades rurais, afastadas do centro urbano.

Este capítulo suscita o seguinte questionamento: por que as fotografias do acervo da rádio educação rural de Tefé, enquanto produto cultural, dão pouca visibilidade aos atores sociais indígenas e suas gentes nos espaços urbanos da cidade e, quando o fazem, vincula-os aos ofícios do mundo do trabalho?

Observamos, ainda na esteira de Faulhaber (1992), que as comunidades indígenas são neste espaço e temporalidade atores ativos nas transformações da cidade, mesmo que ainda em áreas periféricas. Nossa hipótese é a de que, ao retratar espaços urbanizados e membros da elite local (padres, políticos, professores), buscavam reforçar uma imagem de “centro” de Tefé como área relevante e civilizada do médio Solimões em oposição as comunidades rurais, periféricas e atrasadas, onde a presença indígena é reconhecidamente significativa.

Este capítulo surgiu dos espólios na monografia defendida no curso de História do CEST/UEA e da pesquisa iniciada a partir do Programa de Apoio a Iniciação Científica (PAIC/FAPEAM/UEA), no qual, entre 2012 e 2013, desenvolveu-se o projeto intitulado “Construindo História(s): organização do acervo do Seminário São José”.

Localizado na cidade de Tefé-AM, o prédio, mais conhecido na comunidade como “Seminário”, custodia um acervo de fontes pertencentes à Igreja Católica. Construído a partir da década de 1910, já foi sede da prefeitura apostólica e do Seminário, além de uma escola para menores órfãos, todas essas atividades vinculadas à igreja. Este prédio é para muitos moradores da cidade um dos símbolos mais representativos de Tefé. Por isso mesmo, as marcas da presença e atuação de membros da Igreja católica e de ordens religiosas, como a dos espiritanos, se confundem com a memória e história da localidade (Pessoa *apud* Queiroz, 2015).

Observamos que este acervo documental, localizado no já referido Seminário, apresentava, o que Frago (2014) classificou como fontes eclesiásticas, notadamente assentos de batismos em geral da igreja localizada na “Barreira da Missão”, local afastado da cidade, onde a ordem dos espiritanos iniciou suas atividades no final do século XIX (Pessoa, 2005).

O acervo documental, na cidade sob a guarda da igreja católica, está dividido e localizado em três espaços distintos: o Seminário São José, a secretaria da Catedral de Santa Teresa e a sede da Cúria, na Rádio Educação Rural de Tefé. Os limites e objetivos da Iniciação Científica, até aquele momento, nos fizeram centralizar os esforços de pesquisa (conhecimento e catalogação do acervo) no Seminário, porém pela organização administrativa da Prelazia sediar a Cúria no prédio da “Rádio Rural”, tivemos contato inicial com uma vasta quantidade de fontes: arquivos eclesiásticos, documentos do Movimento

Educação de Base (MEB) e livros, dentre tais fatos, o que mais despertou nossa atenção foram imagens antigas de Tefé.

Outros autores (Teles; Abreu; Teixeira, 2014) já mencionaram a relevância deste acervo para a constituição de arquivos na cidade. Aqui, nos cabe salientar que tais fotografias foram escassamente utilizadas como fonte de pesquisas e/ou aparecem em diversos trabalhos como mera ilustração e não, como assinalam Koury (2014) e Samain (2005), como texto.

De maneira sumária, observamos que tais imagens eram conhecidas por muitos moradores da cidade, sem, no entanto, conseguirmos detectar quem eram seus donos originais e as datas de suas produções, passamos, então, para uma tentativa de descrição de algumas delas, por serem identificadas pelos moradores da cidade como símbolos do espaço urbano de Tefé. Passo importante para a pesquisa em tela foi a publicação do artigo: *O uso de imagens na História: transformações do espaço de Tefé a partir de sua iconografia (1960-1980)*, de Esperança (2017).

As fotografias, tão caras às Ciências Sociais, notadamente Antropologia e Sociologia, enquanto “textos” (Koury, 2014; Samain, 2005) são potencialmente documentos que possibilitam uma compreensão deste processo sob um novo olhar. É nesse contexto que se insere este capítulo e acreditamos ser relevante à academia e a sociedade amazonense.

Tefé e sua centralidade

Queiroz (2015) assinala ser relevante a efetivação de uma periodização para se entender a centralidade da cidade de Tefé, a partir de sua formação histórica. O autor descreve tal formação em três períodos do que denomina intervalos cronológicos que “*permitem enxergar os momentos e os marcos mais relevantes que subsidiam a gênese dos fluxos pertinentes a Tefé na região do Médio Solimões amazonense*” (p. 39, grifo nosso).

O primeiro período, segundo Queiroz (2015), a partir do que chama de sítio de Tefé e possibilidades de valorização do espaço Amazônico, compreenderia a contextualização da criação das primeiras povoações/aldeias europeias, processo em que ele destaca a criação da Vila de Ega. Tal fato teria relevância pois

vinculado as primeiras tentativas de estabelecer na Amazônia, região do “Eldorado”, uma colônia mercantil frente a um desafio enorme de “desnaturalizar” o mundo amazônico pelos missionários de diferentes ordens religiosas e agentes diversos (Queiroz, 2015, p. 39).

O segundo período, ainda para Queiroz (2015, p. 39), evidenciaria a valorização do território tefeense a partir da análise das narrativas dos fatos importantes ocorridos no século XVIII: as primeiras tentativas portuguesas para delimitação do território e direcionamento da soberania frente aos interesses de outros países europeus na região, assim como a ocupação do sítio e desenvolvimento de uma organização espacial a partir da elevação de Tefé a cidade.

E o terceiro período, para Queiroz (2015, p. 39), abordaria a consolidação do uso político e econômico de sua posição estratégica e os motivos que possibilitaram a Tefé exercer um papel atrator/irradiador de fluxos. Discutindo os fatos mais relevantes decorrentes das iniciativas da população e do governo de encaminhar uma integração territorial à formação socioespacial brasileira.

Tefé cresceu as margens do rio do mesmo nome. As imagens da cidade a partir das fotografias de cidadãos tefeenses apresentam prédios, praças e igrejas, o que demonstram, com o passar dos anos, o crescimento da cidade. Ao longo do século XX, observamos, a partir de imagens coletadas nos arquivos locais, que houve significativa mudança

no espaço urbano da cidade. Fotos de casas, prédios oficiais, locais públicos ou privados, que formam a memória social dos indivíduos que nasceram ou simplesmente moram na cidade, demonstram claramente uma alteração no espaço urbano da cidade principalmente a partir da década de 1960 a 1980. Entretanto, tais imagens pouco apresentam atores sociais importantes para a formação da cidade, como os indígenas.

A cidade de Tefé, como vimos em Queiroz (2015), desde o período colonial, tem seu papel de destaque por ser um dos pontos de passagem do Médio Solimões. A ocupação inicial do que hoje é a cidade de Tefé surgiu a partir da formação de agrupamentos missionários ainda no século XVIII. A antiga missão hoje transformada em cidade sofreu constantes mudanças no seu espaço inicial de ocupação. Portanto, como identificar e compreender tais transformações?

O espaço urbano que se modifica constantemente é captado ao longo do século XX a partir das imagens dos principais pontos que constituem o aparelho urbano da cidade. Compreender tais transformações de Tefé, a partir da coleta e análise de fotos da cidade, nos auxiliam a descrever e compreender o processo de formação do espaço urbano não apenas de seus principais ícones (Seminário, Catedral de Santa Teresa, etc.) mas também das transformações ocorridas do espaço urbano a partir da ação das suas populações, notadamente de indígenas transformando o espaço da cidade. É de suma importância para se compreender a respeito da constituição da memória social do lugar.

Atingir o “real” através das relações a partir das representações, segundo Pesavento (1995), implica partir de um determinado referencial teórico. Para Chartier (1991) toda reflexão metodológica enraíza-se numa prática histórica particular. Chartier (1991), em consonância com Pesavento (1995), afirma que a noção de representação coletiva faz a partir de um retorno a Durkheim e Mauss e, conseqüentemente,

autoriza uma articulação do conceito de mentalidade com três modalidades de relações com o mundo social:

(...) de início um trabalho de classificação e de recorte que produz configurações intelectuais múltiplas pelas quais a realidade é contraditoriamente construída (...) em seguida, as práticas que visam a fazer reconhecer uma identidade social, a exhibir uma maneira própria do ser no mundo, (...) enfim, as formas institucionalizadas e objetivas em virtude das quais 'representantes'(instancias coletivas ou individuais singulares) marcam de modo visível e perpetuo a existência do grupo, da comunidade ou da classe (Chartier, 1991, p. 183).

Para Chartier (1991), a noção de representação é central para a sua concepção de história cultural, que se baseia, segundo Pasavento (1995), na correlação entre práticas sociais e representações.

Fontes além do papel, o audiovisual, notadamente, a partir da década de 1970 e 1980, ganhou espaço na pesquisa histórica. Metodologicamente, hoje, tais fontes são vistas pelos historiadores como primárias, apesar de ainda possuírem estatuto paradoxal. Napolitano (2003) descreve quais seriam as fontes audiovisuais e como são vistas pelos historiadores, da seguinte forma:

Por um lado, as fontes audiovisuais (cinema, televisão e registros sonoros em geral) são consideradas por alguns, tradicional e erroneamente, testemunhos quase diretos e objetivos da história, de alto poder ilustrativo, sobretudo quando possuem um caráter estritamente documental, qual seja, o registro direto de eventos e personagens históricos. Por outro lado, as fontes audiovisuais de natureza assumidamente artística (filmes de ficção,

teledramaturgia, canções e peças musicais) são percebidas muitas vezes sob o estigma da subjetividade absoluta, impressões estéticas de fatos sociais objetivos que lhes são exteriores. A questão, no entanto, é perceber as fontes audiovisuais e musicais em suas estruturas internas de linguagem e seus mecanismos de representação da realidade, a partir de seus códigos internos. Tanto a visão 'objetivista' quanto o estigma 'subjetivista' falham em perceber tais problemas (p. 235-236, grifo do autor).

As pesquisas históricas ao utilizarem fontes audiovisuais herdam também, como vimos, questões de teoria e de método. Napolitano (2003) aponta que há um conjunto de possibilidades metodológicas existentes nas abordagens de historiadores que utilizam fontes não-escritas, assinala a necessidade de articular linguagens técnico-estética das fontes, o que chama de representação da realidade histórica ou social, e destaca a relevância de se realizar a crítica da fonte levando-se em consideração sua natureza. A aproximação com outras áreas é importante, porém não descaracterizaria a disciplina histórica.

A imagem possui lugar tanto no conhecimento vulgar quanto nos domínios científicos, não dispondo, portanto, de um lugar único. Esta questão em torno da visualidade foi se tornando componente fundamental da sociedade e a medida que a imagem visual e suas modalidades foram penetrando diversos espaços e temporalidades, foi-se perdendo definição e especificidade (Meneses, 2012). Na sociedade contemporânea, portanto, para Meneses (2012), a questão da imagem, vai além de método, ou interdisciplinaridades/transdisciplinaridades. Não há, assinala o autor, como unificar e normatizar critérios e abordagens universalizantes, pois tal pluralidade permitiu abrir novas perspectivas para a produção do conhecimento histórico. A este respeito, o autor ressalta que:

(...) é imprescindível que o historiador rompa as limitações nas quais se deixa com frequência aprisionar pela redução da imagem apenas a 'documento visual' e a tarefas taxonômicas e de leitura iconográfica. É igualmente crucial que o pesquisador se familiarize com as inúmeras variáveis que definem a natureza da imagem e a multiplicidade de significados e papéis que ela pode assumir historicamente, e, ainda que não deva percorrer todos os caminhos previstos, não pode ele se furtar a uma cartografia em que são incessantes os desdobramentos fornecidos pela antropologia, pela sociologia, pela história, pela história das técnicas, pela história da arte, pela psicologia e psicanálise, pelas ciências da percepção e da cognição, da comunicação, da informação e da computação, pela neurofisiologia pela neuroestética, pela filosofia e pela estética, pela semiótica e pela linguística, pelos estudos culturais, de cultura material, de cultura visual (Meneses, 2012, p. 243).

Meneses (2012), na passagem acima, ressalta a importância de observar a imagem como documento completo e complexo e, para tal, sinaliza com uma discussão com outras áreas de forma mais aproximada. Tal crítica ao uso de imagens como fontes pode ser ampliada, quando ainda temos na academia a predominância de uso de documentos escritos e a flagrante superficialidade nas abordagens interdisciplinares, o que leva a atrasos em discussões nos usos de conceitos e metodologias, usados pela história e surgidos em outras ciências sociais, muitas listadas pelo autor.

As abordagens mais utilizadas pelos historiadores para a análise de imagens visuais têm inspiração em Erwin Panofsky. Denominada de iconografia, tal abordagem privilegiaria, a partir da segunda metade do século XX, o significado das imagens a partir da semiótica, constituindo um contexto de reação explícita contra o formalismo da história da arte.

A respeito dessa relação entre iconografia e semiótica, Meneses assinala que, ambas “compartilham o tratamento da imagem predominantemente como um suporte signico e tendem a nele identificar propriedades intrínsecas suficientemente estáveis” (2012, p. 244).

Meneses (2012) destaca o papel descritivo, classificatório e comparativo da iconografia, que “reduzida à sua versão mais simples, porém, melhor seria reconhecer que a pesquisa iconográfica busca identificar na imagem a significação interna de significações externa” (Boem *apud* Menese, 2012, p. 244).

Não apenas a iconografia seria utilizada na análise de imagens. A iconologia implicou um passo adiante nas elaborações de teorias e novas perspectivas, tornando-se um termo mais amplo que absorveu o primeiro. Iconologia surgiu destinada a suprir necessidades de artista para representar virtudes humanas.

A fotografia

Ainda no campo dos usos dos artefatos culturais, frutos de mudanças significativas na consciência histórica, Mauade Lopes (2012) destacam que os estudos sobre fotografia foram incorporados pela disciplina de História em seu conjunto de fontes e documentos. Para eles:

O cruzamento entre a imagem fotográfica e a história se dá a partir do estatuto técnico das fotografias e seus sentidos de autenticidade e prova, que as transformam em testemunhas oculares de fatos. A evidência histórica e a imagem são constituídas por investimentos de sentido, e a fotografia pode ser um indício ou documento para se produzir uma história; ou ícone, texto ou monumento para (re)apresentar o passado (Mauad; Lopes, 2012, p. 263).

Aqui a fotografia é descrita como imagem/documento, e imagem/monumento em alusão a Le Goff. Como documento, a imagem, no caso a fotografia, seria a marca do passado, materialidade sobre determinados aspectos desse passado. No segundo caso, a fotografia é definida como símbolo, aquilo que no passado foi estabelecido como imagem cristalizada ao futuro (Mauad; Lopes, 2012). É importante relembrarmos o contexto do chamado presentismo e lugares de memória em Hartog e Nora. O que Mauad e Lopes (2012) classificam como revolução na consciência histórica acabou ampliando os horizontes das investigações historiográficas. Tal fenômeno incorporou um amplo conjunto de registros não apenas verbal escrito. A História ampliou sentidos para compreender que as imagens registram experiências visuais. A respeito do que seriam tais experiências, Mauad e Lopes (2012) assinalam:

São múltiplas as experiências embutidas na prática de fotografar, consumir imagens e agenciar seus usos e funções sociais, daí a impossibilidade de definir fotografia no singular. A pluralidade de sentidos que podem ser atribuídos às fotografias revelam suas transformações no curso da experiência histórica contemporânea e obriga considerar qual o problema que essa fonte busca resolver, ou, ainda, qual a questão que necessariamente se levantou e para a qual somente as fotografias teriam a resposta (Mauad; Lopes, 2012, p. 264).

O século XX e XXI, retomando uma herança oitocentista, reforçou o estatuto realista da representação fotográfica e se atualizou como documento ao ser incorporada pelas artes visuais (Mauad; Lopes, 2012).

Aqui temos a aproximação com a antropologia, principalmente a uma espécie de ramo, a antropologia visual. Não só como curiosidade pela imagem do “outro” ou de outras

sociedades, mas como práticas relacionais que estabelecem possibilidades de convivências e de novos trabalhos etnográficos (Mathias, 2016).

Antropologia visual

As imagens para Samain (2005, p. 118) descrevem uma realidade e tornam entre outras coisas, a partir de diversas operações descritas em função de suas especificidades, o mundo mais inteligível. Para o autor, a fotografia, bem como a natureza do visual fotográfico fala de certa maneira da cultura.

Samain (2005, p. 119) assevera ainda a existência de uma lógica de funcionamento da fotografia, assinala a necessidade de pensar nas limitações existentes no material fotográfico, sendo a fotografia descrita como um “texto” de natureza particular, que apresenta limite, destaca, ainda, ser importante a criação de instrumentais teóricos de decodificação do que chama produto visual fotográfico, que levem em conta o contexto sociocultural de sua produção, descreve a última década do século XX como fundamental para o desenvolvimento do que classifica como uma “antropologia visual”, que ressalta as múltiplas possibilidades de diferentes abordagens no trato antropológico e sociológico da fotografia.

É importante destacar que ao se falar de uma antropologia visual, conforme (Samain, 2005, p. 122) faz-se necessário pensar visualmente os dados da natureza e os fatos da cultura. As imagens, para a antropologia oferecem potencialidade inovadora de complementação a outras linguagens como a fala e a escrita. A palavra para Samain (2005, p. 123) nasce da imagem, ou seja, a escrita é uma imagem e não apenas transcrições de palavras.

A respeito da fotografia, Samain (2005, p. 125) afirma que ela nos possibilita a utilização do que ele chama de impacto da eletrônica, sendo que a antropologia visual

deve buscar extensões para além do uso da fotografia como simplesmente meras representações do real. Estariam por nascer na antropologia, a partir das produções de imagens e dos instrumentos de comunicação, novas possibilidades de enriquecer o discurso da antropologia, bem como sua relação com a comunicação.

Do “centro” da floresta para a “Beira” da Estrada

Conforme assinala Faulhaber (1992, p. 35), grande parte das comunidades ribeirinhas que hoje constituem a cidade de Tefé se formaram a partir de grupos de posseiros de origem indígena. Estes atores sociais, segundo a autora, classificados como pequenos produtores integrados ao mercado via cadeia de comercialização, se inserem em um processo no qual a sociedade regional passa por transformações das relações sociais, que alteram práticas e valores dos mesmos atores. Apesar disso, ainda persistem manifestações da identidade étnica notadamente em áreas das comunidades como a da “barreira da missão”, um terreno de propriedade da Prelazia de Tefé em nome da “sociedade brasileira do espírito santo”.

Faulhaber (1992, p. 36) observa uma diferenciação étnica nesta comunidade localizada no terreno da prelazia. Segundo a autora, na “barreira de baixo”, encontrava-se um grupo de cocamas e na “barreira do meio” estavam os cambebas e ticunas.

Outras comunidades ribeirinhas, conforme destaca (Faulhaber, 1992, p. 37), eram constituídas por grupos de indígenas miranhas e cambebas, geralmente interessados em fundar aldeias. O grupo da barreira da missão do meio, segundo a autora, era constituído no final da década de 1980 por alianças entre índios ticunas, caixanas e cambebas que haviam migrado do alto Solimões a partir dos anos de 1960.

As presenças destes atores sociais permitem não apenas a mera constatação da presença de diversas etnias na

cidade de Tefé. Para Faulhaber (1992, p. 42), a historicidade e territorialidade das relações sociais entre grupos indígenas e ribeirinhos do médio Solimões são operativas e devem ser inseridas no que a autora descreve como relações de oposição como “centro/beira” (Velho *apud* Faulhaber, 1992). Para a autora, o “centro” seria relacionado a floresta, enquanto desconhecido e natureza descontrolado, já a “beira” é associada à civilização, ao comércio, a cultura, colocando os indígenas em contato com elementos da urbanização e da cidade.

Faulhaber (1992, p. 45) afirma ainda que a definição da territorialidade indígena gerou alterações do grupo com as áreas limítrofes a cidade de Tefé, notadamente suas atividades agrícolas.

O texto em tela tem caráter de pesquisa documental e bibliográfica, na medida em que toma como fundamental o fazer da história da cidade Tefé a partir do uso de imagens.

A partir do levantamento das fontes pode-se investigar os fatores que contribuíram para a construção no imaginário social da sociedade tefeense e as representações sociais que construíram ao longo do tempo em relação aos espaços urbanos da cidade de Tefé e a atuação de indígenas enquanto atores sociais.

Figura 1 - Olaria da Missão



Fonte: Seção de Documentação Rádio Educação Rural de Tefé

Figura 2 - Pe. Quintino e seus alunos da Missão



Fonte: Seção de Documentação Rádio Educação Rural de Tefé

Considerações finais

Longe de cristalizar uma história descarnada e observando os limites da fotografia enquanto fonte, objetivava-se descrever as transformações do espaço urbano em Tefé partir das imagens coletadas no acervo da rádio Rural. Deu-se maior destaque aos prédios vinculados à igreja católica ou as instituições que demonstravam a importância da cidade para o médio Solimões. Muitas destas imagens, não inseridas no corpo do artigo, entretanto, apresentavam como tema a atuação de religiosos nas oficinas da já mencionada “Barreira da Missão”. Imagens de ribeirinhos e indígenas sendo instruídos em ofícios e conseqüentemente no chamado mundo do trabalho.


Estes atores sociais, que estão ainda hoje presentes nas 171 comunidades rurais que formam a cidade de Tefé, como assinala Queiroz (2015), estão ausentes nas imagens que representam o centro da cidade e, quando são retratados, aparecem, principalmente, no contexto da atuação da igreja católica nas comunidades e como artífices.

Estas comunidades ribeirinhas possuem forte presença de indígenas e seus descendentes, como assevera Faulhaber (1992). O “centro” (da mata) e a “beira” (da estrada), confundem-se cada vez mais. Estamos diante de uma cidade indígena? Ou com indígenas?

As imagens do passado da cidade de Tefé consubstanciam os ideais de urbanização e civilidade. Cristalizam na memória social uma versão sobre o passado, na qual determinados atores sociais (os indígenas) são relegados à periferia e ao subdesenvolvimento, à maneira de Wagley (1988). Em determinados aspectos, a escrita da história local reforça essas pré-noções, ao idealizar um passado áureo, contraditoriamente cheio de prédios e ausente de pessoas, ao relegar as populações indígenas e ribeirinhas às periferias e reservar como único lugar possível a estes atores, na História, o de mão-de-obra.

- ALBUQUERQUE, M. B. M.; KLEIN, L. E. Pensando a fotografia como fonte histórica. In: *Cadernos de saúde pública*, RJ, v.3,n. 3, p. 297-305, 1987. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X1987000300008>. Acesso em: out. 2022.
- CHARTIER, R. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, v. 5, n. 11, p. 173-191, 1991. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8601>. Acesso em: out. 2022.
- ESPERANÇA, F. R. O Uso De Imagens Na história: Transformações Do espaço Urbano De Tefé a Partir De Sua Iconografia (1960- 1980). 2018. *Em tempo de História*, n. 31, 2017. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/emtempos/citationstylelanguage/get/chicago-author-date/submitmissionId=14720&publicationId=12363>. Acesso em: out. 2022.
- FAULHABER, P. *O lago dos espelhos: um estudo antropológico das concepções de fronteira a partir do movimento dos índios em Tefé/Am*. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas/ Unicamp. 1992.
- JOBIM, A. *O Amazonas sua história*. Companhia Editora Nacional. 1. ed. Brasileira: São Paulo, 1957.
- KOURY, M. G. P. O universo das imagens. *EducereEducare*, Unioeste Campus de Cascavel, v. 9, n. 17, p. 317-321, jan./jun. 2014.
- MAUAD, A. M.; LOPES, M. F. B. História e Fotografia. In: CARDOSO, C. F. S.; VAINFAS, R. *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- MENDES, E. S. S. *Etnia e Legitimidadena Vila colonial de Ega: Contribuições para a História Indígena na Amazônia 1800 - 1820*. Monografia. Universidade do Estado do Amazonas, Tefé/AM, 2018.
- MENESES, U. T. B. História e imagem: iconografia/iconologia e além. In: CARDOSO, C. F. S.; VAINFAS, R. *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- NAPOLITANO, M. *Como usar o cinema na sala de aula*. São Paulo:Contexto, 2003.
- PESAVENTO, S. J. Relação entre história e literatura e representação das identidades urbanas no Brasil (séculos XIX e XX). *Anos 90*, v. 3, n. 4, p. 115-127, 1995. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/1983-201X.6158>. Acesso em: out. 2022.
- PESSOA, P. L. *História da Missão de Santa Teresa D'Ávila dos Tupebas*. Manaus: Novo Tempo. LTDA, 2005.





QUEIROZ, K. O. *Centralidade periférica e integração relativizada: uma leitura de Tefé no Amazonas*. 2015. 325f. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciência Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

SAMAIN, E. Antropologia visual e fotografia no Brasil: vinte anos e muito mais. *Cadernos de antropologia e imagem*, Rio de Janeiro, n. 21, 2005.

SILVA, M. C. *O país das Amazonas*. Manaus: EDUA, 1996.

TELES, L. E. C.; ABREU, T. I.; TEIXEIRA, A. A. B. História social na Amazônia: fontes paroquiais como suportes documentais na construção do conhecimento histórico. *Acervo*, [S. l.], v. 27, n. 2, p. 181-193, 2014. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/449>. Acesso em: out. 2022.

WAGLEY, C. *Uma comunidade amazônica: estudo do homem nos trópicos*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

Uma imagem, muitas possibilidades: um desdobramento da imagem de maroaga no tecido social de Presidente Figueiredo a partir das ações do movimento de apoio à resistência Waimiri-Atroari (Marewa)

André Luiz Passos Araújo

Considerações iniciais

O trabalho de investigação histórica já tem como consolidado o potencial que os estudos das imagens e suas trajetórias no espaço e no tempo possuem para a historiografia. Não é por acaso que pululam pesquisas que partem desse elemento como importante fonte. Aqui, materializa-se mais um dentre tantos, e que se dedica a apresentar uma das tantas faces que uma determinada imagem trouxe à tona durante os anos de pesquisa na pós-graduação. Falo sobre a imagem do indígena Itxi do grupo étnico Waimiri-Atroari, mais conhecido como Maroaga, que dá nome a muitos espaços – públicos e privados – no município de Presidente Figueiredo. Seu semblante, capturado pelas lentes do fotógrafo Paul Lambert em 1972 e depois estilizado em desenho pelo artista Diô Viana em 1983, estampou uma série de materiais de campanha em defesa dos direitos do seu povo ao longo dos anos de 1980.

Foi na investigação a respeito da importância dessa imagem, que se percebeu uma dinâmica social bastante

interessante e de muitas dimensões, uma vez que a disposição dessa imagem recebe sentidos diversos ao longo do tempo e se transforma em interessante objeto de discussão e atribuição de sentidos dos grupos que a fazem circular.

Com vistas de tentar efetuar uma análise marcadamente social e histórica da imagem, procurou-se levar em consideração a proposta de Menezes (2003, p. 14), de que a imagem é, ela mesma, vinculada a uma realidade histórica e social que está sujeita a ser resignificada ao longo do tempo e apropriada, abandonada e até reapropriada conforme os interesses da sociedade em sua experiência cotidiana. Dessa forma, a análise de uma imagem se transfere do campo do visível para o do visual, ou seja, para o conjunto de elementos e sentidos associados à imagem, confluindo para uma análise do todo, daquilo que lhe cerca e confere um valor ou sentido construído socialmente e historicamente. Não obstante,

nessa passagem do visível para o visual foi necessário reconhecer e, de certa maneira, integrar três modalidades de tratamento: o documento visual como registro produzido pelo observador; o documento visual como registro ou parte do observável, na sociedade observada; e, finalmente, a interação entre observador e observado (Menezes, 2003, p. 17).

Com essa premissa, expõe-se neste texto um dos tantos cenários produzidos nas relações sociais entre os sujeitos que conviveram com essa imagem, mais especificamente a imagem apropriada pelo Movimento de Apoio à Resistência Waimiri-Atroari – MAREWA durante a instalação da Paróquia dos Santos Mártires e Nossa Senhora Aparecida em Presidente Figueiredo pela Prelazia de Itacoatiara, e seus planos para fomentar uma ação pastoral em defesa daqueles indígenas.

O trabalho da pastoral indigenista empreendido pela Prelazia de Itacoatiara, desde os anos de 1970, estabeleceu ao longo dos anos uma profunda relação com a população Waimiri-Atroari. Isto não apenas pelo fato daquela população encontrar-se circunscrita, boa parte, à área de atuação daquela jurisdição religiosa, mas também pelas intensas campanhas empreendidas pelo Conselho Missionário Indigenista - CIMI que concentravam esforços na denúncia dos abusos cometidos e planejados pelo Estado naquele período de intensificação das políticas de Integração Nacional gestadas durante a Ditadura do Regime Civil-Militar.

Esse movimento em direção àquela população estava fortemente inspirado pelos ideais de missionação que se balizaram a partir do Concílio Vaticano II e das conferências episcopais de Medellín e Puebla, onde a Igreja Católica na América Latina se volta às questões sociais e às desigualdades, assumindo uma postura que opta pelos pobres e excluídos (Delgado; Passos, 2003).

É com esse espírito missionário e pastoral, e com o acúmulo das lutas advindas desde o início dos anos de 1970, somado ao aprofundamento das políticas de integração nacional que quase extinguiu a população Waimiri-Atroari, que surge, em 1983, o Movimento de Apoio à Resistência Waimiri-Atroari - MAREWA. Para título deste texto, vale compreender que este movimento tinha por objetivo aumentar a adesão de entidades e pessoas para juntar vozes contra os abusos cometidos pelo Estado junto àquela população indígena (Marewa, 1983). Para isso, compôs uma série de estratégias de conscientização, incluindo aí, a criação de uma imagem que representaria o movimento. É esta imagem sobre a qual está reflexão se debruça.

A imagem de Maroaga como elemento de identidade do indigenismo da prelazia de Itacoatiara

O certo, apesar da forma como essa imagem pode ser notada, é que ao pronunciar as demandas dos Waimiri-Atroari a partir dela, o movimento sempre procurará usar a representação de Maroaga como objeto não apenas de identificação do grupo, mas como objeto que sintetiza a situação daquela população indígena.

Essa estratégia de comunicação por meio de um símbolo fez crescer na cidade de Itacoatiara, pelo menos entre os fiéis da igreja, uma forte simpatia às questões indígenas. A participação popular em torno dessas demandas parecia bem consolidada e é nesse momento que temos uma associação mais efetiva entre a comunidade leiga e a instituição eclesiástica, que encontram na prelazia um espaço importante de construção de vias de ação para pôr em prática os trabalhos de conscientização popular em torno dos problemas enfrentados pelos Waimiri-Atroari.

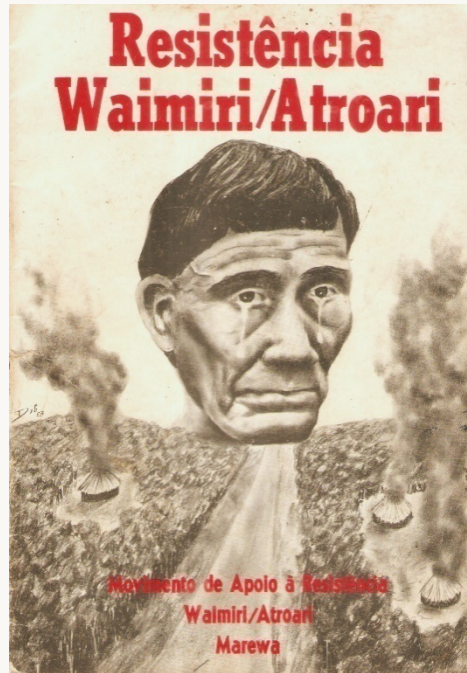
Figura 1 – Fotografia de Maroaga que inspirou o artista Diô



Fonte: Lambert, 1972; Acervo Casa da Cultura Urubuí, Presidente Figueiredo/AM

Uma imagem, muitas possibilidades:
um desdobramento da imagem de maroaga no tecido social de presidente figueiredo a partir das ações do movimento de apoio à resistência Waimiri-Atroari (Marewa)

Figura 2 – Reprodução da imagem de Maroaga produzida por Diô



Fonte: Marewa, 1983; Capa do panfleto “Resistência Waimiri-Atroari

Dessa forma, era comum nesta cidade a formação de grupos leigos que elaboravam atividades diversas com o intuito de “pregar” sobre a questão e mobilizar a população em geral para a luta em prol dos Waimiri-Atroari. Poemas, músicas, palestras eram difundidas nas missas, nos espaços públicos, nos festejos da prelazia, em caminhadas e principalmente na data que remete ao dia dos povos indígenas. O material consumido nesses eventos – cartazes, panfletos, liturgias – trazia, quando possível, a imagem estampada de Maroaga. Nas praças da cidade, eram encenadas peças teatrais retratando os conflitos ocorridos nas terras daquele povo. No cenário, se podiam ver objetos que remetiam às obras governamentais com ênfase não apenas no processo de extermínio dos índios ou na tomada de suas terras, mas também nos impactos ao

meio ambiente e às demais comunidades de trabalhadores que seriam, da mesma forma, prejudicadas por esses projetos de Estado⁴.

Figura 3 – Capa de um artigo intitulado: *Hidrelétrica de Balbina Contra Índios e Lavradores*

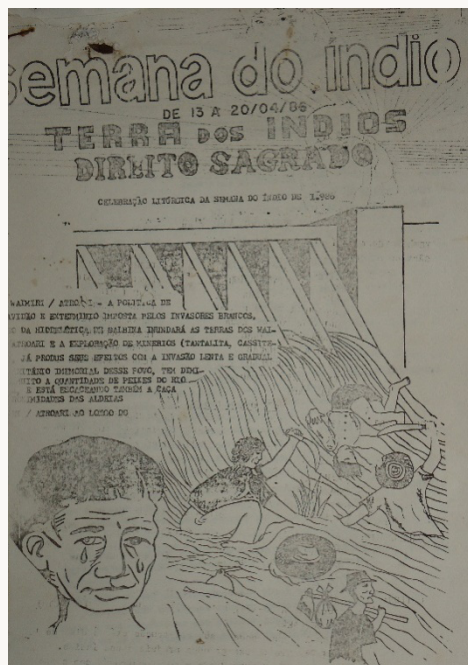


Fonte: Schwade, 1984. Acervo Casa da Cultura Urubuí – Presidente Figueiredo/AM⁵

4 Ver em: **Relatório da Reunião do Movimento de Apoio à Resistência Waimiri-Atroari – 16 a 17/05/87 – Itacoatiara/AM**. MAREWA/Pastoral Indígena de Itacoatiara, 1987. (Arquivo Casa da Cultura Urubuí, gaveta referente à documentação produzida no ano de 1987).

5 Observa-se ao centro a figura de Maroaga inspirada na obra de Diô tendo ao seu redor cenas que remetem à sua vida e a vida de trabalhadores camponeses ambos ameaçados pela correnteza que sai da barragem e pela presença do Estado representado por meio da figura do avião.

Figura 4 – Capa de Liturgia da Prelazia de Itacoatiara em referência à semana do índio de 1986



Fonte: Acervo Casa da Cultura Urubuí – Presidente Figueiredo/AM, 1986⁶

Associar-se aos demais campos de luta social era uma prática que unia a comunidade em torno da questão indígena, pois, nos espaços que se davam as discussões, abria-se margem para tratar de assuntos de interesses diversos envolvendo um número maior de pessoas com o sentimento de pautas que se assemelhavam às suas. Dessa forma, aquela imagem tinha impregnada em si, mais do que um conjunto de elementos que ofereciam uma história, era, ela própria, a história daquela comunidade católica, levando ao entendimento de que o apoio popular ao movimento de resistência indígena era um fato

6 Vê-se a figura de Maroaga à esquerda ladeada pela representação da barragem despejando uma correnteza que inunda a terra e arrasta trabalhadores camponeses.

que dizia respeito à toda a comunidade, pois os impactos causados àquele povo se sobreporiam a todos de alguma forma. Destarte, por aonde fossem, lá estavam eles com o símbolo que era disseminado amplamente não apenas pelos meios mais formais como as revistas, os banners, os pôsteres, os panfletos que eram distribuídos para outros estados e países, mas também pela reprodução fecunda que brotava das mãos da própria comunidade.

Figura 5 -Maroaga em entalhe de madeira (Contribuição de um fiel ao movimento)



Fonte: Acervo Casa da Cultura Urubuí - Presidente Figueiredo

Diante dessa adesão, pautada na difusão de uma imagem que retratava aquele povo não apenas como guerreiro e combativo, mas como vítima de uma política esmagadora de sua existência, poder-se-ia ter em mente que o mesmo deveria acontecer nas demais regiões de influência da Prelazia de Itacoatiara de modo a permitir uma extensão dos trabalhos.

Uma imagem, muitas possibilidades:
um desdobramento da imagem de maroaga no tecido social de presidente figueiredo a partir das ações do movimento de apoio à resistência Waimiri-Atroari (Marewa)

Dessa feita, com o intuito de tornar o movimento mais próximo das áreas de conflitos com os Waimiri-Atroari, o MAREWA buscou implantar uma base de apoio aos trabalhos na sede do recém-criado município de Presidente Figueiredo, localizado ao quilômetro 107 da rodovia BR174⁷. Para lá, após uma série de estudos e levantamentos de campo sobre os acessos àqueles indígenas, o grupo da Pastoral Indígena de Itacoatiara estabeleceu um posto de atuação onde passou a coordenar o movimento por volta de março de 1984. Nesse momento, quando o MAREWA se estabelece em Presidente Figueiredo, vemos a tentativa de ampliar as fronteiras das bases do movimento ali, uma vez que a pequena cidade se apresentava como ponto estratégico para o contato com os indígenas, sendo necessário tornar aquela comunidade consciente dos problemas que a circunvizinhavam. Essa aproximação, eivada de uma ação indigenista católica, não se insere naquela realidade sem contrastes e interesses conflitantes. A força da Paróquia dos Santos Mártires e Nossa Senhora Aparecida terá como fundo uma disputa. E ela se concentrará entre a vontade inicial daqueles fiéis católicos e os projetos da ação pastoral pensadas pela Prelazia de Itacoatiara para aquela paróquia.

Paróquia dos Santos Mártires e Nossa Senhora Aparecida ou Paróquia de Nossa Senhora da Conceição?

Em 25 de fevereiro de 1985, o recém-criado município de Presidente Figueiredo recebe um duro golpe com a decretação da nulidade do seu caráter de municipalidade. A alegação, segundo Oliveira (2000, p. 78), direcionava-se à inconstitucionalidade do ato de criação desse município pelo Supremo Tribunal Federal em vista deste não ter passado por um plebiscito conforme estabelecia a legislação federal vigente.

⁷ Município criado pela Emenda Constitucional n° 12 de 10 de dezembro de 1981 e instalado em 25 de fevereiro 1982 (OLIVEIRA, 2000).

Esse evento custou uma série de preocupações aos munícipes já estabelecidos naquela pequena cidade, pois boa parte da rarefeita população da sede era dependente dos empregos gerados pelo funcionalismo público municipal.

Dentre as várias manifestações populares que pressionavam as autoridades do Estado a resolverem a questão, encontra-se um grupo de mulheres católicas – até então desassistidas de uma prática litúrgica oficial, pois ainda sem uma jurisdição local estabelecida – que organizou um grupo de orações passando a direcionar suas intenções em direção à causa do retorno da municipalidade. Propuseram um voto de compromisso: caso a graça fosse alcançada, elas tomariam à frente da constituição da paróquia naquela cidade e solicitariam ao bispo de Itacoatiara a nomeação daquela igreja de “Nossa Senhora do Perpétuo Socorro”, tornando-a padroeira da cidade graças aquela intervenção. Naquele mesmo ano, por força de manobras políticas, e da aprovação no Senado da Lei complementar nº 49, de 26 de junho de 1985 – que abria precedente para que todo município criado e instalado até 31 de dezembro de 1981, e que tivesse realizado eleições nesse âmbito, não necessitasse do aval plebiscitário requerido anteriormente –, foi restaurada a condição de Presidente Figueiredo enquanto município sendo restituída efetivamente pelo decreto 8.748 de 2 de julho de 1985 que estabeleceu sua instalação (Oliveira, 2000, p. 78).

Restabelecida a ordem, as mulheres iniciam um trabalho de mobilização para construir um salão paroquial onde pudessem celebrar suas reuniões. Conseguiram a concessão de um terreno pela prefeitura onde, por meio das parcas doações dos fiéis e do auxílio do pequeno empresariado local, obtiveram material para construção do primeiro prédio da Igreja Católica em Presidente Figueiredo. No espaço improvisado, figurava a imagem de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, padroeira consagrada no seio dessa mobilização pelo anseio daquelas

Uma imagem, muitas possibilidades:

um desdobramento da imagem de maroaga no tecido social de presidente figueiredo a partir das ações do movimento de apoio à resistência Waimiri-Atroari (Marewa)

mulheres cuja convicção repousava na força intercessora da santa que milagrosamente salvou o município da extinção. Tem-se o início, efetivamente, de uma história daquela paróquia cujo roteiro será alterado significativamente com a aproximação da Prelazia de Itacoatiara em 1987 e seu aparato institucional que privilegiava a causa indígena⁸.

Nesse sentido, esse anseio precisava ser remodelado, em função dessa nova perspectiva do “ser igreja” que chegava por meio dos membros daquela prelazia. Com o apoio da alta hierarquia clerical, a Prelazia de Itacoatiara chega ao município com poder de decisão. Evidente que para pôr em prática as políticas de propagação de apoio à resistência em prol dos Waimiri-Atroari, necessitava-se que as bases eclesásticas estivessem também solidificadas ali, afinal de contas, a Igreja era o espaço natural de onde emanava a discussão sobre o tema, assim como o foi em Itacoatiara.

Dessa forma, tem-se, contrariando as expectativas anteriores, a fundação da Paróquia dos Santos Mártires e Nossa Senhora Aparecida. A explicação para o nome não deixa de ter relação com a questão indígena e caminha em duas direções: uma que recobra o episódio do assassinato do Padre João Bosco Burnier, no dia 11 de outubro de 1976 em Ribeirão Cascalheira-MT, durante os festejos de Nossa Senhora Aparecida, tornando-o forte símbolo de martírio em defesa dos

8 É preciso evidenciar que as informações a respeito dessa pretensão à nomeação da paróquia de Presidente Figueiredo em “Nossa Senhora do Perpétuo Socorro” foram evidenciadas a partir de conversas informais com moradores mais antigos da cidade incluindo duas mulheres daquele grupo, com antigos membros do MAREWA e com atuais responsáveis pela paróquia daquele município que afirmam, em versões pouco dissonantes, a descrição acima. Não foi utilizado nenhum critério metodológico para tal, mas temos que essas opiniões não sejam dignas de desprezo, uma vez que reportam um fato que perpassa todos os relatos mesmo quando os posicionamentos de legitimidade ou não daquele momento aparecem de formas divergentes.

povos indígenas e dos trabalhadores rurais, corroborando para que sua imagem se juntasse, naquele âmbito, ao cânone dos mártires cristãos (Maia, 1981) sendo o martírio de um defensor da causa indígena aliado às circunstâncias em que ocorrera – festejos de Nossa Senhora Aparecida – a justificativa para a atribuição do nome daquela paróquia. A outra inspiração vem da associação dos indígenas em sua luta pela sobrevivência, sua trajetória de resistência e defesa de sua terra e cultura como similares às lutas dos mártires cristãos em defesa da sua fé⁹.

Tal postura foi adotada, não apenas pela natureza do próprio movimento, mas a partir da observação da Prelazia de que a população de Presidente Figueiredo – apesar da proximidade com as zonas de intervenção estatal junto aos Waimiri-Atroari – pouco se interessava com aquelas questões e pouco entendia sobre as consequências daqueles projetos de governo. As notícias sobre os atritos com os indígenas ajudavam a construir um ideário bastante ambíguo e insólito que misturava a valorização da bravura daquele povo – no qual Maroaga é posto como um valente guerreiro –, ao juízo de ignorância e atraso que impulsionava a ideia de que esses “silvícolas” deveriam ser naturalmente inseridos no processo de civilização apesar de sua persistência em defenderem sua atrasada forma de organização social. É dessa ambiguidade que surgem na cidade os nomes das ruas, dos prédios, vilas e estabelecimentos particulares, constituindo, de forma um tanto descompromissada, uma memória sobre aquela questão indígena, interessadas apenas em instituir um passado folclórico (Oliveira, 2000, p. 128).

A ideologia do progresso era, portanto, engrenagem central que norteava o próprio existir do município, pois trazia a sensação de segurança, de emprego e o crescimento daquela pequena vila. Portanto, o processo de avanço das forças de

⁹ Essa é a explicação que sempre foi dada quando do questionamento desse nome. Não nos foi dado acesso à documentação de fundação da paróquia.

modernização daquele território era moeda corrente e vista como benfazeja. Dessa forma, a partir da visão do MAREWA, se reproduziam as condições necessárias para a perpetuação do poder político naquela região, sendo necessário o investimento desse movimento em direção à formação de uma “consciência política”, de modo que a população pudesse se livrar desse conjunto de ideias que escamoteavam aquela realidade e, por conseguinte, favoreciam aquele círculo de poder. Investiam na instrução daquele povo trazendo à tona a realidade sobre os indígenas, sobre os efeitos dos projetos para a região e para as classes de trabalhadores rurais, além de expor a respeito dos verdadeiros interesses do governo e das empresas privadas ali instaladas.

Vimos que o movimento conseguiu bons resultados com a divulgação a nível nacional e internacional. [...] Entretanto, a nível local, as forças anti-Waimiri-Atroari, compostas particularmente por empresas mineradoras [...] e pelo projeto da Usina Hidrelétrica de Balbina, continuam dia-a-dia investindo mais na região e avançando sobre o povo criando um clima de insegurança. [...] Estamos dedicando nossos esforços à formação e apoio aos possíveis aliados dos Waimiri-Atroari: Comunidades de Base, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e na formação política do povo. Sentimos a necessidade de ajudar o povo humilde a influir mais nos destinos políticos do Município. Foi esse um dos motivos porque concentramos mais os esforços do MAREWA em Presidente Figueiredo.¹⁰

 10 Ver em: **Relatório MAREWA (BR. AM. WT. 5d/27) – Presidente Figueiredo-AM, 04/08/88**. Presidente Figueiredo: MAREWA, 1988. (Arquivo Casa da Cultura Urubuí, gaveta referente à documentação produzida no ano de 1988).

Foi a partir dessa campanha que se começou a dar maior ênfase sobre as discussões a respeito daqueles indígenas. Nos discursos das pessoas, percebia-se a passagem desses indígenas como algo fugidio, longe daquelas paragens denotando a pouca relação da sociedade figueiredense com a questão indígena. O MAREWA tentou se colocar então como o mediador entre a visão descompromissada daquele povo na cidade e uma visão mais engajada, denunciando os abusos do governo, os interesses em jogo e impondo drasticamente seu posicionamento radical.

Dentre os assuntos tratados com mais frequência naquele momento, destacava-se a conclusão das obras da Usina Hidrelétrica de Balbina que aumentaria o nível do Rio Uatumã ameaçando núcleos populacionais Waimiri-Atroari e ainda comunidades ribeirinhas. Esse discurso ganha relativa expressão entre a população, principalmente a comunidade rural, quando se propõe uma adesão entre a Igreja e o Sindicato dos Trabalhadores de Presidente Figueiredo de modo que a questão da terra tornava comuns as necessidades dos indígenas às dos trabalhadores. Associava-se a isso, a maciça atenção dada pelo governo às grandes empreiteiras e empresas privadas nacionais e internacionais em detrimento de investimentos nas necessidades da população em geral que sofria pelo abandono e pela ameaça de destruição de seu modo de vida enquanto essas empresas enriqueciam às custas desses projetos. Segue um exemplo desse tipo de campanha contra a implantação da Usina Hidrelétrica de Balbina:

Mas por que foi gasto esse dinheiro para Balbina? Esse dinheiro enriqueceu grandes firmas, algumas delas também multinacionais (...) e tudo isso fez aumentar a dívida externa do Brasil. Por aí se vê por que o povo, as comunidades, precisam participar da política e discutir sobre esses grandes projetos do governo. Só assim o dinheiro do povo vai ser usado em coisas úteis e não em construções que até fazem

mal ao povo brasileiro, sobretudo aos índios e lavradores, como essa obra de Balbina.¹¹

Apesar dessas denúncias, pouco foi concretizado como “politização efetiva” da população em direção à identificação daquele processo de modernização como destrutivo conforme queria fazer crer o MAREWA. Esse processo educativo era ínfimo diante das perspectivas de melhorias futuras em função da propagação do progresso. Eles impulsionavam o incremento da cidade, geravam empregos e royalties das empresas mineradoras com os quais se podiam adquirir equipamentos para obras públicas, modernizar o hospital, as escolas, pagar melhores salários ao servidor público do município, enfim, sentia-se que o Estado estava presente, o que de certa forma dava àquela população que ali estabelecia uma certa segurança, embora não fosse essa a correspondência com a realidade e embora fossem outras as suas perspectivas futuras (Oliveira, 2000, p. 65-66).

Mesmo com diminuto avanço nesse campo, esse assédio proposto pelo MAREWA e pela paróquia levou à formação de alguns grupos simpatizantes dessas causas por meio dos quais se criavam programações, principalmente em datas comemorativas da igreja, com palestras e celebrações de missas na qual a pauta era a questão indígena. Além da igreja, esses grupos também atuavam em escolas com palestras, músicas e peças de teatro assim como era feito em Itacoatiara¹², porém com menor participação dos munícipes, pois ali, como vimos, o movimento em torno de uma pastoral indígena era pouco vigoroso.

11 Ver em: **Balbina Fechou – O Uatumã Está Secando / 12-10-2987**. Equipe da Prelazia de Itacoatiara. Presidente Figueiredo, 12 de outubro de 1987. (Arquivo Casa da Cultura Urubuí, gaveta referente à documentação produzida no ano de 1987).

12 Ver em: **Programação Semana do Índio P. Figueiredo-AM / 18 a 24 de abril de 1988**. (Arquivo Casa da Cultura Urubuí, gaveta referente à documentação produzida no ano de 1988).

Essas pequenas ações da Igreja despertavam a insatisfação da administração local, levando a uma série de atos de repúdio da prefeitura contra as ações do grupo. Um exemplo curioso dessa execração pode ser constatado em uma veiculação, na TV local em 15 de agosto 1987, a qual se alegava – aproveitando-se de uma série de reportagens difundidas pelo jornal *O Estado de São Paulo* e repercutida no jornal *A Crítica*, que punham as ações da CNBB e do CIMI como engajadas em um plano de desarticulação da soberania nacional em prol da entrada de empresas internacionais para prospecção e exploração de minérios na Amazônia¹⁵ – o caráter subversivo daquela igreja que utilizava um discurso político em torno dos indígenas para eliminar o controle do Estado sobre as riquezas do país. Não é possível verificar como essa informação reverberou no município. Talvez tenha obtido apoio do grupo de mulheres que viu sua proposta de nomeação da paróquia ser matéria vencida. Talvez tenha causado furor na comunidade católica, ou ainda, não tenha produzido efeito algum, pois não há indícios de uma manifestação de apoio contra o que foi veiculado. Mas ao que parece a população manteve-se nula sobre essas questões. A atitude de solicitação da veiculação de réplica por parte da igreja – que fora negado por sinal, recebendo como resposta uma reprise da mesma matéria veiculada anteriormente¹⁴ – parece se acomodar mais, no contexto popular, como uma “briga de gente grande”, dado

13 Ver em: **Os índios e a Nova Constituição II – Nem só de índios vive o CIMI**. O Estado de São Paulo: 11 de agosto de 1987. E ainda em: **Os índios e a Nova Constituição III – O CIMI e seus irmãos do estanho**. *O Estado de São Paulo*: 12 de agosto de 1987.

14 Ver em: **TV Atroari: 14-10-1987**: Carta direcionada ao diretor da TV Atroari em Presidente Figueiredo em 11 de outubro de 1987, lamentando a omissão da leitura de uma nota de esclarecimento em resposta à matéria veiculada no dia 15 de agosto de 1987 cujo teor comprometia a imagem da igreja e de seus trabalhos no município. (Arquivo Casa da Cultura Urubuí, gaveta referente à documentação produzida no ano de 1987).

o terreno movediço que era contrariar os homens da paróquia e os homens da prefeitura.

Isso nos leva a refletir que, apesar dos esforços do MAREWA, atuando por meio da paróquia, tentando aproximar as questões daquela população com as questões dos indígenas, não se pode observar um efervescente interesse dos munícipes em torno daqueles problemas, tal qual ocorrera em Itacoatiara. Na verdade, a perspectiva de uma luta em prol daqueles indígenas não encontrava força naquela cidade. Talvez pela recente história da igreja naquele município que não deu sustento para trabalhos de cunho social como este. Ou ainda pela falta de interesse daquela comunidade em questões como essa, entendendo o progresso como algo mais importante e necessário. Ou mesmo, a aversão à forma como os trabalhos e a aproximação da prelazia foram direcionados e como os assuntos foram tratados naquela pequena cidade custando a obsolescência de uma série de expectativas instituídas ali antes mesmo da criação da paróquia.

Apesar disso, não se pode negar o papel do movimento ao fazer vir à tona uma série de informações a respeito do processo de contato do mundo capitalista com os Waimiri-Atroari e as consequências desse embate. Essas informações se juntaram às obscuras histórias que inicialmente chegavam por meio de funcionários das empresas responsáveis pela implantação dos projetos, ou ainda pelos poucos jornais que circulavam ali, e deram consistência à formação de um universo em que a existência desses indígenas ultrapassava a simples nomeação de ruas e de bairros. As histórias dos massacres das expedições – principalmente a do Padre Caleri – passaram a fazer parte do conjunto de objetos de identificação do próprio município, embora não constituíssem uma memória efetivamente. Essas histórias sobreviveram ao tempo demonstrando a proximidade e sapiência da população sobre o processo de formação daquele

espaço, porém uma memória de luta social conforme desejava a igreja não pode ser reconhecida.

A imagem de Maroaga difundida por meio das campanhas, também assume seu lugar, mas como elemento acessório para reportar ao processo de formação do município e nunca ao processo de engajamento a uma luta social conforme os moldes percebidos pela igreja. Ela é reconhecível pela população que remete, pela difusão dada, aos Waimiri-Atroari, mas não encontra sentido enquanto instrumento de conscientização dos problemas daquele povo e emerge na igreja apenas como uma história de opressão do mais forte sobre o mais fraco que contraria o ideal de igualdade proposto pela cristandade. Nesse sentido, Maroaga parece não ter conexão íntima com a identidade da comunidade católica apesar de ser por intermédio da igreja que se faça esse contado com a imagem. Porém, é inegável que ao vê-la os indivíduos façam referência ao local de onde ela é propagada. Maroaga é antes de tudo um sujeito muito conhecido, cuja imagem representava apenas uma parte daquele povo. Uma parte que os tornava bravos, resistentes, mas quase nunca como vítimas.

Assim, o Movimento de Apoio à Resistência Waimiri-Atroari aparece como ideia alienígena que atropelou a perspectiva da prática da experiência religiosa articulada anteriormente, que naquele momento, pouco tinha conexão com os assuntos indígenas, pois as demandas daquela população citadina eram outras e estavam mais ligadas à estabilização de suas vidas naquele local ou ainda à defesa de seus interesses mais imediatos. Apesar disso, não se pode renunciar o legado construído por aquele pequeno grupo de indivíduos que atuaram e tomaram para si essa perspectiva de luta fazendo sobreviver, resquícios de um engajamento católico que pode ser identificada atualmente.

Ao descrever essa trajetória da imagem, e sua existência enquanto elemento histórico, acaba-se por observar sua

posição divergente nos espaços em que circulou, sendo alocada em um posto de destaque por meio dos atributos originais pelo qual fora produzido – a circulação em Itacoatiara –, e recebendo uma posição coadjuvante, que fugia dos princípios ao qual foi constituído aparecendo como elemento acessório apenas para o reconhecimento da história daquela população indígena excluindo o valor de movimento ao qual era atrelado pelo cenário anterior – quando circulando em Presidente Figueiredo. Dessa forma, o estudo de imagens visuais é um exercício científico muito viável uma vez que elas

não são, pois documentos os objetos da pesquisa, mas instrumentos dela: o objeto é sempre a sociedade. Por isso, não há como dispensar aqui, também, a formulação de problemas históricos, para serem encaminhados e resolvidos por intermédio de fontes visuais, associadas a quaisquer outras fontes pertinentes (Menezes, 2003, p. 28).

É inegável que essa reordenação eclode de um campo de disputa política em que os interesses dos grupos envolvidos estão sujeitos a constantes mudanças e ressignificações de sentido com o objetivo de criar um cenário fértil no qual as questões ali surgidas encontram lugar para serem digeridas, assimiladas e debatidas. Isso posto, pode-se afirmar que a perspectiva que põe a imagem de Maroaga como elemento agregador de identidade ou como um elemento aquém das expectativas dos indivíduos que frequentam os atuais espaços em que ela circulou, são construídas a partir dessas relações políticas em consonância com suas necessidades socialmente compartilhadas e nem sempre se apropriam de um passado esquematicamente constituído e contínuo para se fazerem legítimos. Essa legitimidade, portanto, não é dada pelo passado estático, registrado, evidenciado em si, mas pelo ato criativo

dessa memória que o reinterpreta e que leva, por sua vez, a se constituir por meio da seleção/criação de elementos pertencentes à própria vivência desse grupo o que, no dizer de Pollak, torna a memória um produto das preocupações pessoais e políticas do momento, constituindo-se como um fenômeno construído, resultado de um verdadeiro trabalho de organização (Pollak, 1992, p. 204).

Assim, ao analisar o caminho percorrido pela face imagética de Maroaga, pode-se perceber o quanto uma imagem pode ser representativa de um quadro que atribui significado às expectativas de um grupo, comunidade e sociedade que se relaciona com ela legando-lhe ou não valores que dão ou excluem motivos para sua existência propondo sentido a práticas sociais e posicionamentos políticos.

Considerações finais

Apesar de hoje estar ingressando em uma dimensão de obscuridade destoante do caráter de identidade católica daquela paróquia, não se pode negar que nesse processo de assimilação, exclusão, valorização e vilipêndio, se constrói um importante episódio cuja historicidade pode ser atestada nos vestígios que deixou não apenas nas lembranças dos indivíduos que conviveram com ela – que suplantou, diga-se de passagem à circunscrição da Prelazia de Itacoatiara sendo difundida inclusive em países como França e Holanda, palco de importantes embates em torno dos direitos humanos na década de 1980 – ou ainda na sua existência material por meio de fotografias e materiais de consumo produzidos pelo movimento e pela igreja, mas do próprio processo histórico do qual emergiu e ao qual está atrelado, adormecido ou não nos documentos oficiais, nos jornais, nas ruas, nas instituições que o dirigiram, nos discursos e histórias que o povo diz ter ouvido vagamente. Portanto, não seria lógico tratar de uma espécie

Uma imagem, muitas possibilidades:

um desdobramento da imagem de maroaga no tecido social de presidente figueiredo a partir das ações do movimento de apoio à resistência Waimiri-Atroari (Marewa)

de morte da imagem de Maroaga, ou de sua condenação ao limbo, pois essa faz parte de um capítulo daquela história que pode ou não ser reabilitada recebendo ou não outros sentidos, servido ou não a outros propósitos.

Para o momento, fica o fato inegável de que a atuação da Igreja Católica em direção ao movimento indígena naqueles primeiros anos de paróquia deixou uma marca importante de divulgação da causa daqueles indígenas, o que faz com que os cidadãos mais antigos tenham uma maior percepção da existência daquele povo como um fator importante no conflito que deu origem à cidade.

- BAINES, S. G. A Resistência Waimiri-Atroari Frente ao Indigenismo de Resistência. *Série Antropologia*, Brasília, v. 211, p. 1-14, 1996.
- BRASIL, A. B. *O Pajé da Beira da Estrada*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia e Espiritualidade Franciscana, 1986.
- CARVALHO, J.P. F. *Waimiri-Atroari: A história que ainda não foi contada*. Brasília: s. ed., 1982.
- CIMI. *Boletim do CIMI*. n°. 57, Brasília: julho de 1979.
- DELGADO, L. A. N.; PASSOS, M. Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. *O Tempo da Ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 95-131. (O Brasil Republicano v. 4)
- MAIA, P.A. *Padre João Bosco P. Burnier, S.J.: Mártir Pela Justiça*. s./l.: Loyola, 1981.
- MAREWA. *Resistência Waimiri/Atroari*. Itacoatiara: Loyola, 1983.
- MENESES, U. T. B. Fontes Visuais, Cultura Visual, História Visual: Balaço provisório, propostas cautelares. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 23, n. 45, p. 11-36, 2003.
- NEIVA JUNIOR, E. *A Imagem*. São Paulo: Ática, 1986.
- OLIVEIRA, J. A. O. *Cidades na Selva*. Manaus: Valer, 2000.
- POLLAK, Michael. Memória e Identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-12, 1992.
- SCHWADE, E. *Hidrelétrica de Balbina Contra Índios e Lavradores*. Presidente Figueiredo: MAREWA, 1984. (Matriz. Acervo Casa da Cultura Urubuí - Presidente Figueiredo/AM.).



Arquivos documentais e experiências missionárias na Amazônia: um estudo de caso sobre a atuação dos espiritanos em Tefé nas primeiras décadas do século XX

Jubrael Mesquita da Silva

Considerações iniciais

O presente capítulo, na esteira das ações realizadas a partir do projeto “História, arquivo e memória de Tefé”, financiado pela FAPEAM e com a finalidade de organizar e democratizar o acervo da Prelazia de Tefé/AM, localizado na Rádio Educação Rural do município, tem como objetivo apresentar parte da documentação existente nos arquivos, destacando suas singularidades e potencialidades para os estudos históricos regionais e/ou nacionais. Além disso, pretende descrever aspectos constitutivos de uma relevante fonte primária presente no Acervo documental da Rádio. O manuscrito, escrito em idioma francês, produzido a partir da atuação de missionários franceses Espiritanos, entre 1914 e 1939 constitui-se em diário das visitas religiosas, denominadas pelos próprios clérigos de “desobrigas”. Estes relatos dos religiosos em missão no território do Médio e Alto Amazonas, sob influência da administração eclesiástica da Igreja católica são importantes vestígios, sob a ótica da

instituição a respeito das comunidades amazônicas e suas populações, nas primeiras décadas do século XX.

É notória a importância dos arquivos para a sociedade como um todo. Explorados de variadas formas, os documentos preservados, organizados e disponibilizados ao público em geral, e aos pesquisadores em particular, têm possibilitado recuperar dimensões históricas e culturais de sociedades passadas.

Em que pese esse caráter salutar, muitos documentos do passado eventualmente têm chegado à atualidade mediante um processo de “entulhamento”. Não é raro identificar espaços cujos acervos se encontram desorganizados, não higienizados e, numa situação mais grave, em processo de desintegração.

Existem esforços acadêmicos em diversas áreas¹⁵, em especial na história, de mobilizar energia no sentido de modificar essa realidade que se faz presente em várias regiões do país. Recentemente, no Amazonas, vários projetos foram desenvolvidos visando à organização e disponibilização de acervos documentais, assentados em editais de agência de fomento e/ou instituições de ensino superior.¹⁶

O presente capítulo, na esteira das ações realizadas a partir do projeto “História, arquivo e memória de Tefé”, financiado pela FAPEAM e com o foco na organização e democratização do acervo da Prelazia de Tefé/AM, localizado na Rádio Rural do município, tem como objetivo apresentar parte da documentação existente no acervo, notadamente os registros paroquiais e os periódicos, destacando suas

15 Como, por exemplo, Arquivologia, Biblioteconomia, entre outras.

16 Como o projeto “Documentos históricos do Judiciário amazonense: diagnóstico de acervo e organização do arquivo permanente do Poder Judiciário do Estado do Amazonas” (PGCT-FAPEAM), com a finalidade de organizar 15 mil processos (SILVA et. al., 2012). Além desse, existe o projeto “Colégio Amazonense D. Pedro II: memória, patrimônio e fontes históricas”, financiado pela FAPEAM através do Edital 010/2013 –PRÓACERVO com o objetivo de organizar o acervo documental do Colégio Amazonense D. Pedro II, entre outros.

singularidades e potencialidades para os estudos históricos regionais e/ou nacionais.

O projeto: história, arquivo e memória de Tefé/AM

No segundo semestre de 2013, professores ligados à Universidade do Estado do Amazonas – UEA, atuando no Centro de Estudos Superiores de Tefé, submeteram coletivamente ao edital nº 010/2013 – PRÓ-ACERVO (Programa de apoio à organização, restauração, preservação e divulgação de acervos documentais do Estado do Amazonas), lançado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM), um projeto¹⁷ cuja finalidade consistia na organização, preservação e democratização do acervo localizado na Rádio Educação Rural de Tefé, sob a guarda da Prelazia da cidade.

A documentação presente no acervo retrata aspectos da história das cidades do Alto e Médio Solimões¹⁸, em especial Tefé. A relevância desta cidade na região remonta ao seu passado¹⁹, sobretudo pela sua posição estratégica. Foi alvo de ações missionárias (Carmelitas x Jesuítas) e disputas territoriais profundas, especialmente entre Portugal e Espanha (Ugarte, 2000; Boxer, 1977; Maxwell, 1996).

A atuação missionária da igreja católica na região foi incontestável. No período colonial, as ordens religiosas, notadamente como já mencionamos, carmelitas, jesuítas, mas também franciscanos, dentre outros, disputavam as áreas para suas Coroas. Os carmelitas para Portugal e os jesuítas para a Espanha, com atuação efetiva causaram impactos significativos sobre as etnias indígenas, provocavam constantemente, deslocamentos dessas comunidades ao longo do rio Solimões.

17 O projeto intitula-se “História, arquivo e memória de Tefé”. O financiamento obtido foi da ordem de R\$ 66.593,33.

18 Em especial Tefé, Alvarães, Uarini, Fonte Boa, Jutai, Tonantins entre outras.

19 Passado ligado ao mundo colonial, entre os séculos XVII e XVIII.

Do mesmo modo, os agentes coloniais leigos entravam em conflito com os povos indígenas, em especial para escravizá-los e direcioná-los para a extração das chamadas “drogas do sertão”²⁰ (Santos, 2002).

Com efeito, os conflitos ligados ao avanço dos missionários (catequização) e colonos leigos (busca de mão de obra) não se encerraram no século XVIII, mas avançaram nos séculos subsequentes, particularmente no XIX e XX. Por exemplo, no século XIX, uma nova ordem passou a ter influência na região, desta vez eram os espiritanos. Atualmente, ainda marcam presença no local.

Neste sentido, o acervo da Prelazia de Tefé possui documentos do final do século XVIII e sobretudo dos séculos XIX e XX. Livros de batismo, casamento, óbitos, periódicos e demais peças documentais que acabam retratando de alguma forma a história da região do Alto e Médio Solimões.²¹ Ciente da importância do material presente no acervo, esforços foram canalizados para sua preservação e democratização (Teixeira *et al.*, 2013). Tais documentos podem ser utilizados para a recuperação da história e da(s) memória(s) da região, para além da história/memória oficial da igreja e/ou cidades da Amazônia.

As ações do projeto, já desenvolvidas, resultaram na constituição de um inventário parcial dos documentos presentes no acervo. São aproximadamente 2.774 documentos organizados em 30 caixas de arquivos, distribuídos em diversos temas: documentos, cartas, jornais, livros, apostilas, mapas, relatórios, livros de ponto, atas de reuniões, cursos, formulários, projetos, informativos, boletins, encartes, programas de rádio,

20 São produtos extraídos da floresta – como, cacau, canela, baunilha, cravo, etc. – e exportados para a Europa. Sobre a mão de obra indígena e sua exploração para a extração das “drogas do sertão” ver também (SOUSA, 2002).

21 Antigamente a área de Tefé abrangia o Médio e parte do Alto Solimões. Portanto os documentos do século XIX e início do século XX também registram aspectos de cidades localizadas nessa região da calha do rio.

cadernos sobre os movimentos sindicais, etc. não contando com os que não foram catalogados e inseridos no inventário. Alguns desses materiais são significativos do ponto de vista de suas possibilidades de pesquisa histórica.

A presença da igreja católica em Tefé nas primeiras décadas do século XX

As missões religiosas chegadas ao Brasil no início do século XX estabeleceram suas bases de atuação social e missionária principalmente em cidades. Destacam-se, no norte do Brasil, os capuchinhos, os salesianos e os espiritanos, como veremos.

Tal perspectiva pode ser percebida a partir da criação e instalação das Prefeituras Apostólicas. Estas estruturas administrativas deram base posterior para a constituição de prelaças e dioceses (Pires, 2002).

Pode-se inferir daí a chamada ação missionária desenvolvida em cidades, tendo como um dos seus objetivos a evangelização e educação para os mundos do trabalho. Desta maneira, como assinala Pires (2002), o trabalho missionário para a Amazônia brasileira desempenhou importante papel, no que a autora denomina de afirmação territorial do Estado e na nacionalização da população, além do processo de urbanização de espaços de fronteira.

Em se tratando da trajetória da igreja católica na Amazônia, sua presença deixou marcas visíveis, não apenas em testemunhos e documentos eclesiais, mas também no seu aparelho administrativo e nas vivências cotidianas das comunidades do interior da região. Conforme assinalado por Pires (2002), em 1910, o papa Pio X criou três Prefeituras Apostólicas no Brasil, sendo a primeira sediada em Tefé-AM e entregue a ordem dos Espiritanos franceses, outra em São Paulo de Olivença-AM, a cargo dos capuchinhos italianos da Umbria e por último, no Alto Rio Negro organizada pelos

Salesianos. As três únicas Prefeituras apostólicas criadas no Amazonas ficavam em áreas de fronteira.

Tal preocupação da administração eclesiástica na região, como destaca a autora, não para aí. As Prefeituras Apostólicas passaram a ser Prelazias (Alto Rio Negro em 1928, Tefé e São Paulo de Olivença em 1950). As prefeituras Apostólicas são definidas por Hortal *apud* Pires (2002) como dioceses de segunda ordem em territórios sem hierarquia ordinária. Se observarmos, por exemplo, o processo de desmembramento da Diocese de Manaus e criação da denominada Prefeitura Apostólica de Tefé no ano de 1910, pode-se inferir a atuação efetiva e constante institucional da Igreja Católica.

Importante salientar que a região do médio Solimões no atual Estado do Amazonas teve papel relevantemente destacado ao longo dos séculos, principalmente pela sua condição de espaço de fronteira, o que não escapava à administração central do catolicismo, ao deslocar inúmeras ordens religiosas para o Amazonas e para a cidade de Tefé. Tal cidade, localizada no interior do Estado do Amazonas, até 1910, pertencia à circunscrição administrativa da Diocese de Manaus, quando na referida data é criada a Prefeitura Apostólica de Tefé, tendo como Prefeito Apostólico, o Espiritano francês Monsenhor Alfredo Michael Barrat, a partir do decreto da congregação consistorial de Pio X, como assevera Schaeken (1997).

A Prefeitura Apostólica de Tefé foi criada, como já mencionado, juntamente com as de outras localidades: São Gabriel da Cachoeira, São Paulo de Olivença, como incentivo do então governo brasileiro para manter a região sob domínio nacional, compreendendo tais locais como estratégicos, o que implicaria na missão de ocupar e nacionalizar o território.

Conforme assinala Menezes (2012), neste processo, as missões religiosas tinham um importante papel, que ia além da catequese de populações indígenas. As missões se estabeleceram, de acordo com a autora, nos núcleos e

sedes municipais, sendo tais lugares pontos de encontro, fixação e fluidez que envolviam fronteiras, limites, Estados, administração, índios, missionários e nacionalização da população. Na cidade, a urbanização foi um instrumento eficiente dentro dessa política de ocupação e nacionalização do território. E foi justamente nesse momento quando da criação de Prefeituras apostólicas que essa região registrou importantes transformações em seu espaço urbano.

No início da criação da Prefeitura Apostólica, seu prefeito Monsenhor Barrat transferiu a sede da Prefeitura, que antes ficava na Boca da Missão (no rio Tefé) para a sede do município. A partir desse momento a cidade registrou muitas transformações em seu espaço urbano, como construções de escolas, igrejas, ruas, serralherias, praças públicas, bem como outras construções sendo a mais famosa o Seminário São José que inicialmente era uma escola de formação dos padres locais e depois se tornou o Externato São José, sendo uma escola de formação para meninos (Schaeken, 1997).

A influência da igreja católica na região do médio Solimões, notadamente em cidades do Interior do Estado do Amazonas, tais como Tefé, é sensível, principalmente se observarmos a promoção da chamada Prefeitura Apostólica para Prelazia em 1950, a pedido de seu primeiro Bispo, Monsenhor Joaquim de Lange, o que acabou resultando na criação de várias paróquias, no que era território da prelazia, e hoje se constituem em municípios: Carauari e Alvarães (1948), Foz do Jutai (1950), Missão (1952), Itamarati (1958), Uarini (1969), Caitaú (1971), Maraã (1981), e a Paróquia de Fonte Boa (Schaeken, 1997, p. 49).

Vivências cotidianas, vida civilizada e urbana nos espaços amazônicos

Como já mencionamos, não pode ser negligenciada a presença da Igreja Católica na Amazônia. Seus projetos missionários têm como pano de fundo concepções de civilização, educação, trabalho e vida urbana (Pires, 2002).

A chegada de novas missões eclesiais na região amazônica, no início do século XX, modificou a organização territorial da igreja católica no Brasil, sendo como afirma Pires (2002), ausente de política missionária, talatuação, no entanto, era fortemente de caráter urbano. A autora destaca que na organização territorial sob influência administrativa católica, a estrutura missionária é basicamente a da paróquia urbana.

Não se pode deixar de aludir às duas necessidades que fazem parte das preocupações da igreja católica ao se fixar no interior da Amazônia, mais notadamente em cidades: Um aparato fixo para instalações de prédios de missões no núcleo urbano ou Aldeias e a organização das desobrigas que, para Pires (2002), podem ser definidas como viagens constantes e sistematicamente organizadas para o interior dos municípios, em busca de maior conhecimento do espaço físico e das comunidades presentes no território. Tais atividades geralmente eram relatadas e constituíam em diários com descrições das atividades relacionadas ao dia a dia das comunidades visitadas e que descrevem aspectos relevantes do espaço urbano.

Descrição da fonte: o jornal da missão de tefé, datado entre 1914 e 1939

Uma das fontes presentes no acervo documental da Rádio Educação Rural de Tefé-AM é um dos relatos de viagens feitos e registrado por missionários da ordem dos Espiritanos, denominadas de desobrigas. Em forma de diário, intitulado

Jornal das comunidades missão Teffé (sic) 1914-1938, trata-se do quarto volume do que se auto denomina *Jornal da Comunidade do Santo Espírito Boca do Tefé*.

Tal documento é composto de 141 páginas, em perfeito estado de conservação, escrito na língua francesa, com algumas inserções em outras línguas. Pelo título, constitui um dos diários no qual os missionários da Boca da Missão faziam anotações sobre suas viagens pelas comunidades do interior. Como a ordem dos Espiritanos é constituída de missionários franceses, alemães e holandeses alguns documentos encontram-se nestes idiomas.

No que tange a escrita, o autor tende a escrever as letras maiúsculas de I e J de maneira semelhante, dado que pode gerar confusões. Também utiliza em diversas passagens do manuscrito letras maiúsculas quando não é início de frases ou nomes. Pontos e vírgulas podem não ser diferentes, ou não ser visíveis. Outra característica do manuscrito e que em frente a um nome de pessoa, embarcação ou localidade, sua escrita varia, quanto a incidência do uso de letras maiúsculas. Tal tendência está presente ao longo de todo o documento. Numa das seções do Manuscrito encontramos a listagem de alguns missionários e suas localidades de atuação:

Pessoal da Missão Amazônica no final de 1915 Bocca do Teffé

- Monsenheur Alfredo Miguel Barrat, Prefeito Apostólico
- Padre Manoel d'Alencar, Ministério - Professor
- Irmãos Titus, Aristobule, Martin, Wilfrid, Emmanuel, Raphael – Bonaventura Tefé
- Padre Cabrolié, Curé
- Fonte Boa
- Padre J.B.P. Parissier, Curé
- St Felippe
- Padre Louis Dornic, Curé

- Tarauacá
- Padre Joseph Frisch XXX
- Na Europa
- Padre José Cappe de J. Felipe, na guerra
- Padre Constantin Tatevin, na guerra
- Padre François Dargnat, doente
- Padre Cornelie, de férias, a guerra não o deixa voltar.
- Cruzeiro do Sul
- Padre Alfonse Donnadieu, curé

Fonte: Jornal das Comunidades Missão Teffé, 1915, fl. 28²²

Além dos nomes dos missionários pertencentes a missão dos Espiritanos em Tefé-AM, observa-se a expansão espacial da atuação destes religiosos, que abrangiam territorialmente o médio e Alto Amazonas, numa extensão territorial maior que o atual Estado de São Paulo!

Possivelmente, um destes missionários é quem escreve no diário, notamos que dentre os nomes Emmanuel nunca é citado no texto (seria ele o autor?).

Acontecimentos mundiais aparecem ao menos indiretamente nas páginas do diário, como na citação acima, mencionando os padres presentes na Europa vinculados à missão na Amazônia, porém na Guerra.

Em 07 agosto de 1914, o documento faz alusão à notícia da guerra: “7 Agosto Chega o «Paes de Carvalho» indo para o Javary. O correio nos informa da notícia triste da guerra na Europa”.²³

Apesar da característica de diário com descrições breves, algumas passagens sinalizam aspectos do dia a dia da missão, bem como as preocupações com o Conflito Mundial:

22 Manuscrito. Seção de Documentação Rádio Educação Rural de Tefé.

23 JORNAL das comunidades missão Teffé, 1914 a 1938, fl. 47. Manuscrito. Seção de Documentação Rádio Educação Rural de Tefé.

29 Setembro Festa de São Miguel, Santo patroe (sic) de Monseigneur. O almoço é as 11:00, têm discursos - poesias, etc. Meio-dia XXX todo mundo vai para Teffé com a lancha levar 3000 tijolos e de la trazer uns 1000 telhas, de volta no anoitecer. Durante a noite passa o Padre Joseph Trapp chegando do Juruá (S. Felipe) forçado de ir para a guerra. (Jornal das Comunidades Missão Teffé, 1914 a 1938, fl. 34. Manuscrito. Seção de Documentação Rádio Educação Rural de Tefé.)

Além do lamento do cronista, que está de passagem para, a contra gosto, ir para a guerra, o texto alude a material necessário para a manutenção e fixação da missão: tijolos e telhas, alusão recorrente no texto, juntamente com outros materiais de construção, em trocas realizadas na sede do município de Tefé. O próprio documento dá indicações do interesse dos missionários a respeito destes materiais: “Julho 2 Essa manhã chega o «Manauense» da casa «Andresen» com 40 toneis de cimento para nossa escola de Teffé (sic) doado pelo diretor da sociedade comercial amazonense. A tarde nós levamos esse toneis com 1400 tijolos para Teffé (sic)”.²⁴

A missão contava não apenas com seus recursos, mas também com apoio de comerciantes da região, para a construção de escola em Tefé. A criação de redes clientelares de sustentáculo a atuação missionária. Mas não só os membros da Igreja influenciavam o espaço urbano da cidade, costumes e tradições indígenas da região eram incorporados ao dia a dia da missão, como a extração de castanha e o consumo de tartarugas: “28 de Abril Chega a lancha «Sultana» de Me. Cavalcante com 170 tartaruga para a Missão. O Padre Tatevin vai com essa lancha no Japurá fazer o ministério”.²⁵

24 JORNAL das Comunidades Missão Teffé, 1914 a 1938, fl. 37. Manuscrito. Seção de Documentação Rádio Educação Rural de Tefé.

25 JORNAL das Comunidades Missão Teffé, 1914 a 1938, fl. 26. Manuscrito. Seção de Documentação Rádio Educação Rural de Tefé.

Às vezes até mesmo a falta das tartarugas é sentida... “Dezembro Desce a lancha «Liberdade» do Japurá, traz informações sobre nosso homens da Praia do Mapary, parece que as tartaruga não querem aparecer. Alexandre manda uma para a esposa como amostra”.²⁶

Tradições alimentares como consumo vinho, e carneiro aparecem nos relatos: “5 de Maio Vêm o «Javari» que leva em fim os famosos carneiros do Comandante Rabello que nos tinha deixado o ano passado para engordar, em vez de engordar a metade morreu e o resto não vale muito mais”.²⁷

As agruras das experiências da missão não são esquecidas pelo cronista, como na passagem acima, a alusão ao estado de saúde dos missionários é frequente, bem como as festas tradicionais do interior não passam despercebidas. “13 Junho Festa de São Antônio. Na Missão não tem nada especial. O dia anterior veio o famoso boi da vizinhança para brincar com as crianças”.²⁸

Estas e outras informações contidas no diário das desobrigas, dão à história local, rostos e gostos, demonstram potencialidade ao narrarem cenas do cotidiano amazônico, e necessitam por isso mesmo serem transcritas e traduzidas, para que mais pesquisadores possam avaliar a potencialidade do documento.

Conforme ressalta Pires (2002), é pouco provável detectar diferenças nos procedimentos das ordens missionárias na Amazônia. O que se sabe, e pudemos comprovar em alguns trechos do manuscrito, é que frequentemente a missão dos Espiritanos no Brasil, dependeu de repasses de recursos não apenas de Dioceses, mas também de instituições e governos locais para se manter.

26 JORNAL das Comunidades Missão Teffé, 1914 a 1938, fl. 56. Manuscrito. Seção de Documentação Rádio Educação Rural de Tefé.

27 JORNAL das Comunidades Missão Teffé, 1914 a 1938, fl. 30. Manuscrito. Seção de Documentação Rádio Educação Rural de Tefé.

28 JORNAL das Comunidades Missão Teffé, 1914 a 1938, fl. 43. Manuscrito. Seção de Documentação Rádio Educação Rural de Tefé.

Pires (2002) demonstra, e as passagens do manuscrito transcrito e traduzido apontam, que efetivamente o trabalho missionário esteve concentrado espacialmente nos núcleos urbanos, sob a bandeira de evangelização, de jovens incentivados a migrarem para internatos e externatos (as nossas crianças de que fala o documento?).

A atuação da igreja católica enquanto instituição, deixou marcas não apenas no espaço urbano das cidades do interior do Amazonas, registrou em seus documentos, costumes, práticas culturais, vivências cotidianas em seus arquivos. Preservá-los e democratizar o acesso a estas fontes localizadas em cidades distantes no interior da Amazônia, lança luz sobre novos aspectos da história da região, sua multiplicidade de gentes e riqueza cultural.

Considerações finais

Através das ações realizadas no âmbito do projeto “História, arquivo e memória de Tefé” (FAPEAM) foi possível identificar uma gama diversificada de documentos que compõem o acervo da Prelazia de Tefé/AM. Desse universo, buscou-se destacar, como exemplos, os documentos paroquiais e os periódicos para, a partir deles, explicitar suas peculiaridades e potencialidades para as pesquisas históricas e culturais acerca da região.

Como mencionado anteriormente, mediante os arquivos paroquiais, questões ligadas à estratificação social, sistema de parentescos, relações de vizinhança e sistema de casamentos podem ser exploradas. Já com relação aos periódicos aspectos referentes às condições de vida, materiais e culturais, dinâmicas políticas, formas de circulação de ideias e tantos outros temas (que acabam emergindo das questões registradas e levantadas pelos periódicos) podem também serem alvos de pesquisas.

Desta forma, os documentos assinalados, assim como o conjunto deles, colocam-se como fundamentais para a região (e até mesmo numa escala maior, nacional e internacional), sobretudo para recuperar e fazer emergir novas histórias e memórias.

Nesta esteira, fica então evidente que a preservação, organização e democratização de acervos, como este desenvolvido em Tefé, são extremamente importantes para a compreensão histórica das sociedades do passado.

- AZEVEDO, J. L. *O Marquês de Pombal e sua época*. 2. ed. Lisboa: Clássica Editora, 1990.
- BARROS, J. D'A. *O Campo da História*. Petrópolis: Vozes, 2004.
- BEOZZO, J. O.; HAUCK, J. F.; GTIJP, K. V. D. *História da Igreja no Brasil*. Ensaio de Interpretação a partir do Povo. Petrópolis: Editora Vozes, 1980.
- BORGES, V. P. *O que é História?* São Paulo: Brasiliense, 1980.
- BOXER, C. *O Império Ultramarino Português*. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BREFE, A. C. F. *O Museu Paulista: Affonso Taunay e a memória nacional*. São Paulo: Editora de Unesp; Museu Paulista, 2005.
- CAPELATO, M. H. R. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto/Edusp, 1988.
- CARDOSO, C. F. *Uma introdução a História*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- CHUVA, M. (org.). *A invenção do patrimônio: continuidade e ruptura na constituição de uma política oficial de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1995.
- CLAVAL, P. A geografia cultural no Brasil. In: BARTHE-DELOIZY, F.; SERPA, A. (orgs.). *Visões do Brasil: estudos culturais em Geografia* [online]. Salvador: EDUFBA; Edições L'Harmattan, 2012, p. 11-25.
- COOK, T. Arquivos Pessoais e Arquivos Institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. *Estudos Históricos*, n. 21, p. 129-149, 1998.
- FAULHABER, P. *O Lago dos Espelhos*. Etnografia do Saber sobre a Fronteira em Tefé/Amazonas. Belém: Museu Goeldi, 1998.
- FRAGOSO, J. *Arquivos paroquiais e história na América Lusa, séculos XVII e XVIII*. 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014.
- FRAGOSO, J. Efigênia Angola, Francisca Muniz forra parda, seus parceiros e senhores: freguesias rurais do Rio de Janeiro, século XVIII. Uma contribuição metodológica para a história colonial. *Topoi*, v. 11, n. 21, jul.-dez. 2010.
- FRAGOSO, J. et al. *Arquivos Paroquiais e História Social na América Lusa, séculos XVII e XVIII: métodos e técnicas da pesquisa na reinvenção de um corpus documental*. Organização João Fragoso, Roberto Guedes e Antônio Jucá de Sampaio. 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014.



FRATINI, R. Educação patrimonial em arquivos. *Histórica – Revista do Arquivo Público do Estado de São Paulo*, n. 34, p. 1-11, 2009.

HOORNAERT, E. A Igreja Católica no Brasil Colonial. *História da América Latina: América Colonial*, v. I, Trad: Maria Clara Cescato. 2. ed. Editora da Universidade de São Paulo, Brasília DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.

JARDIM, J. M. A Invenção da Memória nos Arquivos Públicos. *Ciência da Informação*, v. 25, n. 2, 1995.

JOBIM, A. *Panoramas Amazônicos: III-Tefé*. Manaus: Typ Phenix 1937.

LIBBY, D. C. A empiria e as Cores: Representações identitárias nas Minas Gerais dos Séculos XVIII e XIX. In: *Escravidão, mestiçagens, populações e identidades culturais*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH-UFMG; Vitória da Conquista: Edições UESB, 2010.

LOSE, A. D. Edições de documentos históricos: A quem interessa? A quem se destinam? *Revista da ABRALIN*, v. 16, n. 2 p. 71-86, jan./fev./mar./abr. 2017.

LUCA, T. R. A história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B. (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

MAXWELL, K. *O Marquês de Pombal*. São Paulo: Paz & Terra, 1996.


MEDEIROS, W. S. Concílio Vaticano I (1869-1870): Centralização do Catolicismo. *Revista eletrônica Discente História.com*, v. 1, n. 1, 2013.

MENEZES, M. L. P. *Prefeituras Apostólicas na Amazônia brasileira: Estado e Igreja na nacionalização do território*. XII Colóquio de Geocritica, Bogotá, Colômbia, 2012.

MENEZES, M.L. P. Trabalho e Território: as missões católicas no interior do estado do Amazonas, Brasil. *Scripta Nova*, Barcelona, v. 6, n. 119, ed.11, 2002. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn119-11.htm>. Acesso em: set. 2018.

MOTTA, R. P. S. Incômoda Memória. Os arquivos das ASI Universitárias. *Acervo*. Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 43-66, jul./dez. 2008.

OLIVEIRA, J. A.; GUIDOTTI, H. *A Igreja Arma Sua Tenda na Amazônia*. Manaus: editora da Universidade do Amazonas, 2000.

- 
- POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. *Revista Estudos Históricos*, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- REIS, A. C. F. *Manáos e outras Villas*. 2. ed. rev. Manaus: Governo do Estado do Amazonas/ Secretaria de Estado da Cultura e Turismo/ Editora da Universidade do Amazonas, 1999.
- REIS, A. C. *A Conquista Espiritual da Amazônia*. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1942.
- REIS, L. O arquivo e arquivística evolução histórica. *Biblios*, v. 7, n. 24, p. 1-11, abr.-jun. 2006.
- ROUSSO, H. O Arquivo ou o indício de uma falta. *Estudos Históricos*, n. 17, p. 85-91, 1996.
- SANTOS, F. J. *Além da Conquista: guerras e rebeliões indígenas na Amazônia Pombalina*. 2. ed. Manaus: EDUA, 2002.
- SCHAEKEN, R.G. *Centenário da presença espiritana na Prelazia de Tefé-Am (1897-1997)*. Manaus, AM, 1997.
- SILVA, J. R.; SOUZA, D. M.; JANES, N. O.; MACHADO, R.C. F. Organizando um arquivo histórico: um *thesaurus* para o Poder Judiciário do Estado do Amazonas e para a história. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 161-174, jan./jun. 2012.
- SOUSA, J. Mão-de-obra indígena na Amazônia Colonial. *Em Tempo de Histórias*, n. 6, p. 1-18, 2002.
- TEIXEIRA, A. A. B.; TELES, L. E. C.; ABREU, T. I. Acervo, História e Memória de Tefé/AM: relato de um projeto de pesquisa. *Revista Eletrônica Documento/Monumento*, v. 10, p. 205-210, 2013.
- TELES, L. E. C.; TEIXEIRA, A. A. B.; ABREU, T. I. Acervo, História e Memória de Tefé/AM: relato de um projeto de pesquisa. *Revista Documento/Monumento*, v. 10, n. 1, p. 205-210, dez. 2013.
- UGARTE, A. S. Filhos de São Francisco no País das Amazonas: catequese e colonização na Amazônia do sec. XVII. *Amazônia em Cadernos*, Manaus, v. 6, p. 201-228, 2000.
- ZICMAN, R. B. História Através da Imprensa: algumas considerações metodológicas. *Projeto História*. São Paulo, n. 4, p. 89-102, 1985.

Os jornais têm muito a oferecer enquanto fonte na pesquisa histórica: apontamentos para um debate

Luciano Everton Costa Teles

Considerações iniciais

É inegável que os jornais registram os acontecimentos das sociedades ao longo do tempo, da invenção da imprensa por Gutenberg aos dias atuais e se esforçam em formar opiniões e gerar comportamentos sociais com o intuito de intervir na realidade social. Aqui temos dois aspectos fundamentais dos jornais, que inclusive revelam as suas potencialidades para a pesquisa histórica.

Os jornais servem aos estudos históricos como fonte, como objeto e até mesmo como ambos, juntos (Gonçalves, 2001). Embora eles permitam reconstituir dimensões da política, da economia, da sociedade e da cultura, perpassando de cima a baixo os setores sociais, abordando questões públicas e privadas, apresentando-se, dessa forma, como um documento histórico dos mais férteis para os estudos históricos, cabe ter alguns cuidados metodológicos ao abordá-los.

Os jornais não são entes que pairam acima da sociedade. Não podem ser encarados de forma isolada, à parte das relações humanas e sociais. Não surgem como um passo de mágica no cenário urbano, muito menos carregam em seu bojo

neutralidade. Não são uníssonos e se modificam conforme os contextos históricos e interesses em jogo. Os jornais são históricos, assim como o são a tecnologia envolta na sua produção e os agentes históricos que dão vida e sentido a eles (Zicman, 1985; Elmir, 1995; Luca, 2005; Martins, 2012).

Tais documentos, como fruto das ações dos agentes históricos que dinamizam a sociedade, são divergentes e até antagonistas. Eles são variados e defendem projetos políticos e sociais diferentes, posto que são instrumentos de ação comunicativa de grupos sociais com visões de mundo e projetos de sociedade distintos. Muitas vezes são até classificados como jornais burgueses, operários, feministas, indígenas, estudantis, dentre outros.

Destarte, dada a sua importância no espaço público, os jornais davam visibilidade aos literatos e suas obras e aos líderes políticos e seus projetos, por exemplo. Servia de trampolim político, inclusive. Outras vezes era alvo de repressão, e eram “empastelados”.

De tempos remotos aos atuais, os jornais não perderam a sua importância e foram incorporados às mídias digitais. Por tudo isso, estudá-los torna-se fulcral.

O objetivo deste texto é demonstrar as potencialidades da imprensa, especialmente os jornais, como fonte para a pesquisa histórica. Para isso, dividimos o escrito em três partes: editoriais e polifonia, jornais e informações sociais e circulação de ideias e projetos políticos.

Editoriais e polifonia

Os jornais não são uníssonos, como salientamos nas considerações iniciais do texto. Eles carregam consigo várias vozes, presentes em artigos, reportagens, informações, cartas abertas e outros espaços que retratam e se posicionam acerca de algum acontecimento de época. Assim, ao tomarmos um

jornal específico como fonte de estudo, certamente nele há chances de encontrarmos posições divergentes sobre um episódio social, o que se justifica pela sua polifonia. Por isso é valioso que examinemos os proprietários e os colaboradores que fazem parte dos jornais, especialmente tentando saber quem são e a quais grupos sociais se vinculam.

O esforço em situar o grupo social que fabrica os jornais, procurando investigar a sua composição social e a trajetória dos seus membros, além de contatos e vínculos estabelecidos interna e externamente por eles, é uma ação necessária. Nesse empenho expressivo, as informações acerca disso tendem a estar nos próprios jornais, pois, em geral, eles inclinam-se a registrar as ações dos seus colaboradores e a externar as suas redes de relações e vínculos (Teles, 2018). Mapear os conteúdos publicados nos jornais, identificando e perscrutando os seus autores é sempre de bom tom, pois, como indica Capelato, “a análise desse documento exige que o historiador estabeleça um diálogo com as múltiplas personagens que atuam na imprensa de uma época (1988, p. 21).

Por outro lado, os editoriais são muito referenciados como o setor em que os jornais indicam a sua linha política, a sua perspectiva analítica e o seu programa. Com o objetivo de definir e situar os jornais de forma política e ideológica, muitos pesquisadores recorrem a eles. Não há nada de equivocado nisto e os editoriais já brindaram e continuarão a brindar muitos estudiosos de diversas áreas, e não somente da disciplina histórica, que tomam os jornais como fonte histórica. Aliás, recentemente os periódicos são utilizados como fonte na educação, na sociologia, na antropologia, etc.

Porém, dependendo dos objetivos e dos problemas a serem respondidos no processo da pesquisa histórica, devemos ter cautela de observar a polifonia presente nos jornais em articulação com os editoriais. Por exemplo, Jonas Vargas, na quadra histórica do século XIX, anunciou que a leitura dos

editoriais da imprensa partidária sem a atenção necessária sobre quem discursava e quem os escrevia impediria uma melhor percepção do conjunto de interesses envolvidos em tais manifestações. Em suas palavras:

O que acaba acontecendo são descrições dos programas partidários e citações de discursos, no qual, por exemplo, a simples denominação de “partido da ordem” dada aos conservadores faz pensar que os homens nele filiados agiram sob a orientação desse enunciado, ignorando uma série de influências e imposições externas[...] (2007, p. 19).

Esta dimensão se constitui um perigo, pois se não tivermos cuidado e atenção em relação a isto, em grande medida, podemos definir os jornais dentro de uma perspectiva política e ideológica que, ao fim e ao cabo, não é a deles. Certamente que para buscarmos um posicionamento menos “tortuoso” dos jornais frente às questões políticas e sociais do momento histórico em que circulavam, os editoriais são um bom caminho, entretanto, sempre com os cuidados apontados anteriormente.

Temos que ter prudência, pois as coisas não são tão simples assim. Vejamos que mesmo o jornal em editorial externando a sua posição política e em relação a algum fenômeno social (protestos, transformações urbanas, pobreza, mundos do trabalho, etc.), em momentos específicos e conforme a correlação de forças e os interesses em jogo, posiciona-se na direção contrária àquela apontada no seu programa.

Neste caso, o grande problema é que os jornais, dependendo dos diferentes contextos, mesmo sendo de uma determinada e específica orientação política, como já salientamos, podiam assumir posições surpreendentes, embora, logicamente, dentro dos campos de possibilidades e das avaliações realizadas pelo grupo que os colocou em circulação. A título de ilustração,

podemos aqui destacar o jornal *A Lucta Social* que, dizendo-se anarquista, negava o sistema representativo republicano e o exército, porém viu com simpatia a revolta dos tenentes em Manaus (Santos, 2001), declarando apoio ao movimento e às reformas por ele implantadas.²⁹

Tais reformas, na perspectiva dos tenentes, visavam à regeneração das instituições republicanas. Temos aí questões que eram veementes combatidas dentro do espectro político (programa) daqueles que confeccionavam o jornal citado, mas, na prática social, agiram de outra maneira. Por isso que:

O pesquisador deve ter ciência de que um periódico, independente de seu perfil, está envolvido em um jogo de interesses, ora convergentes, ora conflitantes, buscando evidenciar – e cativar – o seu público-leitor. O que está escrito nele nem sempre é um relato fidedigno, pois há, nos bastidores de sua reportagem, muitas vezes, a defesa de um posicionamento político, de um poder econômico, de uma causa social, de um alcance a um público alvo etc., advindos das pressões de governantes, grupos financeiros, anunciantes, leitores, grupos políticos e sociais, muitas vezes de modo dissimulado, disfarçado (por isso também o cuidado com análises que focam exclusivamente nos editoriais para conhecer o posicionamento do periódico) (Lapuente, 2016, p. 18, grifo do autor).

Portanto, a saída aqui consiste em inserir os jornais dentro de seus contextos históricos específicos, identificando o grupo social que os fabrica e o seu “lugar social” na cena histórica, em contraposição a outros grupos sociais e seus respectivos jornais. O cruzamento de jornais (assim como outras fontes históricas – processos judiciais, inquéritos policiais, leis...) é essencial,

29 RIBEIRO JÚNIOR, C. *A Lucta Social*. Manaus, 10 ago. 1924.

especialmente se buscamos reconstituir os contextos históricos, os atores sociais envolvidos no processo, particularmente em relação às disputas de seus projetos políticos, e as correlações de forças e os campos de possibilidades nos quais as ações são tomadas. Ações e decisões que nem sempre estão em consonância com as diretrizes programáticas dos grupos e dos seus respectivos jornais.

Ao nosso ver, os editoriais nos permitem acessar as propostas dos jornais em termos de posicionamento social, mas não são suficientes para entendê-los em algumas de suas ações no bojo das disputas sociais. Aqui, é necessário e fundamental recompor as disputas sociais em jogo na arena em que elas ocorrem.

Impressos e informações sociais

Os jornais oferecem vasto material para o estudo da vida cotidiana. Os costumes e práticas sociais, o folclore, enfim, todos os aspectos do dia-a-dia estão registrados em suas páginas. Neste tipo de abordagem o pesquisador pode recorrer as colunas sociais, aos “faits divers”, às ilustrações, às caricaturas e às diferentes seções de entretenimento. O noticiário tem grande importância para as investigações históricas. É utilizado nas análises econômicas, nos estudos sobre as condições de vida, relações e lutas sociais, etc. (Capelato, 1988, p. 34).

Os conteúdos nos jornais são amplos, variados e contemplam as múltiplas dimensões do viver humano. Tais conteúdos estão materializados em artigos, imagens, crônicas, colunas sociais, dentre outros. Todavia, não podemos esquecer, a atuação nos jornais se dá em função do seu “lugar social” e dos interesses e disputas políticas encampadas numa quadra histórica específica. Por isso que trabalhar com jornais implica:

em trazer para cada conjuntura e problemática que se investiga os desdobramentos teóricos e metodológicos que ela encaminha, articulando a análise de qualquer publicação ou periódico ao campo de lutas sociais no interior do qual se constitui e atua. Nessa concepção propõe-se, no estudo da imprensa, um deslocamento que nos conduza da história dos meios de comunicação para o campo da história social (Cruz; Peixoto, 2007, p. 257).

E é disso que se trata! Perpetrar uma História Social tendo como suporte os jornais é empregar este documento histórico com centralidade na pesquisa da sociedade. Até porque, a imprensa é uma instituição central na vida moderna e, como já pontuamos, ela é uma força ativa no processo histórico, influenciando e intervindo na realidade em distintas épocas. Em geral, as suas posições são defendidas como referências, diríamos até mesmo como modelos a serem seguidos. Podemos aqui lançar mão de duas ilustrações: os jornais da “grande imprensa” e os “jornais operários”.

Sobre a “grande imprensa”, tomamos como exemplo o *Jornal do Commercio*. Vejamos o trecho abaixo:

Para um espírito observador fácil é ver onde está a verdadeira causa das luctas e trabalhos por que, há annos para cá, tem passado o Estado do Amazonas, preocupação constante dos que ouvem falar das suas riquezas naturaes e de seu progresso.

(...)

Veio a República, e sua federação descentralisou o poder, permitindo assim a livre acção local, e d'ahi o consequente progredimento das industrias, o desenvolvimento das forças vivas d'esta terra o seu crescimento material, a sua riqueza, outr'ora abafada, e a evolução da sociedade amazonense (Jornal do Commercio. Manaus, n. 647, 18/04/1906).

Evolução, progresso e civilização era a construção do paradigma da modernidade. A instituição de representações e práticas sociais tidas como modernas, tanto em termos de produção, trabalho e riqueza quanto de reformas urbanas, com novos espaços de sociabilidade permeados por novos comportamentos e condutas (Ribeiro, 2014).

Acerca dos “jornais operários”, selecionamos, a título de ilustração, o *Vida Operária*. Neste periódico encontramos, dentre inúmeros assuntos, o recorte que se segue:

Assim sendo, a Vida Operária, lança-se hoje à luz, como defeza exclusiva do operariado desta terra maravilhosa, pronta para defender (...) o interesse de uma classe esquecida e velipendiada pelos que nada produzem, a não ser a brutalidade espantosa de aumentar o capital (Vida Operária, n. 1. Manaus, 08 fev. 1920).

Companheiros! A Vida Operária, como verdadeira pioneira, como batel deslizando sobre as em capela das ondas do mar, há de defender com o forte baluarte, com viva manifestação, a nossa dor, os nossos sofrimentos (Vida Operária, n. 4. Manaus, 29 fev. 1920).

Como podemos observar acima, os interesses relacionados aos grupos que estão por trás dos jornais ganham as suas páginas e são defendidos para serem viabilizados na prática social e cotidiana.

Considerando os trechos dos jornais citados anteriormente, no caso do *Jornal do Comércio*, fica visível os temas relacionados à modernidade, ao progresso, à urbanização, às normas de condutas no espaço urbano, dentre outros assuntos ligados aos segmentos da elite extrativista e comercial, como a partida dos navios a vapor com destino a Europa, a cotação da borracha, a sociabilidade dos membros da elite local e a moda parisiense.

Por outro lado, no jornal *Vida Operária*, temos informações relacionadas ao movimento operário internacional, a importância da organização dos trabalhadores em associações/sindicatos, a carestia de vida e os baixos salários, a extensa jornada de trabalho e a luta pelas oito horas, denúncias sobre as péssimas condições de trabalho e o empenho em lutar por direitos sociais e políticos.

Ao colocarmos os jornais em tela, lado a lado, percebemos que as informações que eles trazem ao público dizem respeito ao seu “lugar social” e aos grupos sociais que os dão vida e que os utilizam a partir dos seus interesses coletivos e de seus projetos de sociedade. Atentar para isso é algo salutar, pois torna a ideia da neutralidade indefensável, assim como a ideia de que os jornais são um “ente” acima da sociedade ou isolada da mesma. Eles se situam mesmo no seio dos conflitos e das disputas sociais. Por isso que o uso metodológico “estanque” (espécie de receitas de procedimentos a serem executados) “pode deixar o pesquisador despercebido de que, mesmo com um perfil traçado, o jornal possui sua própria pluralidade de pessoas, de pensamentos e de posicionamentos nem sempre convergentes e de fácil percepção no seu interior” (Lapuente, 2016, p. 17).

Circulação de ideias e projetos políticos

Os jornais trazem informações variadas e amplas sobre as camadas sociais, cobrindo e registrando uma gama significativa dos fatos sociais. Daí reside a sua riqueza e a sua potencialidade como fonte para a pesquisa em História. Neste setor do texto, em função dessa amplitude social que os jornais cobrem, vamos operacionalizar um recorte cronológico e espacial para melhor enfatizarmos a questão da circulação de ideias e dos projetos políticos que os jornais carregam consigo. Para isso,

vamos focar nos jornais operários que circularam na capital do Amazonas no início do século XX.

Muitos dos conteúdos que circulavam nos jornais dos trabalhadores eram assuntos de caráter geral ao movimento operário como um todo. Isso se deve ao caráter internacional assumido pela contradição capital/trabalho, em outras palavras, à dimensão internacionalista do movimento de luta dos trabalhadores resultante do capitalismo e da exploração por ele gerada. Tais conteúdos assumiram uma dupla função: estruturar uma visão de mundo e de sociedade e servir como modelo para dinamizar o movimento operário local.

A relevância atribuída às conexões realizadas pelos militantes no Amazonas é diretamente proporcional à amplitude e intensificação dos fluxos comunicacionais que possibilitavam dinamizar leituras críticas da realidade social, modelos de organização operária e formas de ação política, além de inúmeros outros pontos direta ou indiretamente ligados a esse processo de luta social. Neste sentido, os assuntos mais gerais atinentes ao movimento operário “universal”, cuja exploração e luta contra o capitalismo pareciam ser independentes dos aspectos locais, estiveram presentes na imprensa operária manauara, sendo utilizados pelos militantes com a finalidade de dinamizar o movimento operário amazonense.

Para efeito de constatação deste processo, escolheu-se dois assuntos comuns que constam significativamente em quase todos os jornais operários. São eles: capitalismo e organização dos trabalhadores. Estes assuntos se encontravam interligados e representam, ao nosso ver, os fundamentos gerais comuns aos movimentos operários de diversas partes do mundo. O que os diferenciava, como se sabe, eram as formas de ação, as estratégias e os instrumentos utilizados no processo de luta social.

O capitalismo enquanto sistema vigente e em expansão pelo globo ganhou as páginas das folhas operárias locais, sejam

elas anarquistas, socialistas ou reformistas. O *Vida Operária* assim se reportava ao tema:

O capitalismo, na imensa brutalidade de tudo conquistar tem oprimido victimas indefeças e arrastado em turbilhões, pela ambição, -papa e baronetas, e pelo direito da força, reis e exércitos. O operariado esmagado, martyrisado e asfixiado, pela prepotência sanguinária do capital, ha de saccudir o jugo em que se acha manietado, e proclamar debaixo da ordem aos quatro ventos os seus direitos conspurcados pelo próprio capital. O capital há de ver o pedestal de suas conquistas derruído, e uma nova aurora raiar no campo operario e nelle se erguer o monummento inabalável da Liberdade, em que o mundo será uma única família, embalada nesse doce lemma Igualdade, Liberdade e Fraternidade, até hontem sonhada e proclamada, porém, calcados pelos pés dos magnatas do capitalismo (29 fev. 1920).

A crítica tecida pelos socialistas ao capitalismo e seus “magnatas” incorporou, como se pode ver, elementos também presentes no anarquismo (a forte oposição à Igreja, à monarquia e ao militarismo, por exemplo), o que é um indício forte da “mescla ideológica” existente e mencionada anteriormente como um elemento que ensejava uma aproximação entre tais tendências e, dependendo da conjuntura, até mesmo a “troca” de uma perspectiva pela outra, como demonstrou Bartz ao estudar a trajetória de Abílio de Nequete:

Este foi um importante personagem do movimento operário brasileiro. Em 1917, ele participou da Liga de Defesa Popular, organismo criado pelos anarquistas para gerir a greve geral ocorrida naquele ano no Rio Grande do Sul. Pouco tempo depois, o militante se distanciou dos anarquistas fundando o Partido Comunista

do Brasil (1922) e tornando-se o seu Secretário Geral (Bartz, 2008, p. 161-166).

Não encontramos casos semelhantes na realidade por nós estudada, mas isso não quer dizer que eles não tenham acontecido.

Da mesma forma que a folha anterior, *A Lucta Social* atacava o capitalismo por intermédio dos seus protagonistas, chamados de burgueses:

Companheiros:

Sabeis p'ra que servem essas palavras amenas, bonitas, que os burguezes empregam em seus livros, em seus jornaes, nos seus discursos, emfim? Servem para enganar-nos, porque desse modo elles não trabalham e querem que nós produzamos tudo o que elles carecem, fazendo-nos ver que o trabalho é uma virtude e que nós temos o dever de trabalhar até morrer, enquanto elles se divertem nos lupanares immundos, desviando-se por completo da pratica de tal virtude, isto é - o trabalho.

Assim, pois, camaradas, é chagada a hora de ajustar contas com elles, nós que tudo produzimos e nada possuímos (...). Reflexiona CINCO MINUTOS somente no teu futuro, e dirás depois: - só uma coisa me espera - a fome que passará se farás passar aos teus é producto do burguez... (29 mar. 1914).

Nestes periódicos, o capitalismo e/ou seus agentes, os “burguezes”, eram responsabilizados pela exploração dos trabalhadores, pelas desigualdades sociais e, conseqüentemente, pelas dificuldades de subsistência das famílias operárias. Críticas semelhantes apareceram em outras folhas operárias do Brasil, como por exemplo, no *A Rebelião*, jornal anarquista publicado em São Paulo, que dizia que “o pauperismo” era produzido “pela sede insaciável de ganhos e lucros dos patrões em detrimento dos produtores” (O PRINCIPIO DO FIM.

A Rebelião. São Paulo, ano 1, n. 6, 17/6/1914), ou no *A Voz Operária*, de Campinas/SP, que apontou que a burguesia é “usurpadora, cujo escopo único é viver no dolce farniente, explorando, baixa e miseravelmente as vítimas, que, sem cansaço e sem esmorecimentos, trabalham para maior força dar aos seus algozes” (*A Voz Operária*, 07 set. 1919).

Perrot demonstrou que a imprensa operária na França constantemente utilizava um “vocabulário de insultos” os quais mais se qualificava do que se descrevia o patrão. Assim, ele era representado como “pançudo” e “parasita”, entre outros termos semelhantes (1988, p. 81-125). Tal vocabulário se constituiu, portanto, como uma imagem geral que circulou pelas mais diferentes regiões do globo, inclusive na capital do Amazonas.

Já a questão da organização operária constou em grande parte dos periódicos operários locais, como atesta o exemplo abaixo acerca da Associação dos Empregados no Comércio do Amazonas:

Vamos caixeiros de Manaós, unamo-nos, façamos confiantemente a construção sólida do edifício da nossa união, com o mesmo pensamento e com o mesmo sincero amor de irmãos que somos de uma classe, que deve e precisa de um centro fortalecido para todos os embates da adversidade (Tribuna do Caixeiro, 09 ago. 1908).

Estes conteúdos de caráter geral também foram “adaptados” à realidade local. Observou-se isso a partir de alguns exemplos. O primeiro consta no jornal *Gutenberg*. Nele, o redator Vicente L. de Paula Galvão elaborou um artigo com o objetivo de chamar os tipógrafos a uma reunião onde se abordaria o processo de organização da categoria em torno de sua entidade, como se vê:

Em quasi todas as capitaes do mundo têm-se operado o grande movimento artistico com os mais sublimes resultados.

A arte typographica, que, sendo como é, uma das mais importantes invenções da humanidade, deve collocar-se também na vanguarda das associações. Em Manaós, que um typographo não é mais nem menos do que um simples artista, pode, entretanto, sahir desse marasmo, onde por tanto tempo se acha collocado.

Em São Paulo, por exemplo, que os typographos com mui diminuto numero, isto é, inferior a nós aqui no Amazonas tem sabido elevar-se e elevar a classe a tal ponto de se fazer representar nos grandes movimentos populares.

Têm uma boa associação, vivem todos bem colligados e assim têm chegado a rivalisar com muitas das melhores sociedades no sul da União. Assim também, collegas do Amazonas, unam-nos, que não estará talvez, muito longe o dia em que sahindo do obscurantismo em que vivemos, dizer ao mundo inteiro: - "Nós, os typographos, aqui no Amazonas, somos grandes também; temos a nossa associação, vivemos uns para os outros e, assim unidos podemos apparecer no meio da grande e humanitaria socieda de amazonense"!

Faço, portanto, um apello nestas collumnas aos meus dedicados collegas, para comparecerem a uma reunião, que brevemente será comunicada. No dia da reunião pede-se o comparecimento de todos (Gutenberg, 15 nov. 1891).

Neste chamamento, o redator se referiu à associação dos tipógrafos de São Paulo claramente cometendo exageros no que concerne à quantidade diminuta da categoria e à ideia da existência de uma harmonia em sua sociedade, desconsiderando as disputas travadas no seu interior. Ao que parece, esse excesso foi proposital, uma vez que o articulista praticamente criou um modelo de associação a fim de ser

tomado como referência ao movimento de organização dos trabalhadores dessa categoria em Manaus.

O segundo foi extraído das colunas do *A Lucta Social*, mais precisamente de um artigo denominado “Appello aos trabalhadores de Manaós”:

A situação precária em que se encontra a vida de Manaós, demonstra a evidente necessidade da organização operária.

O operário, não se tem importado, absolutamente, com esse dever, decerto, porque a vida lhes sorria, mas n'uma felicidade efêmera! Porém agora, necessario se lhe torna essa organização, não só para fazer valer os seus direitos que a natureza concedeu ao homem, cujo futuro, na sua ambição, será uma sociedade livre.

A constituição de sociedades de classe é um dever que se impõe ao trabalhador do mundo culto, fortalecendo-as com a solidariedade de todos, são princípios da ideia sacrossanta do Socialismo. É preciso impormo-nos ao capital que tudo avassalla, e erguermo-nos contra o desdém e o odio voltado aos trabalhadores, com seu olhar ferino (29 mar. 1914).

O texto foi elaborado em um contexto marcado pela Primeira Guerra Mundial e pela crise econômica no Estado, os quais impactaram fortemente a economia local: a primeira encarecendo os gêneros de primeira necessidade importados; a segunda, gerando desempregos e atrasos nos salários dos operários, sobretudo dos gráficos que, naquele momento, fizeram inclusive greves, como se observa abaixo:

Há já bastantes dias os operários graphicos de O Tempo diariamente publicado nesta cidade, se declararam em greve pacífica. Segundo fomos informados a falta de pagamento aos operários motivou o levante. Havia cinco semanas que os escravos d'aquelle orgam não

tinham o prazer de contemplar o gorro frígido d'umnikel. O padeiro a porta; o proprietário amável como sempre ameaçava com despejo; a carne a 1500 e 1700 (ainda dizem que há crise), o merceiro suspendera o credito, o calçado gasto, e... enfim pelo esophago só passava (as vezes) um café, água quente em direcção do estomago (EM VOLTA D'UMA "GREVE". A Lucta Social. Manaus, ano 1, n. 1, 29/3/1914).

O trecho acima retrata bem o momento em que o "Appello aos trabalhadores de Manaós" foi publicado. Tratava-se de um chamado ao processo de organização dos operários num contexto de crise econômica e luta por emprego e pagamento dos salários em dia. O projeto político aqui era a luta por cidadania na Primeira República brasileira.

Considerações finais

Os jornais têm muito a oferecer enquanto fonte na pesquisa histórica. Com certo cuidado metodológico e com problemáticas qualificadas, os jornais são documentos ricos e amplos socialmente, trazendo registros de diversas dimensões do viver social, contemplando variados grupos sociais, das elites aos trabalhadores e desses aos setores populares. Através da imprensa, é possível reconstituir uma História Social complexa e significativa, que nos permita entender o mundo atual e suas configurações histórica e social.

Os jornais são apaixonantes não apenas como documentos históricos de relevo, mas, sobretudo, porque nos desafiam em termos de entendê-los no seu contexto histórico. Não são poucas as teses e dissertações, ou seja, conhecimento histórico produzido tendo como corpus documentos e jornais.

Portanto, como já havíamos dito em outros escritos, da imprensa brotam diversos temas: gênero, representações,

doenças, imigrações, movimentos sociais, urbanização e exclusão social, entre outros. Esta fonte tem muito a nos proporcionar. Ainda há canteiros a serem trabalhados. Vamos pôr as mãos na massa?!

- BARTZ, F. D. *Solidariedades impressas (1917-1920): o jornalismo operário como forma de ligação entre o movimento operário gaúcho e os trabalhadores organizados do centro do país no período das grandes greves. Vestígios do passado: a história e suas fontes. Anais do IX Encontro Estadual de História. ANPUH/RS, 2008, p.1-124.*
- CRUZ, H. F.; PEIXOTO, M. R. C. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto História*, São Paulo, PUC, n. 35, p. 253-270, 2009.
- ELMIR, C. P. As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica. *Cadernos de Estudos do PPG em História*. Porto Alegre, v. 13, n. 13, p. 19-29, dez./1995.
- GONÇALVES, A. (org). *Ceará Socialista – Anno 1919*. Florianópolis: Insular, 2001.
- LAPUENTE, R. S. A imprensa como fonte: apontamentos teóricos-metodológicos iniciais acerca da utilização do periódico impresso na pesquisa histórica. *Revista de História Bilros*. Fortaleza, v. 4, n. 6, p. 11-29, jan./jun. 2016.
- LUCA, T. R. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B. (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.
- MARTINS, A. L.; LUCA, T. R. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 2012.
- PERROT, M. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- RIBEIRO, P. D. T. *Do burgo podre ao leão do norte: o Jornal do Commercio e a modernidade em Manaus (1904-1914)*. Dissertação (mestrado em História), PPGH/UFAM, Manaus, 2014.
- SANTOS, E. M. *A Rebelião de 1924 em Manaus*. 3. ed. Manaus: Editora Valer, 2001.
- SODRÉ, N. W. *História da Imprensa no Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
- TELES, L. E. C. *Construindo redes sociais, projetos de identidade e espaços políticos: a imprensa operária no Amazonas (1890-1928)*. Doutorado em História, UFRGS, Porto Alegre, 2018.
- VARGAS, J. M. *Entre a Paróquia e a Corte: uma análise da elite política no Rio Grande do Sul (1868-1889)*. Dissertação (mestrado em História), PPGH/UFRGS, Porto Alegre, 2007.
- ZICMAN, R. História através da imprensa: algumas considerações metodológicas. *Projeto História*, n. 4, p. 89-102, São Paulo: Educ., 1985.



Fontes

A Lucta Social/ AM (1914 e 1924)

A Rebelião/SP (1914)

A Voz Operária/SP (1919)

Gutenberg/AM (1891)

Jornal do Commercio/AM (1906)

Tribuna do Caixeiro/AM (1908)

Vida Operária/AM (1920)



“Faleceu da vida presente”: causa de morte entre os escravizados em Manaus 1860-1870

Tenner Inauhiny de Abreu

Considerações iniciais

O capítulo em tela, intitulado “*Faleceu da vida presente*”: *Causa de morte entre os escravizados em Manaus 1860-1870*, analisa as causas de adoecimento e morte entre escravizados na então província do Amazonas, a partir dos arquivos eclesiásticos, notadamente, o livro de assentamentos de mortos de Manaus entre 1867 a 1873, presente na Cúria Metropolitana de Manaus, instituição que custodia os acervos da igreja católica na cidade.

O texto em tela nasceu como desdobramento da dissertação “Nascidos no Grêmio da Sociedade”: Racialização e mestiçagem entre os trabalhadores na Província do Amazonas (1850-1889), defendida em 2012 no Programa de Pós-Graduação Mestrado em História da Universidade Federal do Amazonas – PPGH -UFAM. Era à época uma tentativa de compreender as estratégias de sobrevivência, relações, tensões e ascensão social entre trabalhadores tipificados como escravizados nas fontes, dialogando com conceitos de racialização e mestiçagem ancorados em aportes teóricos da história social.

Este trabalho contou com pesquisa documental nos arquivos da cidade de Manaus, que detinham fontes oficiais

ou de outras naturezas (notadamente: Falas, exposições de Presidentes de Província, jornais, arquivos paroquiais dentre outros), Arquivo Público do Estado do Amazonas – APPAM; Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas – IGHA; Centro de Documentação e Apoio a Pesquisa -CENDAP/POLIS/UFAM; Centro Cultural Povos da Amazônia - CCPA; Museu Amazônico e Cúria Metropolitana de Manaus – CMM.

O contato com fontes de origens diferenciadas, muitas com uso pouco frequente nas pesquisas historiográficas locais, como os arquivos paroquiais, no caso do livro de assentamento de mortos de Manaus 1867 a 1873, nos propiciaram a observação de personagens do oitocentos das mais diversas qualificações sociais e étnicas. O adoecer e morrer na Manaus da segunda metade do século XIX, em via de regra, apoiou-se em importante massa documental produzida pela previdência da província do Amazonas, ou em relatos de viajantes.

As fontes utilizadas pela História Social, que demonstram uma potencialidade significativa pelo seu caráter repetitivo e sua quantidade, são as chamadas fontes paroquiais. Os historiadores sociais têm explorado, mesmo que de maneira menos aprofundada do que ocorre em outros países, os registros paroquiais. Estes registros compõem as únicas coleções seriadas que se possui, por exemplo, para uma abordagem da História Social. Na historiografia internacional já se possui larga tradição nas pesquisas de história demográfica e das famílias.

A sociedade amazonense do oitocentos, longe de poder ser caracterizada a partir dos elementos constitutivos da *plantation* (grandes propriedades e grandes plantéis de populações escravizadas), apesar disso e contando com a presença reduzida de indivíduos classificados como escravos, sofre a influência da escravidão nas suas hierarquias sociais. Desnudar as estratégias³⁰ sociais de indivíduos que sofreram

30 Na obra *a Invenção do Cotidiano*, Michel de Certeau (1998) distingue o que seria estratégia. O autor afirma: “chamo de ‘estratégia’ o cálculo das

o processo de racialização³¹, típico do século XIX, e observar a dinâmica destes trabalhadores vai além do estudo que envolve as Instituições ou mesmo a condição jurídica destes indivíduos, na medida em que, apesar do número reduzido de escravos e libertos, encontravam-se espalhados pela então Província do Amazonas e, de acordo com jornais e outras fontes oficiais, em contato efetivo com trabalhadores de condições jurídicas e qualificações raciais diversas, servindo como modelo de comportamento, sendo classificados como trabalhadores.

A história de africanos e seus descendentes no Amazonas começa a vencer um longo silêncio, ao que tudo indica os acompanhou até a sepultura. Paire sobre a trajetória de homens e mulheres negras da região uma poderosa (e arraigada) força discriminatória que oculta a importância das culturas africanas para a formação política e social da sociedade amazonense. Tal silêncio, em diversos aspectos, perpassa as experiências de trabalhadores e trabalhadoras da sociedade amazonense, presentes numa visão historiográfica mais tradicional como “pano de fundo” a uma história da cidade, portanto, descarnada, em que o mundo da escravidão e do trabalho livre são considerados infensos. Desta forma, a trajetória de indivíduos ex-escravizados praticamente desaparece das análises a respeito dos mundos do trabalho no oitocentos.

relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder e isolável de um ‘ambiente’ ela postula um lugar capaz de ser circunscrito como um próprio e portanto capaz de servir de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta” (p. 46). O autor chama de estratégia o cálculo das relações de forças que se tornar possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder pode ser isolado (Certeau, 1998, p. 98).

31 De acordo com Hebe Mattos (2004, p. 12), o conceito de racialização é juntamente com o de raça uma construção do século XIX. Como veremos oportunamente, raça e cidadania foram conceitos articulados no Império para dar conta da realidade demográfica do Brasil.

História de africanos e afrodescendentes na Amazônia

A historiografia regional de maneira corriqueira, pelo menos a tradicional, feita pelos memorialistas, e que tem em Arthur Reis seu maior representante, relega a um segundo plano, a presença africana na região Amazônica desde o seu período colonial. Normalmente, a região é caracterizada como um grande vazio demográfico, abandonada à própria sorte, com economia extrativista baseada na coleta de drogas do sertão e uso intensivo de mão de obra indígena (Chambouleyron, 2006).

No final do século XVIII (1778 e 1797) foram produzidos mapas populacionais para o Estado do Grão-Pará e Rio Negro. Leituras clássicas da historiografia regional basearam-se nesses documentos e constituíram pesquisas sobre a formação econômica e social da Amazônia. A preocupação estatística avançou o século XIX na região e no início da década de 1820 ainda era um dos pilares políticos do Império português na América. Ao examinarem-se tais perspectivas (as preocupações estatísticas e demográficas nesta área), observam-se as transformações nas populações da Amazônia, fator possibilitado por uma mudança de escala de análise (Mello, 2016). Muito mais do que indígenas, temos um caldeirão multiétnico de não brancos, para os trinta últimos anos do XVIII e primeiras décadas do XIX.

Sampaio (2002), em consonância com Chambouleyron (2006), alerta para o quadro em relação as pesquisas sobre a presença africana no vale Amazônico. A autora afirma que em se tratando do tema da escravidão na Amazônia, o mais usual é se iniciar com uma ressalva: as pesquisas sobre a temática, o uso da escravidão de africanos, teria pouco significado na economia amazônica colonial.

Tratar-se-ia de uma limitação detectada por outros pesquisadores, como Regina Almeida (2014), que afirma ser de fundamental importância a compreensão do contexto em

que ocorre a conquista do vale amazônico: uma população branca diminuta e com significativa carência de capitais, aliada a uma abundância de mão de obra indígena, o que incorreria em aplicação de usos de trabalho compulsório, caracterizando o sistema econômico da região (Sampaio, 2002).

A recuperação das experiências compartilhadas por atores de origens diversas na Amazônia do século XIX, é, além de questionar o quadro acima mencionado, que se cristalizou em obras tradicionais com enfoque em instituições, economia e política regional, questionar uma pretensa invisibilidade que paira sob indivíduos de origem africana ou afrodescendentes bem como suas trajetórias na região (Sampaio, 2011).

As fronteiras que separavam estes indivíduos e concepções de liberdade e escravidão eram fluidas, o que muitas vezes faziam com que estes mundos distintos se cruzassem. Homens e mulheres de origens étnicas distintas, podemos supor para o Amazonas provincial, poderiam partilhar suas experiências (Sampaio, 2011).

O impacto reduzido da presença africana/negra na economia regional, teria, portanto, cristalizado uma imagem: a precariedade de empreendimentos agrícolas, uso predominante de trabalho indígena e, como já afirmamos, a baixa expressividade desta presença africana (Sampaio, 2011).

Há um conjunto de autores, que, apesar do quadro acima descrito, destoam desta perspectiva hegemônica no espaço historiográfico regional. Autores importantes como Manuel Nunes Pereira (1949), Vicente Salles (1971), Anaíza Vergolino-Henry e Arthur Napoleão Figueiredo (1990) questionam as interpretações cristalizadas em obras clássicas nas quais o quadro do período colonial seria transposto, sem nenhum condicionante, ao século XIX: número reduzido de afrodescendentes, impacto modesto na economia local e inexpressiva contribuição social ou cultural ao Amazonas do oitocentos.

Tais ideias, como já assinalado, tem origem em autores clássicos, que se identificam com a empresa colonial portuguesa e que, portanto, acabam construindo memórias reproduzidas em pesquisas sobre a temática da escravidão no Amazonas, mesmo que se parta de uma perspectiva diametralmente oposta, diversos trabalhos ainda lutam na arena acadêmica para desconstruir concepções como as explicitadas abaixo por Arthur Reis, na obra *O negro na empresa Colonial dos portugueses*:

O que os portugueses realizaram na Amazônia, para torná-la uma área utilizável pelo homem, seja no domínio puramente político, seja no esforço por transformá-la em espaço habitável, constitui página magnífica de comprovação da possibilidade de posse efetiva da extensa região brasileira (...) (Reis, 1961, p. 145).

Aqui vemos uma das ideias força sobre a região amazônica: o protagonismo lusitano no processo de conquista e colonização e a região como grande vazio demográfico. Foram, na ótica de Reis (1961), os portugueses que se esforçaram para tornar o vale amazônico habitável e não os responsáveis pela sua despopulação mediante a conquista e colonização.

Reis (1961) prossegue sua análise com mais uma das pré-noções bastante comuns sobre a região: a inutilidade da mão-de-obra indígena, pouco afeitos a vida (e trabalho sedentários), e a docilidade da mão-de-obra africana, com a desvantagem do preço de obtenção (a carência de capitais seriam um dos entraves da inserção de africanos escravizados na Amazônia, ideia hoje questionada em algumas pesquisas):

No tocante a atividade econômica, nos contactos (sic) com o gentio da terra, verificadas certas reações que faziam ao trabalho sedentário, à mudanças de técnicas de vida, o caminho foi a utilização da mão-de-obra africana, mais dócil, e, seguramente, mais fácil de conseguir

conquanto importasse em despesas que nem sempre compensavam, pelo menos no imediatismo de sua utilização pelos colonos. O elemento africano que foi transferido ao Brasil, no período colonial, (...) sofreu, portanto, essa mudança de local em consequência das necessidades em mão de obra, que se vinha constatando nos domínios ultramarinos que a Europa começaria a criar com a empresa descobridora de Portugal (Reis, 1961, p. 145-146).

E para a Amazônia a noção de que o impacto da presença africana seria baixo, pela sua presença pouco relevante do ponto de vista econômico:

No Brasil, esse contingente de mão de obra tiveram uma atuação constante e intensíssima. De certo modo podemos atribuir-lhes muito do que constituiu o fundamento da atividade agrária e da atividade mineradora então em desenvolvimento. Nas áreas onde essas atividades não foram preponderantes, como ocorreu no Nordeste seco, pastoril ou na Amazônia florestal e úmida, a contribuição dos negros foi muito menos expressiva, tanto no quantitativo como no rendimento de sua presença e atuação.

No particular da Amazônia, se não constituiu a multidão que vamos encontrar em outras áreas do complexo social e econômico brasileiro, (...). Será interessante e necessário explicar logo, inicialmente, que, pelo vulto da mão de obra indígena, mobilizada a todo instante e para tudo pelo colono e pelas autoridades quando careciam estas da realização de qualquer tarefa estatal, é que a mão de obra africana não foi solicitada com a mesma sofreguidão por que se fazia, insistamos, no Nordeste açucareiro ou nos distritos de mineração intensiva (Reis, 1961, p. 145-146, grifo do autor).

A imensa massa que se transferiu a partir da Diáspora do continente Africano para a colônia portuguesa não pode ser analisada apenas como “força de trabalho”. Hoje, os historiadores procuram discutir os caminhos através dos quais os escravos e seus descendentes fizeram história (Silva, 1989).

Ainda encontramos nas pesquisas sobre escravidão a dicotomia apontada por Eduardo Silva (1989), em sua obra *Negociação e Conflito: Zumbi*, o que não chega a ser novidade: o símbolo da rebeldia e pai João, o ícone da submissão. Por muito tempo, os libertos foram vistos como submissos a uma sociedade escravocrata, paternalista e rigidamente pautada por hierarquias sociais, portanto sem direitos e nas pesquisas, envoltos à “tese do embranquecimento”.

Outros campos de reflexão são apontados por Silva (1989) em certos padrões de relacionamento e negociação em que apenas a via do paternalismo não explica a complexidade das relações, no seu caso, ainda que trate de escravos e de fins do período colonial, seu alerta é significativo. Eufemismos jurídicos que surgem ao longo do século XIX, como o dos “africanos livres” e a constante ameaça de re-escravização, a partir da obra de Sidney Chalhoub (1990), a noção de liberdade precarizada, demonstram que as estratégias adotadas por diversos personagens se origem afrodescendente são múltiplas e logicamente variadas.

Silva (1989) demonstra a partir de dados estatísticos (1789; 1818 e 1864), a desproporção entre homens livres e escravos na sociedade brasileira de fins do século XVIII e primeira metade do século XIX e alerta que, por conta disso, apenas a violência ou seu temor, não trariam estabilidade. Em tal situação negociação e sabedoria política, para usar as palavras do autor, seriam poderosas correntes. Estratégias de sobrevivência são descritas como a “rebeldia de cada dia”.

O livro de óbitos de Manaus 1867-1873

As fontes paroquiais são documentos de grande valor por seu caráter repetitivo e por sua quantidade. Paróquias e Cúrias possuem um conjunto de assentos que tratam da vida dos paroquianos, quase individualizada. Esses relatos, por conta da influência da sociedade católica, transformavam-se em livros de batismos, de habilitações de casamentos, livros de óbitos e, nestes papéis, encontramos informações preciosas tais como: nome, filiação, naturalidade, qualidade social (cor, título), moradia e status social.

O livro de óbitos (1867-1873), presente nos Arquivos da Cúria Metropolitana de Manaus, é constituído de quarenta e seis folhas numeradas e rubricadas frente e verso por D. Antônio Bentes, vigário geral. Assinam as pouco mais de trezentas certidões, o padre e também doutor José Manoel dos Santos Pereira. Talvez pelo seu ofício de médico, as certidões de óbitos da Paróquia de Manaus encontrem em boa parte de seus registros a causa da morte. Apesar da data de Freguesia de N. Senhora da Conceição de Manaus em 1º de março de 1867, os primeiros registros de falecimento são de abril de 1869. Como exemplo, citemos o trecho de um dos livros, pois em um dos relatos podemos observar a causa da morte e a cor dos indivíduos, bem como seu status jurídico e destacamos aqui a profissão:

Aos quatro dias do mês de maio de mil oitocentos secenta e nove nesta Freguesia da Conceição de Manaós falleceo da vida presente de moléstia interna João Felix, natural de Baíaõ com secenta annos de idade, tapuio casado e carpina. Foi enterrado depois da encomendação no Hospital no Cemitério. E para constar fiz este assento, que assignei. Pe. Dr. José Manoel dos Santos Pereira (Livros de óbitos da paróquia de Manaus, 1867-1873).

Dentre os assentamentos de óbitos, destacam-se também a condição jurídica a cor e o ofício. No caso abaixo, Therza descrita como tapuia e doméstica no trabalho:

Aos vinte seis dias do mês de julho de mil oitocentos e secenta e nove nesta Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Manáos falleceo da vida presente de sezões Thereza, natural de Craveiro (?) com trinta annos de Idade, tapuia, solteira, domestica no trabalho, foi Enterrada no Cemitério por Bernardo José da Silva para Constar fiz este assento, que assignei. Pe. Dr. José Mel. Santos Pereira (Livros de obitos da parouquia de Manaus, 1867-1873).

Dentre os escravos que estão presentes no documento, destacamos o caso de Jordão Gonlavez, escravizado de cor preta, classificado como tendo por ofício “de roça de campo”:

Aos três dias do mês de Outubro de mil oitocentos e secenta e nove nesta Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Manaos falleceo da vida presente Jordão Gonlavez escravo de Francisco Roberto Fernandez de Hydropsica geral, com noventa e (?) annos, de idade, preto, casado, de rroça (?) de campo foi interrado no Cemiterio desta Cidade depois de ter recebido todos os sacramentos, para constar foi este assento, que assignei. Pe. Dr. Je. Mel. Stos. Per^a. (Livros de obitos da parouquia de Manaus, 1867-1873).

Indivíduos das mais diversas origens classificados como trabalhadores. Destaquemos o caso do escravo João Angelo, africano descrito como trabalhador:

Aos vinte e oito dias do mês de julho de mil oitocentos e setenta e um nesta Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Manáos

fallecêo de pneumonia João Angelo, Africano, solteiro, trabalhador, escravo de J. (?) de Miguel de Lima, foi sepultado no Cemiterio desta Cidade de que tudo fiz este assento. Pe. Dr. Je. Mel. Stos. Per^a. (Livros de obitos da parouquia de Manaus, 1867-1873).

Ofícios dos mais diversos demonstram a complexidade dos mundos do trabalho na sociedade amazonense do oitocentos. Vejamos o caso do escravo Eloy, natural do Maranhão descrito como pedreiro, ou de Elisia, escravo e cozinheira:

Aos desaceis dias do mês de abril de mil oitocentos e setenta e dous fallecêo de anazarca Eloy, idade quarenta e três annos natural do Maranhão, solteiro, pedreiro escravo de José Teixeira de Souza (?) foi sepultado no cemitério desta cidade de que tudo fiz este assento. Pe. Dr. Jé Mel. Santos Pereira (Livros de obitos da parouquia de Manaus, 1867-1873).

A maior parte dos das certidões de óbitos das mulheres não mencionam os registros do ofício e quando o fazem são acompanhadas ou da cor ou da condição:

(..)Aos vinte e nove dias do mês de setembro de mil oitocentos e setenta e douz fallecêo de Beriberi Elisia, escrava, idade trinta e quatro annos, solteira Cosinheira foi enterrada por seu senhor Manoel Joaquim Pereira de Sá no cemitério desta cidade, de que tudo fiz este assento. Pe. Dr. Je. Mel. Santos Per^a. (Livros de obitos da parouquia de Manaus, 1867-1873).

Necessário dizer que estes indivíduos transitavam pelo ambiente da cidade, como trabalhadores que eram e que carregavam consigo sua cultura e que a mescla biológica e

cultural forjou a Província do Amazonas, a despeito da pouca alusão as diversas matizes de que constituem a população local em trabalhos da história do Amazonas.

Além do ofício, outras informações das certidões de óbitos merecem destaque, tais quais a condição dos falecidos.

Tabela 1 - Condição na Lista de óbitos Manaus 1867-1873

CONDIÇÃO	QUANTITATIVO
Escravos	08
Escravas	13
Africana	02
Africano	02
Tapuia	46
Tapuio	23
Parda	01
Pardo	08
Índia	01
Índio	05
Liberto	01

Fonte: Lista de óbitos de Manaus, 1867-1873. Seção de documentação Cúria Metropolitana de Manaus. Organizado pelo autor

Entre as condições declaradas, notou-se um número relevante de tapuias e tapuios e a presença de escravas, escravos, africanas, africanos, pardas, pardos e um liberto. Africanos e afrodescendentes que faziam parte da complexa sociedade amazonense da segunda metade dos oitocentos.

A despeito do gradiente de cores, ressalta-se uma sociedade multiétnica com a presença de afrodescendentes, como se observa na Tabela 2.

Tabela 2 - Cor na Lista de óbitos Manaus 1867-1873

COR	QUANTIDADE
Mameluca	05
Mameluco	07
Branca	40
Branco	29
Preta	10
Preto	02
Mulata	10
Mulato	02

Fonte: Lista de óbitos de Manaus, 1867-1873. Seção de documentação Cúria Metropolitana de Manaus. Organizado pelo autor

As Tabelas 3 e 4 mencionam as causas de mortes de africanos e escravizados. Entre os quatro africanos, apenas um não teve a causa da morte declarada.

Tabela 3 - Causa de mortes de africanos na Lista de óbitos Manaus 1867-1873

CAUSA	QUANTIDADE
Sem causa declarada	01
Pneumonia	01
feridas na goela	01
hidropisia	01

Fonte: Lista de óbitos de Manaus, 1867-1873. Seção de documentação Cúria Metropolitana de Manaus. Organizado pelo autor

Entre os escravizados, apenas um dos vinte e dois encontrados na lista não teve a causa da morte declarada. Só uma causa de morte se repetiu: velhice, com duas ocorrências, conforme a tabela abaixo:

Tabela 4 - Causa de mortes escravos na Lista de óbitos Manaus 1867-1873

CAUSA	QUANTIDADE
Moléstia Interna	01
Inflamação	01
Hidrópica geral	01
Convulsões	01
Cholera Morbus	01
Congestão Cerebral	01
Velhice	02
Cólica nephritica	01
Inflamação no fígado	01
Moléstia comum a indigente.	01
Inflamação de intestinos	01
Alguma affcação orgânica	01
pneumonia	01
Sem causa declarada	01
escrófulas	01
Anasarca	01
beribéri	01
tétano	01
Comer terra	01
febres	01

Fonte: Lista de óbitos de Manaus, 1867-1873. Seção de documentação Cúria Metropolitana de Manaus. Organizado pelo autor

Sabe-se que, como o já mencionado, os arquivos paroquiais são importantes fontes seriadas utilizadas a algum tempo pela história social. No Brasil, Frago (2012) tem aberto caminhos relevantes para pesquisas alicerçadas nestes documentos, no mundo da escravidão, mas não somente ele. Os acervos depositados na Cúria Metropolitana de Manaus,

notadamente os arquivos paroquiais, pela sua polissemia, podem ter muito a acrescentar a pesquisas futuras, em se tratando da história social, dos mundos do trabalho, escravidão e da saúde. Na Tabela 5 listamos os documentos depositados na Cúria em Manaus e que aludem cidades e recortes cronológicos diversificados, mas em geral do século XIX e primeiras décadas do XX.

Tabela 5 - Lista de arquivos paroquiais

N.	NATUREZA	LOCAL	DATA
	Batizado e casamento	Juruá	1895-1897
	Livro de Tombo	Codajás	1913
	Casamentos	Manaus - N. S. R	maio - 1896/Dez 1897
14	Batizados	Manaus - N. S. R	fev - 1891/abril 1891
	Batizados	Manaus - N. S. R	1887 -1889
	batismo	Manaus - N. S. R	1891
	Casamentos	Manaus - N. S. R	1898-1900
	Batizados	Manaus - N. S. R	1905
	Batizados	Manaus - N. S. R	1918
	Casamentos	Manaus - N. S. R	abril 1899 fev 1900
	Casamentos	Manaus - N. S. R	jan 1893 set 1893
	Casamentos	Manaus - N. S. R	jan1883 jul 1884
	Casamentos	Manaus - N. S. R	jan 1894 nov 1895
	Casamentos	Manaus - N. S. R	1894- 1896
21	batizados	Manaus - N. S. R	maio 1896 set 1896
23	batizados	Manaus - N. S. R	ago 1896
37	Batizados	Manaus - N. S. R	1892 -1893
8	batizados	Manaus - N. S. R	1884- 1886
	Casamentos	Manaus - N. S. R	1880

	batizados	Manaus - N. S. R	fev 1891
9	batizados	Manaus - N. S. R	1886-1887
	batizados	Rio Purus	1877 -1923
4	batizados	Manaus - N. S. R	1878-1880
12	batizados	Manaus - N. S. R	1890
	batizados	Manaus - N. S. R	1894-1895
20	batizados	Manaus - N. S. R	maio 1895 set 1896
6	batizados	Manaus - N. S. R	jan 1883 mar 1883
	Casamentos	NSR, Madeira, Purus	1881 -1897
17	batizados	Manaus - N. S. C	1901-1902/1896-1898
	batizados	Manaus - N. S. C	1902 - 1907
24	batizados	Manaus - N. S. C	Nov 1907/ Dez 1909
23	batizados	Manaus - N. S. C	1906-1908
25	batizados	Manaus - N. S. C	dez 1909/ abril 1910
	batizados	Manaus - N. S. C	abril 1910 / junho 1912
1	Casamentos	Manaus - N. S. C	1857 - 1870
5	batizados	Manaus - N. S. C	jul 1855/ abril 1859
	batizados	Manaus - N. S. C	1890- 1891
16	batizados	Manaus - N. S. C	1894-1895
17	batizados	Manaus - N. S. C	1895-1896
15	batizados	Manaus - N. S. C	1889
	batizados	Manaus - N. S. C	1892
	batizados e casamentos	Manaus - N. S. C	1889 - 1892
	batizados	Manaus - N. S. C	1884-1889
10	batizados	Manaus - N. S. C	1889
	batizados	Manaus - N. S. C	1882-1901
5	batizados	Manaus - N. S. C	1859-1862
	batizados	manaus - NSR	1863- 1870

	batizados	Manaus - N. S. C.	1870 -1882
3	batizados	Manaus N. S. C	07/1845 - 09/1854
4	Casamentos	Manaus N. S. C	fev 1890/ abril 1891
	Registro filhos de escrvos	Manaus N. S. C	1871
2	Casamentos	Manaus N. S. C	1870-1882
	óbitos	Manaus N.S. R.	1869-1873
	óbitos	Alveolos	1865 - 1882
	óbitos	Manaus	1886
	óbitos	Manaus	1853 - 1863
	óbitos	Canumã	1857
3	Casamentos	Manaus N. S. C	Set 1882/ jun 1889
	Casamentos	Manaus N. S. R	1895 - 1897

Fonte: Seção de documentação Cúria Metropolitana de Manaus.
Organizado pelo autor

Considerações finais

Os estudos a respeito do chamado mundo da Escravidão para Província do Amazonas, em se tratando dos aportes teórico-metodológicos da História Social, vem, nos últimos anos, para o Amazonas provincial trazendo suas contribuições na pesquisa acadêmica. Há que se destaca a necessidade tanto de uma reflexão profunda nos marcos teóricos, que rompam com esquemas pré-estabelecidos, que classificam a Província do Amazonas como possuindo uma base econômica escravista (*plantation*), sendo a escravidão instituição derivada desta mesma base, o que carece de comprovação empírica. Neste sentido, o grande desafio da História Social e dos historiadores influenciados por esta é o de coletar fontes dispersas e conviver em muitos momentos com sua escassez, o que não impossibilita o cruzamento de dados existentes em

outras fontes utilizadas com maior frequência, notadamente periódicos e fontes oficiais.

Cruzar caminhos bifrontes, como o da história social e da escravidão, não é tarefa das mais fáceis, porém é necessária para que os historiadores possam analisar a dinâmica de uma sociedade diversa e assim resgatar a indeterminação.

Novo desafio se impõe: Como a história social do trabalho pode cruzar os domínios da história da saúde no Amazonas?

No Amazonas, os arquivos paroquiais têm muito a nos “dizer”. Queremos como historiadores ouvi-los?

Fontes

LIVROS de obitos da paróquia de Manaus. 1867-1873. (seção de documentação da Cúria Metropolitana de Manaus) Paróquia de Nossa Senhora da Conceição do ano de 1873.

Fontes citadas e consultadas

ALMEIDA, M. R. C. Escravidão indígena e trabalho compulsório no Rio de Janeiro colonial. *Revista Mundos do Trabalho*, v. 6, n. 12, 2014.

BEZERRA NETO, J. M. Mercado, conflitos e controle social. Aspectos da escravidão urbana em Belém (1860-1888). *História & Perspectivas*, n. 41, 2009.

CAVALCANTE, Y. O. R.; SAMPAIO, P. M. Histórias de Joaquinhas: Mulheres, escravidão e liberdade. *Afro-Ásia*, v. 46, 2012.

CHALHOB, S. Medo branco de almas negras: escravos, libertos e republicanos na cidade do Rio. *Revista Brasileira de História*, v. 8, n. 16, 1988.

CHALHOB, S. *Visões da liberdade, uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Cia. Das letras, 1990.

CHALHOUB, S. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CHALHOUB, S. *Visão da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHAMBOULEYRON, R. Escravos do Atlântico equatorial: tráfico negroiro para o Estado do Maranhão e Pará (século XVII e início do século XVIII). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 26, n. 52, 2006

CHAMBOULEYRON, R. Suspiros por um escravo de Angola. Discursos sobre a mão-de-obra africana na Amazônia seiscentista. *Humanitas*, v. 20, n. 1/2, 2004.

COSTA, F. D. S. *Quando viver ameaça a ordem urbana*. Trabalhadores urbanos em Manaus 1890-1915. Dissertação de Mestrado. PUC-SP. 1997.

DIAS, E. M. *A ilusão do Fausto*, Manaus 1890-1920. Manaus: Valer, 1999.



GOMES, F.; NEGRO, A. L. *Além das senzalas e fábricas: uma história social do trabalho*. Tempo Social, v. 18, n. 1, 2006.

HOBBSAWM, E. J. *Mundos do trabalho: Novos estudos sobre história operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

LARA, S. H. Conectando historiografias: a escravidão africana e o Antigo Regime na América Portuguesa. In: BICALHO, M. F. B.; FERLINI, V. L. *A. Modos de Governar: ideias e práticas políticas no Império Português*. São Paulo: Almeida, 2005.

LIMA, H. E. Sob o Domínio da precariedade: escravidão e os significados da liberdade do trabalho no século XIX. *Topoi*, v. 6, n. 11, jul – dez. 2005

LINDEN, M. V. D. Rumo ao uma nova conceituação histórica da classe trabalhadora mundial. *História*, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 11-40, 2005.

OLIVEIRA, A. J. M. *Devoção negra: santos pretos e catequese no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Quartet; FAPERJ, 2008.

PEREIRA, M. N. A introdução do Negro na Amazônia. Boletim Geográfico, n. 77, p. 509-515, 1949.

PINHEIRO, L. B. S. P. *Mundos do Trabalho na Cidade da Borracha. Mostra expositiva*. Manaus: Ufam/Museu Amazônico, maio/jul. 2004.

PINHEIRO, M. L. U. *A Cidade Sobre os Ombros: trabalho e conflito no porto de Manaus, 1899-1925*. Manaus: Edua, 2001.

PINHEIRO, M. L. U. Nos meandros da cidade: cotidiano e trabalho na Manaus da borracha, 1880-1920. *Canoa do Tempo: Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas*, v. 1, n. 1, Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007

REIS, A. C. F. *Tempo e vida na Amazônia*. Manaus: Governo do Estado do Amazonas, 1961.

REIS, J. J. R. Notas sobre resistência e controle dos escravos na Bahia, que recebeu a família real em 1808. *Revista USP*, n. 79, 2008.

REVEL, J. *História e historiografia: exercícios críticos*. Curitiba: Ed. UFPR, 2010.

RICCI, M. Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840. *Tempo*, v. 11, 2006.



SALLES, V. *O Negro no Pará*. Rio de Janeiro: FGV/UFPA, 1971.

SAMPAIO, P. M. M. Africanos e Índios na Amazônia: experiências de precarização da liberdade. *In: Anais...* Simpósio Internacional América: Poder, Conflictos Política, 2011.

SAMPAIO, P. M. M. Nas teias da fortuna: acumulação mercantil e escravidão. Manaus, século XIX. *Mneme*, Caicó, v. 3, n. 6, 2002.

SILVA, E. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

VERGOLINO-HENRY, A.; FIGUEIREDO, A. N. *A presença africana na Amazônia colonial: uma notícia histórica*. Belém: APP/SECULT, 1990.

Interdisciplinaridade e história: corpo teórico e conceitos em movimento

Sidney Barata de Aguiar

Considerações iniciais

Durante o ano de 2022, defendemos uma tese de doutoramento que tem como objetivo principal demonstrar um panorama imagético e sonoro da Cultura *Hip Hop* na cidade de Manaus, capital do Estado do Amazonas³². Através de lentes de câmeras de telefones celulares, imagens extraídas das redes sociais, músicas, sons, ilustrações, Qr Codes (códigos de barras bidimensionais), produções audiovisuais e gráficas, apresentamos os quatro elementos artísticos da Cultura *Hip Hop* (deejay, rap, breakdance e graffiti). Uma verdadeira radiografia de uma cultura das ruas que influencia o comportamento de uma parte da juventude manauara. Neste excerto da pesquisa, estamos defendendo o diálogo interdisciplinar entre Ciência e Arte.

³² *Quatro cabeças de uma Hidra Urbana: imagens e sonoridades da Cultura Hip Hop na cidade de Manaus-AM*. Orientador: Michel Justamand. Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia). Universidade Federal do Amazonas (UFAM), 2022.

O repertório das ideias!

É notório que, por meio dos pensadores britânicos, houve a ampliação de um conceito de cultura que inclui, em certa medida, temas que passaram despercebidos e agora são elevados a um primeiro plano por estas abordagens. O debate está aberto e na ordem do dia. Debate é reflexão e toda reflexão abre e faz surgir um mundo (Maturana; Varela, 2001, p. 32).

Os estudos culturais formam um conjunto de múltiplas investigações e de investigadores de formações muito diversas e nem sempre compatíveis em seus temas e nos resultados das suas respectivas pesquisas. Mas, existem alguns elementos próximos e talvez, denominadores não tão comuns que podem ser expressos neste trabalho e que serão de utilidade na construção desta tese.

Aqui, não nos preocupamos em estudar algo inédito (há uma considerável bibliografia sobre o tema em outras regiões do país), porém utilizaremos novas abordagens e faremos novas perguntas sobre o tema (Gondim, 2010, p. 16).

Além disto, os Estudos Culturais analisam o mundo, de maneira que também exista a intervenção para uma sociedade que possua conhecimentos com relevância social através do que possivelmente venha a ser considerada uma democracia cultural (Pina, 2003).

Os estudos culturais estão atentos à revelação de discursividades oriundas das margens, dos marginais, dos discursos sem nenhum contato com a retórica governamental e, principalmente, daqueles grupos que não têm voz alguma ou não ocupam espaços de reverberação de seus anseios políticos imediatos ou a longo prazo.

Os estudos culturais são campos de análises e investigações sobre comunicação e cultura que se propõem também como interdisciplinares e transdisciplinares. Com o aparecimento e fortalecimento dos debates do

pós-colonialismo, pós-modernismo e multiculturalismo, os estudos culturais ganham musculatura ao influenciar e interferir diretamente nas argumentações sobre os movimentos sociais, do movimento negro, dos processos identitários e do feminismo (Mattelart; Neveu, 2004).

Neste sentido, pelo viés dos estudos culturais, apontamos a existência da Cultura *Hip Hop* e sua utilização como instrumento de interrogação, resistência e espaço político propositivo da periferia, no qual o *Hip Hop* se desenvolve, seja no mundo real e nos ambientes virtuais. Para demonstrar e dar solidez a tais afirmações, trataremos com fontes diversas, disponibilizadas em sites, Qr Code, compactdisc (cd), *e-flyer* (impresso promocional digital), vídeos e imagens de eventos públicos para apresentar aspectos panorâmicos e recentes da cultura *Hip Hop* no município de Manaus.

Além disso, buscamos salientar que os estudos culturais se preocupam em observar conhecimentos de diversas áreas como economia, teoria da comunicação, crítica literária, antropologia cultural, história social da cultura, história da arte, etnomúsica, psicologia social; além da música, arte, literatura, televisão, cultura popular, cinema, redes e indústrias de cultura e, hoje, das novas tecnologias de comunicação e informação.

Este campo de estudo está umbilicalmente ligado às ideias de complexidades dos fenômenos culturais e compreendendo a cultura sob o seu caráter dinâmico e múltiplo, talvez por isso, sofra tantas retaliações, já que esses objetos se mostrem, na maioria das vezes, paradoxal e ainda de difícil compreensão e teorização.

A problemática da complexidade ainda é marginal no pensamento científico, no pensamento epistemológico e no pensamento filosófico. Quando vocês examinam os grandes debates da epistemologia anglo-saxônica entre Popper, Kuhn, Lakatos, Feyerabend,

Hanson, Holton etc., veem que eles tratam da racionalidade, da cientificidade, da não-cientificidade e tratam da complexidade; e os bons discípulos franceses desses filósofos, vendo que a complexidade não está nos tratados de seus mestres, concluem que a complexidade não existe (Morin, 2013, p. 175).

Estas colaborações de pesquisadores britânicos ampliam um conceito de cultura bem mais abrangente, levando em consideração temas e temáticas que passaram despercebidas e agora surgem com protagonismo. Entender que a cultura não se configura como um monólito de pedra, inquebrantável, solidificado, sem porosidade ou fissuras e que não se transforma em sua época histórica, mostra-se no mínimo, sem sentido. No monólito, temos a adequada metaforização para aqueles inícios e certezas absolutas (fazendo uso de um pleonasma). Outro debate travado está no patamar de reconhecimento de que a cultura é percebida pelo discurso, pelas interações e experiências vividas e que podem mudar a história. Portanto, não podíamos deixar de dialogar com Clifford Geertz:

Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado (2008, p. 4).

Ainda em Geertz, temos:

Como sistemas entrelaçados de signos interpretáveis (o que chamamos de símbolos, ignorando as utilizações provinciais), a cultura não é um poder, algo ao qual podem ser atribuídas casualmente os acontecimentos sociais, os comportamentos, as instituições ou

os processos; ela é um contexto, algo dentro do qual eles podem ser descritos de forma inteligível – isto é, descritos com densidade (2008, p. 10).

Em meados do século XX, mais precisamente no Center for Contemporary Cultural Studies (CCCS) na University of Birmingham na Inglaterra, três expoentes pensadores e suas respectivas obras foram importantes para a consolidação desta corrente de pensamento. Citamos o professor Richard Hoggart (1918-2014), Raymond Williams (1921-1988) e Edward Palmer Thompson (1924-1993).

Além desses, o cientista social jamaicano Stuart Hall (1932-2014), que administrou esse instituto de pesquisa por mais de uma década, salienta que há no trabalho intelectual momentos de rupturas epistemológicas significativas e de substituição de velhas por novas abordagens. Para o sociólogo, rupturas importantes estão no local em que “velhas correntes de pensamento são rompidas, velhas constelações deslocadas, e elementos novos e velhos são reagrupados ao redor de uma nova gama de premissas e temas” (Hall, 2009, p. 123).

O CCCS, fundado em 1964, acompanhou e defendeu diversas mudanças nas relações sociais e afastaram-se de defesas dicotômicas sobre cultura. Segundo Moresco e Ribeiro:

Com um viés metodológico interdisciplinar, os Estudos Culturais buscam compreender, nas sociedades industriais contemporâneas e em suas inter-relações de poder, a atuação da cultura nas mais diversas áreas temáticas: gênero, feminismo, identidades nacionais e culturais, políticas de identidade, pós-colonialismo, cultura popular, discurso, textos e textualidades, meios de comunicação de massa, pós-modernidade, multiculturalismo e globalização, entre outros (2015, p. 171).

As teorias propostas pelo CCCS preconizam e vislumbram a cultura como manifestações de qualquer formação social e histórica. Desta forma, não pode ser alguma coisa homogênea ou passiva, “mas um campo de grandes intervenções expressas por meio do discurso e de representações” (Moresco; Ribeiro, 2015, p. 171).

Tais mudanças de perspectivas se refletem não só nos resultados do próprio trabalho intelectual, mas também na maneira como os desenvolvimentos e as verdadeiras transformações históricas são apropriadas no pensamento e fornecem ao próprio pensamento, não sua garantia de “correção”, mas suas orientações fundamentais, suas condições de existência (Hall, 2009).

Dois foram os livros que ajudaram a calcetar o novo terreno – *As Utilizações da Cultura*, de Richard Hoggart (1957) e *Cultura e Sociedade* (1969) de Raymond Williams – são ambos, de maneiras distintas, trabalhos (em parte) de recuperação. O livro de Hoggart tem como referência o “debate cultural” há muito sustentado nas discussões acerca da “sociedade de massa”, bem como na tradição do trabalho intelectual identificado com Leavis e a Revista Científica *Scrutiny*. *Cultura e sociedade* reconstruiu uma longa tradição definida por Williams como aquela que, em resumo, consiste no “registro de um número de importantes e contínuas reações a mudanças em nossa vida social, econômica e política” e que oferece “um tipo especial de mapa, pelo qual a natureza das mudanças pode ser explorada” (Hall, 2009, p. 124).

O terreno íngreme do Materialismo Histórico, os debates sobre a História Social da Cultura tinham, na denominada Escola Inglesa do Marxismo, figuras do quilate intelectual de Christopher Hill, Perry Anderson, Eric Hobsbawm e, dentre esses, sobressalta o nome de E. P. Thompson em *A Formação da Classe Operária Inglesa* (1987), um de seus trabalhos mais notáveis e proeminentes.

A renovação dos Estudos Culturais trazida pela Escola Inglesa tem sido fundamental para repensar o Materialismo na sociedade que seria vista a partir de uma cisão entre infraestrutura e superestrutura. Com os marxistas da Escola Inglesa, o mundo da cultura passa a ser examinado como parte integrante do “modo de produção”, e não como um mero reflexo da infraestrutura econômica de uma sociedade (Barros, 2004).

Neste excerto, já muito revisitado, Thompson esclarece seus objetivos, segundo ele:

Estou tentando resgatar o pobre tecelão de malhas, o meeiro luddita, o tecelão do “obsoleto” tear manual, o artesão “utópico” e mesmo o iludido seguidor de Joana Southcott, dos imensos ares superiores de condescendência da posteridade. Seus ofícios e tradições podiam estar desaparecendo. Sua hostilidade frente ao novo industrialismo podia ser retrógrada. Seus ideais comunitários podiam ser fantasiosos. Mas eles viveram nesses tempos de aguda perturbação social, e nós não. Suas aspirações válidas nos termos de sua própria experiência; se foram vítimas acidentais da história, continuam a ser condenados em vida, vítimas (1987, p. 13).

Para Peter Burke, Thompson ultrapassou a linha limítrofe na identificação da reconstrução da experiência de um determinado agrupamento de indivíduos “comuns” (1992).

O historiador inglês “percebeu também a necessidade de tentar compreender o povo no passado, tão distante no tempo, quanto o historiador é capaz, à luz de sua própria experiência e de suas próprias reações a essa experiência” (Sharpe, 1992, p. 42). Um argumento que pode parecer tão simples, mas que na época em que Thompson desenvolveu foi muito importante para a historiografia.

Ciência e arte e/ou arte e ciência: um diálogo interdisciplinar

A interdisciplinaridade vem sendo muito exigida em muitos lugares de conceituações e espaços acadêmicos, no entanto, sua essência figadal ainda não foi compreendida por muitos que a defendem fervorosamente. O processo interdisciplinar não cobra somente a união de duas ou mais disciplinas nos campos dos conhecimentos como defendem muitos desavisados.

Para a ação interdisciplinar ser notória de fato, deve haver uma considerável mudança de posturas quando falamos de conhecimentos científicos. Uma conduta que perceba em primeiro lugar que a incursão da ciência moderna por um profundo processo de esfarelamento da funcionalidade e do surgimento de diversas ciências especializadas (Japiassú, 1976). E, em segundo lugar, uma consciência da necessidade de observar e apresentar um espírito desarmado de críticas desnecessárias e praticar a interdisciplinaridade.

Fazer um trabalho interdisciplinar não é a atividade da metalurgia, apesar das verdadeiras obras-primas oriundas desta ciência milenar ao longo da história humana. O processo de fundição na metalurgia consiste em inserir metal líquido incandescente em um recipiente que o molda. O metal, ao ser resfriado, toma a forma do molde. Ou seja, a peça será igual ao seu protótipo e, desta maneira, várias peças podem ser produzidas sob o mesmo padrão. Utilizo essa analogia, um tanto pertinente, para pensar as disciplinas que se encapsulam e utilizam todo um discurso, que venho conceituando como narrativas de anticorpos, afastando toda e qualquer possibilidade de um trabalho em conjunto com outras áreas do conhecimento humano.

A acusação de que a arte é extremamente subjetiva e por isso afasta-se das ciências que se comportam como objetivas ou pregam a procura incessante de uma objetividade é discutível.

Sendo limitante e aprisiona o pensamento científico. Ergue-se um conhecimento fragmentado e Edgar Morin discorda disto, segundo o autor:

A supremacia do conhecimento fragmentado de acordo com as disciplinas impede frequentemente de operar o vínculo entre as partes e a totalidade, e deve ser substituída por um modo de conhecimento capaz de apreender os objetos em seu contexto, sua complexidade, seu conjunto (2000, p. 14).

O ato de criação do artista caracteriza e espelha o olhar particular dele, da mesma forma que a criação do cientista reflete a visão pessoal do cientista. Sendo assim, a “diferença entre uma obra e outra não está no ato criativo, mas no processo de trabalho fundamentado num determinado paradigma e no conhecimento acumulado de quem realiza a obra” (Zamboni, 2006, p. 34).

A divisão do conhecimento humano, especialmente no que diz respeito aos aspectos explicativos, deu-se principalmente a partir de Descartes (1596-1690). Suas ideias e seu oportuno “método influenciaram sobremaneira todo o modo de pensar ocidental, provocando uma ruptura com a maneira anterior de conhecer o mundo” (Zamboni, 2006, p. 11).

Para ser considerado um raciocínio científico foi necessário criar métodos e René Descartes seria essencial para a ciência moderna. Segundo Zamboni:

Descartes fez da razão o ponto de apoio para desenvolver sua teoria, que é calcada na necessidade de um método. Ele parte de quatro conceitos básicos: evidência, divisão, ordem e enumeração, justificando que é mais funcional dispor de poucos preceitos do que de um grande número deles (2006, p. 11-12).

O Cartesianismo como movimento e corrente intelectual orientada pelos conhecimentos filosóficos de René Descartes (Cartesius) enfatizava o uso da razão para as chamadas ciências naturais, mas a matemática, a física e a astronomia também aplicavam noções e fórmulas sugeridas por Descartes. Esses pensadores entendiam que todo o conhecimento acumulado pela humanidade sobre um determinado assunto devia ser posto em dúvida, observados e experimentados de forma racional até uma possível verdade absoluta. E neste último ponto existe um grande hiato, pois o “próprio Descartes não pretendeu explicar todas as coisas, o próprio Descartes declara que, em questões da alma e do corpo, não tem ideia nenhuma” (Zamboni, 2006, p. 13).

Essas ideias, em certa medida, ainda dão o teor das e nas pesquisas em diversas áreas científicas. Contudo, reconhecemos o papel da ciência como benefícios para a humanidade, a presença e a valorização da arte como essencial para a vida dos seres humanos. Para Zamboni:

A arte e a ciência, como faces do conhecimento, ajustam-se e complementam-se perante o desejo de obter entendimento profundo. Não existe a suplantação de uma forma em detrimento da outra, existem formas complementares do conhecimento regidas pelo funcionamento das diversas partes de um cérebro humano e único (2006, p. 23).

O que está em discussão “são formas de pensamento que mais usualmente se relacionam ao tipo de atividade utilizado em arte e outras mais comumente relacionadas com as atividades da ciência” (Zamboni, 2006, p. 23). Isso é tão forte porque os cientistas de então, são homens de seu tempo e eles estavam embebidos e por isso o ser humano “é moldado pela sociedade em que vive e o problema de definir-se

alguma essência imutável atrás de diferenças sociais, culturais e históricas é notoriamente difícil (Chalmers, 1994, p. 26).

Segundo Clifford Geertz, a arte e outras ciências (no caso a antropologia) mantêm um permanente diálogo entre si, já que são experiências de mundo dos seres humanos. Para o autor:

(...) a arte como linguagem como uma linguagem, uma estrutura, um sistema, um ato, um símbolo, um padrão de sentimentos: buscamos metáforas científicas, espirituais, tecnológicas, políticas; e nada disso dá certo, juntamos várias frases incompreensíveis na expectativa de que alguém nos ajudará tornando-as mais inteligíveis (Geertz, 1997, p. 147).

Zamboni estuda a relação entre ciência e arte e faz parâmetros bem didáticos, para ele, uma das diferenças entre estas formas de pensar está na explicação que na ciência é:

(...) sempre de caráter geral, procurando sempre leis que sirvam para generalizações que possam ser aplicadas a outras realidades, enquanto a explicação artística é extremamente particular. Não passível de grandes generalizações, mesmo assim, transmite invariavelmente mensagens de natureza bastante ampla (2006, p. 23).

Somos enfáticos em dizer que a arte é fundamental para o artista quanto para o consumidor das produções artísticas, pois “a arte não tem parâmetros lógicos de precisão matemática, não mensurável, sendo por sua vez, grandemente produzida e assimilada por impulsos intuitivos; a arte é sentida e receptada, mas de difícil tradução para formas integralmente verbalizadas (Zamboni, 2006, p. 32).

Há um campo de estudo conhecido como Arteciência e defendido pelo casal Root-Bernstein que ressaltam:

Caracterizar as pessoas de acordo com as diferentes coisas que elas fazem é ignorar a universalidade de sua forma de criar. Pois, no plano no processo criador, cientistas, artistas, matemáticos, compositores, escritores e escultores usam um conjunto comum do que chamamos de “ferramentas para pensar”, que incluem sentimentos, visualização de imagens, sensações corporais, padrões que podem ser reproduzidos, e analogias (2001, p. 22).

Ocupando outros espaços dentro e fora dos espaços acadêmicos, segundo os autores, a *ArtScience* integrará todo o conhecimento humano e dar-se-á por:

(...) processos de invenção e exploração. São, ambos, o novo e o velho, o conservador e o revolucionário, o lúdico e o sério... *ArtScience* moverá a arte para fora de galerias e museus, e a ciência para fora de seus laboratórios e periódicos, para espaços recém inventados..., que já fazem exploração científica, engenharia, design e exposição artística em um espaço único... Nesta inventividade encontra-se a excitação de *ArtScience* (Root-Bernstein; Root-Bernstein, 2011, p. 192).

Os processos criadores destes “pensadores da imaginação” passam pela tradução das ideias criativas e imaginação para linguagens comuns na expressão de seus *insights* que podem inspirar outras ideias (Root-Bernstein; Root-Bernstein, 2001, p. 22).

A imaginação é uma virtude humana, e algumas pessoas nascem e desenvolvem uma capacidade extraordinária de percepção de mundo. São pessoas criativas, praticam o ato da criação e dali surge algo original, de caráter novo. Ligado à sensação de descoberta (Zamboni, 2006, p. 35).

Zamboni relata sobre o ato criativo, segundo o autor:

(...) esta atitude “excede em muito o universo da arte, pois o cientista tanto na criatividade quanto o artista. A ideia de que a criatividade só está ligada às atividades intelectuais é, também, totalmente errônea. Atividades simples, como a maioria dos ofícios, também podem ser atividades criativas” (2006, p. 35, grifo do autor).

Eduardo Salavisa relata que a existência do “desenhador imperfeito” é importante, pois é possível produzir ilustrações em cadernos de desenhos urbanos que não sejam profissionais ou “artistas” (2011, p. 9). Essa característica é desejável para esses desenhistas, pois dá a impressão de algo prosaico, sem necessidade de avaliações ou restrições.

Os paradigmas, dependendo da época, também incidem sobre a arte e isso é salutar. De maneira maior ou menor de intensidade, “sempre um conjunto de ideias orientou a feitura das artes, desde as pinturas em cavernas, quando os temas assumiam o desejo da dominação da caça e dos animais, até as releituras pós-modernistas dos dias atuais” (Zamboni, 2006, p. 39).

Como historiador, temos um compromisso com as fontes, principalmente primárias, elas são pérolas para os olhos apurados do pesquisador que se voltam para a investigação desses documentos, perseguição de fontes documentais inéditas, principalmente escritas e de um passado bastante distante dos dias atuais. No entanto, há experiências de historiadores que vêm ultrapassando fronteiras epistemológicas. Nenhuma ciência se sustenta sozinha, sempre há as colaborações de disciplinas próximas.

O historiador italiano Carlo Ginzburg (2006), que transita há décadas entre história e antropologia, nos apresenta o moleiro friuliano chamado Menocchio e tal personagem foi essencial para a mudança de paradigmas na maneira de escrever

a História. Esta nova análise é chamada de micro-história. Esta perspectiva que leva em consideração a importância de um indivíduo e suas ideias bastante peculiares seriam um certo retrato da cultura, de seu momento e de seu grupo social (O'donnell, 2008, p. 240).

Em *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história* (1989), Ginzburg faz a reunião de alguns ensaios escritos entre quase vinte cinco anos de sua vida, apontando, assim, para novas abordagens e reflexões. O grande conselho que levamos em consideração está na proposição de novas fontes e novas formas de analisá-las, o autor apostou na formação das palavras, tão importantes para a linguagem e seus respectivos discursos e narrativas. Segundo ele, utilizou “a morfologia como uma sonda para perscrutar uma camada inacessível aos instrumentos usuais do conhecimento histórico” (Ginzburg, 1989, p. 13).

Robert Darnton dispõe sobre o documento, “onde ele é mais opaco, talvez se consiga descobrir um sistema de significados estranhos. O fio pode até conduzir a uma pitoresca e maravilhosa visão de mundo” (Darnton, 1986, p. 15). Para este historiador norte-americano, existem as possibilidades de leitura como método, porque “se pode ler um ritual ou uma cidade, da mesma maneira como se pode ler um conto popular ou um texto filosófico” (Darnton, 1986, p. 16).

Nesse sentido, tudo para o pesquisador deve ser considerado como fontes e não há limites para isso; sejam elas escritas, faladas ou em libras, audiovisuais, sonoras, gráficas, táteis, *pixel art*, postagens no *Facebook*, *WhatsApp* ou *Instagram*, vídeos, mangás, pinturas, ilustrações, ecologia, cinema, performances, diários gráficos, instalações artísticas, graffiti, tatuagens, blogs, arte cinética, tecidos africanos, construções navais, cumbia, arquitetura, design gráfico, tranças afro-brasileiras, moda de rua, gastronomia, comida de rua, música coreana, música eletrônica, *dance music* e fotografias.

São fontes que não estão apenas em bibliotecas, museus e reconhecidas galerias de arte, estão espalhadas pela cidade ou disponíveis na rede mundial de computadores. Utilizar novos arquivos e ferramentas para observar de novos pontos de vista e aos poucos corroendo tudo aquilo que chamamos de discursos totalizantes que tanto estão incrustados na alma de tantos tecnocratas. Aguirre escreve:

Nesta linha, vou argumentar no sentido de mostrar que as possibilidades de ação política através da arte ou da cultura visual não residem tanto na sua capacidade para transmitir mensagens ou sentimentos sobre o que nos rodeia, nem em sua capacidade de representar as estruturas da sociedade, dos conflitos ou das identidades sociais, mas nas oportunidades que oferece para a geração de dissensos no seio da política estética (2011, p. 72).

Não é novidade para nossos dias que as imagens sejam tão importantes. Para Susan Sontag (2004) tudo existe para acabarem em uma foto. Tudo é imagética. Da máquina de retrato (Kubrusly, 2006, p. 33) até a Inteligência Artificial (IA) na produção de imagens digitais.

Nas redes sociais, televisão, publicidade, comunicação e outras áreas, isso está muito perceptível. A fotografia conta histórias através do momento em que ela captura o momento. Pode captar a essência de uma pessoa, evento, local, época, grupo social ou em outros casos, objetos e ambientes. A fotografia pode ser louca e/ou sensata (Barthes, 2017, p. 108-109).

Tinha-se a noção de que este retrato deveria ser fiel, registro do presente e estático da realidade em volta, aqui apostaremos em outro tipo de fotografia ou ato de fotografar. A lente da câmera fotográfica de um aparelho celular e uso sem moderação de imaginação, sensibilidade e uma abordagem

autoral mais artística. Imagens carregadas de liberdade e repletas de subjetividades.

Sempre levando em consideração o aviso de Marz (2018, p. 26):

Desde luego, la realidad es mucho más compleja que su exterior. La fotografía puede compararse al océano: su superficie ciertamente forma parte de su realidad, pero sus profundidades son abismales y difícilmente pueden adivinarse con sólo mirar la superficie. La relación de la fotografía - como imagen técnica y como índice - con la realidad es, pese a todas sus limitaciones distinta a la de otros medios visuales.

São registros, testemunhos visuais e sonoros que vão montando um panorama da Cultura *Hip Hop* manauara dos últimos cinco anos. Posso dizer que isto é uma emergência de novas temáticas nas pesquisas de temáticas urbanas. É uma das mais importantes lições deixadas pela antropologia que no nosso caso, menos certezas e mais liberdade (Peirano, 2014, p. 389).

Além do mais, as relações entre as ciências e as artes devem passar por processos de reconciliações necessárias para estes tempos (Sawada; Araújo; Ferreira, 2017, p. 158).

Há algo muito corajoso nestas escolhas e percepções. Hoje as culturas são híbridas e levamos em consideração as observações de Néstor Canclini, para ele:

Algo frequente como a fusão de melodias étnicas com música clássica e contemporânea ou com jazz e a salsa pode ocorrer em fenômenos tão diversos quanto a chicha, mistura de ritmos andinos e caribenhos, a reinterpretação jazzística de Mozart, realizadas pelo grupo afro-cubano Irakere; as reelaborações de melodias inglesas e hindus efetuadas pelos Beatles, Peter Gabriel e outros músicos (2015, p. 20).

É nisto que acreditamos e entendemos como urgência para tornar nossas pesquisas e debates mais humanos, solidários e democráticos.

- AGUIAR, S. B. *Quatro cabeças de uma Hidra Urbana: imagens e sonoridades da Cultura Hip Hop na cidade de Manaus-AM*. Orientador: Michel Justamand. Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia). Universidade Federal do Amazonas (UFAM), 2022.
- AGUIRRE, I. Cultura Visual, Política da Estética e Educação Emancipadora. *In: MARTINS, R.; TOURINHO, I. (org.). Educação Cultural Visual: conceitos e contextos*. Santa Maria: Editora da UFSM, 2011.
- BARTHES, R. *A câmara clara: nota sobre a fotografia*. [Edição Especial], - Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2017.
- BARROS, J. D. *O campo da história: especialidades e abordagens*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2004.
- CANCLINI, N. G. *Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da Modernidade*. 4. ed. 7. Reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.
- CHALMERS, A. F. *A fabricação da ciência*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1994.
- DARNTON, R. *O grande massacre de gatos, e outros episódios da história cultural francesa*. Rio de Janeiro, 1986.
- GEERTZ, C. *A Interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- GEERTZ, C. *A Arte como um sistema cultural*. O Saber Local: Novos ensaios em antropologia Interpretativa. Petrópolis: Vozes, 1997.
- GINZBURG, C. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- GINZBURG, C. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- GONDIM, L. M. P. *A pesquisa como artesanato intelectual: considerações sobre o método e bom senso*. São Carlos: EdUFSCar, 2010.
- HALL, S. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.
- JAPIASSÚ, H. *Interdisciplinaridade e Patologia do Saber*. Rio de Janeiro: Imago, 1976.
- KUBRUSLY, C. A. *O que é fotografia*. São Paulo: Brasiliense, 2006. - (Coleção Primeiros Passos).



- MATTELART, A.; NEVEU, E. *Introdução aos estudos culturais*. São Paulo: Parábola, 2004.
- MATURANA, H. R. *A árvore do conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana*. São Paulo: Palas Athena, 2001.
- MARZ, J. *Historiar fotografias*. Instituto de Investigaciones em Humanidad de la Universidad Autónoma Benito Juárez de Oaxaca. Ciudad de México: Edên Subvertido, 2018.
- MORESCO, M. C.; RIBEIRO, R. O conceito de identidade nos estudos culturais britânicos e latino-americanos: um resgate teórico. *Revista Interamericana de Comunicação Midiática*, v. 14, n. 27, p. 168-183, 2015.
- MORIN, E. *Ciência com Consciência*. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Russel, 2013.
- MORIN, E. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. 2. ed. São Paulo: Cortez, Brasília, DF: UNESCO, 2000.
- O'DONNELL, J. *De olho na rua: a cidade de João do Rio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.
- PEIRANO, M. Etnografia não é método. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 20, n. 42, p. 377-391, jul./dez. 2014.
- PINA, Á. Intellectual Spaces of Practice and Hope: Power and Culture. In: Portugal from the 1940s to the Present. *Cultural Studies-Theorizing Politics, Politicizing Theory (Intellectual Practices in Culture and Power: Transnational Dialogues)*. v. 17, n. 6, p. 747-766, 2003.
- ROOT-BERNSTEIN, R.; ROOT-BERNSTEIN, M.; SILER, T.; BROWN, A.; SNELSON, K. ArtScience: Integrative Collaboration to Create a Sustainable Future. *LEONARDO*, v. 44, n. 3, p. 192, 2011.
- ROOT-BERNSTEIN, R.; ROOT-BERNSTEIN, M. *Centelhas de Gênios: Como pensam as pessoas mais criativas do mundo*. São Paulo: Nobel, 2001.
- SALAVISA, E. (org.). *Diários gráficos em Almada* – “Não somos desenhadores perfeitos”. Almada: Câmara Municipal de Almada/Museu da Cidade, 2011.
- SAWADA, A. C. B.; ARAÚJO, T. C.; FERREIRA, F. R. Cienciarte ou ciência e arte? Refletindo sobre uma conexão essencial. *Revista Educação, Artes e Inclusão*, v. 13, n. 3, set/dez. 2017.
- SHARPE, J. A história vista de baixo. In: BURKE, P. (org.). *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

Expressão e identidade de um povo: tradição histórica do festejo de Nossa Senhora de Guadalupe no município de Fonte Boa/AM

Almeno Junior Costa de Moraes

Considerações iniciais

O capítulo em tela tem o objetivo de analisar a religiosidade popular do festejo da santa Padroeira Nossa senhora de Guadalupe no Município de Fonte Boa - AM. Inicialmente, este trabalho apresenta um pouco da trajetória histórica e o desenvolvimento de origem da festividade no decorrer dos anos. Utilizando conceitos e representações, buscase elementos cruciais na construção dos fatos que encaminham a festa por meio da identificação do lugar social, no qual se busca recuperar os aspectos relacionados à História do festejo e sua importância cultural para os devotos e para o Município.

Nesse sentido, apresenta-se, no referido capítulo, a partir da própria realidade amazônica, a noção da religiosidade popular que é permeada de vários fatores que contribuíram para a diversificação de festas religiosas que se espalharam pelo interior do Amazonas, como no caso do Município de Fonte Boa, e que também as populações indígenas e caboclos ribeirinhos suas crenças e costumes foram verdadeiros interlocutores no processo da construção do festejo, neste caso,

foram essas somas culturais dessas sociedades tradicionais que deram vidas na criação dos festejos em honraria aos santos (as), Padroeiros (as) de comunidades interioranas e nas cidades.

Vale apenas ressaltar que a religiosidade popular é uma das heranças deixadas no Brasil durante o período colonial e que foi implantado, nessas regiões interioranas, durante as missões idealizadas em conjunto com os jesuítas. Isso mudou profundamente o cenário religioso das populações locais que viviam às margens dos rios amazônicos que, por meio dos costumes ibéricos, aderiram a devoção a santos católicos.

No entanto, os festejos religiosos dão vida aos locais onde acontecem essas manifestações e exercem para si mesmo a conformidades mundanas para religar o “visível” ao “invisível,” aquilo que está dentro e fora de um determinado tempo e que sempre buscará estabelecer laços afetivos de identidades e expressões da fé e tradições dentro das mais variadas relações de poder que dá vida a todo esse cenário religioso.

Com isso, tem-se por objetivo desse trabalho, desde o seu princípio de elaboração, analisar em linhas gerais, descrever e historicizar o festejo de nossa senhora de Guadalupe, santa padroeira do município de Fonte Boa, e com isso mostrar através desta pesquisa o quanto essa manifestação religiosa marca a cidade e a memória social e cultural do lugar e das pessoas que participam.

Portanto, quanto a abordagem metodológica, no processo em que desencadeou a construção deste capítulo, que se configura como um trabalho de pesquisa documental e de campo alicerçado sobre questões pertinentes que visam chegar e alcançar importantes informações sobre o objeto a ser pesquisado pelo pesquisador.

Cultura e religião

Em relevância a cultura e a religião e sua importância para o campo do conhecimento histórico e religioso, apresentamos o autor Laraia como um dos principais teóricos que descreve sobre o entendimento do conceito de “cultura”, para o referido autor “cada cultura segue os seus próprios caminhos em função dos diferentes eventos históricos que enfrentou” (2001, p. 20).

Em decorrência dos escritos de Laraia (2001), é notório compreender através de suas palavras que cada cultura apresenta seus próprios princípios, fazendo com que os membros de uma determinada sociedade venham acreditar em elementos místicos de acordo com seu modo de vida, pois é por meio de seus estilos de vida que cada grupo social vai expor aquilo que está acostumado a lidar no seu contexto social, com isso é possível perceber que a religião ganhou cada vez mais força a partir do processo cultural em que as sociedades foram unindo seus preceitos e repassando para as demais gerações, por essa razão cada forma de religião em diferentes culturas e sociedades tiveram seu apogeu ao longo do tempo.

Ao retratarmos sobre a cultura e a religião, o naturalista Agassiz (2004, p. 54) nos remete por meio de seu argumento que, “integrada no universo cultural, à religião assume uma caracterização desenvolvida de acordo com a roupagem de cada sistema simbólico fazendo uso de múltiplas mensagens axiológicas que caracterizam os estamentos sociais”.

É válido lembrar que em relação a cultura e, principalmente, o que nos mostra o autor Roque Laraia (2001) todas as ações culturais que o homem desenvolveu foram a seu favor, pois foram apreendidos dentro de seu sistema de vivacidade:

Culturas são sistemas (de padrões de comportamento socialmente transmitidos) que servem para adaptar as comunidades

humanas aos seus embasamentos biológicos. Esse modo de vida das comunidades inclui tecnologias e modos de organização econômica, padrões de estabelecimento, de agrupamento social e organização política, crenças e práticas religiosas (p. 31).

Conforme foi mencionado acima, o autor Benedetti (2000) nos ajuda a entender a respeito dessa conjuntura que envolve os sistemas culturais e religiosos, essa vertente é importante porque ele nos propõe um panorama cada vez mais aprimorado sobre esse conjunto, por motivo que esses dois campos se integram no meio social, para ele, “o campo religioso é um conjunto estruturado de agentes institucionais intencionalmente unidos no interior de um arranjo midiático pelos interesses ‘leigos’ situados em uma classe social e pelos interesses próprios aos agentes religiosos (p. 30, grifo do autor).

Dentro desse âmbito cultural, que tem como cerne o entendimento da religiosidade como um dos fatores culturais bastante importantes para a sociedade em geral, o pensador Émile Durkheim (1989), em sua obra *As formas elementares de vida religiosa*, nos propõe através de seus pensamentos acerca da religiosidade que:

Todas as crenças religiosas conhecidas, sejam elas simples ou complexas, apresentam um mesmo caráter comum: supõem uma classificação das coisas, reais ou ideais, que os homens representam, em duas classes ou em dois gêneros opostos, designados geralmente bem, pelas palavras profano e sagrado (p. 68).

Pode-se dizer que a fé é a base da vida de milhões de pessoas religiosas que depositam suas asseverações em entidades espirituais que compõem o corpo sagrado, e assim é através da cultura e religião que a vida é expressa por conta

das consagrações dos espaços religiosos, pois entre outros aspectos culturais, símbolos religiosos e acontecimentos, a vida é refletida por meio da cultura de um povo que faz com que essas manifestações sejam realizadas em determinada época do ano, para o autor Gil Filho, “reconhecer a religião apenas como sistemas simbólicos ou como ideologia é submetê-la no seu aspecto mais legítimo e essencial: concordamos que nas circunstâncias mais abrangentes de análise para as ciências humanas a religião é a experiência do sagrado” (2007, p. 30).

Como sabemos, a cultura é expressa através da presença dos códigos culturais, ou seja, ela é repassada de geração para geração, neste caso, pode-se compreender que as crenças religiosas são fatores que em muitas culturas foram introduzidas na vida das pessoas na infância, e, a partir desses pontos, elas foram aceitas e reconstituídas em determinados locais que aderem a celebrações em homenagens aos santos católicos. Cuche (2002, p. 21) salienta com base nas tradições culturais que “a cultura passa a ser vista como a soma dos saberes acumulados e transmitidos pela humanidade, considerada como totalidade, ao longo de sua história”.

No entanto, dentro desse âmbito religioso e cultural, a religião assume através da transmissão de costumes e crenças um papel para estabelecer a ligação do homem com o passado, presente e futuro, nesse caso essas atitudes são práticas que são vistas com naturalidade. Para o autor Costa Sobrinho (2001, p. 185) “a cultura tem alto grau de equilíbrio e estabilidade, canalizando em grande parte os hábitos de todos os indivíduos, e é transmitida geração a geração e oralmente por gestos simples”.

Seguindo esse mesmo ponto de vista, em que a discussão é basicamente voltada para o conceito sobre cultura e religião, no referido tópico, é possível unir, através dessa pesquisa, esses dois conceitos que desde os primórdios estão interligados um ao outro, e, formalmente, contribuíram uniformemente para o

entendimento de diversas manifestações culturais de diferentes grupos sociais.

De acordo com os argumentos da autora Jaramillo (2019):

Cultura é o conjunto de princípios, implícitos e explícitos, herdados por indivíduos membros de uma sociedade. Esses princípios mostram aos indivíduos de que maneira ver o mundo, como vivenciá-lo emocionalmente e como comportar-se em relação às outras pessoas, às forças sobrenaturais ou aos deuses e ao ambiente natural. Essa cultura transmite suas diretrizes entre as gerações por meio do uso dos símbolos, da linguagem, da arte e dos rituais (p. 31).

Nessa perspectiva, enfoca-se que a cultura é apenas um modo de vida de determinado grupo humano, em que o indivíduo observa o mundo de acordo com sua realidade social e assim é transmitido aos demais membros de uma determinada sociedade aquilo que lhe foi ensinado, por meio das suas ações no seu contexto social. Desse modo, os autores Marconi e Presotto (2007, p. 21) salientam que “para os antropólogos, a cultura tem significados amplos: engloba os modos comuns e apreendidos da vida, transmitidos pelos indivíduos e grupos, em sociedade”.

Porém, a cultura e a religião são dimensões que simplesmente se unem em um só contexto, em que ambas têm por objetivo fortalecer as manifestações de cunho cultural. As mesmas de certo modo contribuem para que não haja um desaparecimento de tradições culturais e religiosas, conforme nos mostra Laraia (2001) “o modo de ver o mundo, as apreciações de ordem moral e valorativa, os diferentes comportamentos sociais e mesmo as posturas corporais são assim produtos de uma herança cultural, ou seja, o resultado da operação de uma determinada cultura” (p. 36).

Diante de todas essas definições sobre a cultura e a religião, como se pode observar, no Brasil as manifestações religiosas são necessárias, fortificadas e são percebidas na maneira de expressar o sentimento de alegria no meio do povo e no modo de vida em que cada um se nutre em sua região que faz parte do território nacional, deste modo essas são umas das principais características do país, a ampla diversidade cultural e religiosa entre a população, que interliga-se por um único sentimento, a “fé”.

Nesse sentido, a religiosidade popular no Brasil é o resultado regular da cultura religiosa que foi introduzida em seu solo durante o período colonial, a partir desse período, à religião católica, em pouco tempo, espalhou-se por todo território brasileiro.

No caso das populações indígenas que foram um dos principais alvos dessa evangelização católica firmada aqui no Brasil durante o período colonial, muitos foram obrigadas a aceitar uma nova religião por meio da repressão e do medo. Conforme as ideias do autor Tinhorão (2000), a religiosidade cristã era ensinada aos nativos, para que eles esquecessem seus rituais e adorassem apenas um só Deus, assim foi à maneira em que os colonizadores foram introduzindo seus costumes e tradições religiosas.

Evidentemente, com forte influência religiosa, o catolicismo português, durante o período colonial do Brasil, acabou por induzir a população a aceitar uma nova religião, essa que mais tarde iria se propagar e levar pessoas a acreditarem no misticismo religioso que deu origem a expansão de uma nova cultura religiosa, tendo como objetivo difundir essa nova religião para que ela fosse repassada para futuras gerações.

Ao falarmos dessas questões sobre o catolicismo como uma herança ibérica do período colonial firmada aqui no Brasil, que antecedeu pelo processo de missionação em diversas regiões do país, principalmente no Amazonas, vale a pena

ressaltar que o município de Fonte Boa, onde é realizado o festejo da Padroeira Nossa Senhora de Guadalupe, fazia parte de uma região vinculada ao império português pois, conforme foi mencionado, o processo de missionação nesse ciclo de domínio foi muito forte e, através dessas missões religiosas comandada por Samuel Fritz, foi fundada a vila de Egas (Tefé) além de outras localidades na região do médio ao alto rio Solimões.

Conforme nos mostra o autor Carvalho (2005):

No caso da Amazônia colonial, essa sociedade envolvente compunha-se principalmente dos moradores brancos, europeus, e das diversas gradações mestiças que por lá conviviam. Em particular, os missionários das diversas ordens religiosas que tinham por função evangelizar aquela enorme e múltipla população (p. 147).

Essencialmente, a cultura valoriza o atrativo cultural através da realização de eventos que envolvem uma densa parte da sociedade, principalmente as festas populares tradicionais, que no caso são os festejos em honraria aos santos católicos. Segundo Reis (2007), “pode-se pelo exposto compreender que a cultura, como força de expressão da religiosidade popular, se caracteriza, inclusive, pelo peso das tradições que traduzem a relação do povo com o seu imaginário” (p. 73).

Nessa breve contextualização, a religião é a base em que se sustenta todos esses atos culturais, pois ela é a única responsável por criar práticas motivacionais e devocionais de vivência dos cultos de renovações religiosa e espiritual pela relação do homem com o sagrado.

Ao analisar a estrutura do campo religioso, o autor Silva (2007) sustenta que:

Definir o que é religião não é uma tarefa fácil e nem completamente possível, pois, se trata de um elemento cultural. Os elementos culturais

conhecimentos, crenças valores, normas, símbolos, aptidões, costumes são concebidos pelas sociedades humanas de acordo com a realidade geográfica, condições biológicas e anseios específicos, diferentes de uma região para outra (p. 37).

Busca-se descrever sobre o legado cultural e religioso do catolicismo popular português, semelhante ao que foi descrito anteriormente, o ciclo messianismo que resultou no surgimento de uns novos incrementos de crenças junto da cultura religiosa ibérica, como forma de exemplo, pode-se lembrar que no Brasil o movimento do contestado e o de canudos que teve como razão o surgimento de um herói.

Segundo o autor Geertz (1989), a ideia de religião surgiu como componente do sistema cultural e de símbolos com a capacidade de tornar as coisas humanamente significativas através da junção cultural de determinada sociedade. O autor contextualiza em sua obra que “as práticas e ritos religiosos ajustam as ações a uma ordem cósmica no plano imaginado e projetam imagens da ordem cósmica no plano da experiência humana” (p. 104).

Posteriormente, o termo cultura pode ser entendido de várias maneiras. De acordo com as análises interpretativas de alguns autores que se aprofundam nesse contexto, o autor Marconi Presotto (2007) ressalta que “a cultura”, portanto, pode ser analisada, ao mesmo tempo, sobre vários enfoques: ideias (conhecimentos e filosofia); crenças (religião e superstição); valores (ideologias e moral); normas (costumes e leis); atitudes (preconceito e respeito ao próximo); padrão de conduta (monogamia, tabu); abstração do comportamento (símbolos e compromissos); instituições (família e sistemas econômicos); técnicas (artes e habilidades); e artefatos (machado de pedra, telefone).

Nesse mesmo ponto de vista, pode-se dizer então que a busca por tentar descrever sobre o conceito de cultura e religião em outras circunstâncias, principalmente no campo de outras ciências, veio a se tornar necessária e bastante fecunda, principalmente no campo da história, este referido conceito ao longo do tempo foi resgatado e tem se tornado fonte de várias pesquisas de cunho científico.

Ainda sobre o enfoque de Presotto (2007):

A cultura é criada, aprendida e acumulada pelos membros do grupo e transmitida socialmente de uma geração à outra e perpetuada em sua forma original ou modificada. Os indivíduos aprendem a cultura ou os aspectos da cultura no transcurso de suas vidas, dos grupos em que nascem ou convivem. Dessa maneira é compartilhada por todos (p. 39).

É possível perscrutar que cada forma de cultura apresentada por um determinado grupo social e seus aspectos, em sua maioria foi aprendido e misturado com outras culturas para que mais tarde ela pudesse ser transmitida de uma geração para outra. Ainda de acordo com Laraia (2001), sobre suas justificativas sobre a cultura, a cultura é um processo acumulativo, resultante de toda a experiência histórica das gerações anteriores. Este processo limita ou estimula a ação criativa do indivíduo.

Conceito de festejo

Para fins de melhor compreensão deste tópico, será discutido o conceito de festejo, pois está em discussão, assim como os demais tópicos, tem por objetivo central trazer, por meio do pensamento de alguns teóricos, um panorama mais aprimorado a respeito da importância que os festejos religiosos

representam para a memória social, cultural e religiosa da vida das pessoas que são adeptas dessas manifestações.

Assim, ao falamos de festejo religioso na atualidade estamos nos agarrando sobre as crenças do passado que foram revividas e aprimoradas no presente, para que não viessem a serem esquecidas, dessa forma, o passado é retomado por novas gerações de pessoas empenhadas em fazerem ressurgir antigas tradições culturais.

Vislumbrando as considerações do autor Yomarley Holanda (2020), acerca da percepção de festas populares, tem-se que:

A festa transcende, nela é possível reconhecer os traços antigos, sobrevivências e as resistências culturais; a alma trágica, o ambiente de efervescência e o real momento do gozo não cessam de se libertar do cárcere racional quando da realização de uma festa popular no Brasil (p. 93).

Então, denominada como ordenação social, as festas populares segundo o autor acima citado, agem nos ambientes em que ela é reconfigurada como um ato cultural que faz com que as pessoas se sintam na obrigação de revivê-las e ao mesmo tempo participar dessas manifestações, ou seja, o intuito daquelas pessoas que são as responsáveis em celebrar tais festividades é fortalecer cada vez mais até chegar ao ponto dela se tornar um evento simbólico para a sociedade que pratica, conforme exposto pelo autor Bakhtin “no sistema de festa popular, ela se desenvolveram e se renovaram através de milênios” (1987, p. 247).

Nesse cenário, os “festejos” são uns dos atrativos culturais que promovem na vida das pessoas a memória individual e coletiva do lugar em que são realizados, pois é possível perceber que essas solenidades são uns dos principais agentes culturais que trazem para si o fortalecimento da cultura local de um determinado lugar. O município de Fonte boa é um dos breves

exemplos a respeito dessa questão, pois no referido município é bastante viva e celebrada pela população local a festividade em veneração a santa padroeira da cidade, que a alguns anos traz a participação de pessoas que são direcionadas ao encontro de suas memórias sociais vividas durante as noites que antecede esse evento.

Ao descrever a respeito dessas festividades religiosas e a suas colaborações para memórias individuais e sociais e o fortalecimento das tradições religiosas, o autor Serpa (2007) nos traz que:

As festas e as tradições religiosas pertencem à esfera da experiência, constituindo-se das impressões que o psiquismo incorpora na memória, das excitações que jamais se tornaram conscientes e que, transmitidas ao inconsciente, deixam nele traços mnêmicos duráveis. Memórias individuais e coletivas fundem-se nas sociedades tradicionais através da festa e do culto, onde episódios significativos do passado coletivo são rememorados, "permitindo a cada indivíduo incorporar essas memórias à sua própria experiência, e recordar-se delas, ao mesmo tempo em que recorda seu próprio passado (p. 83).

Percebe-se que os festejos populares se constituem em importantes manifestações da cultura popular de muitos municípios e comunidades tradicionais, pois essas crenças antigas foram herdadas de seus antepassados e se fortaleceram cada vez mais no Brasil, e, assim, através das vivências sociais, a população acabou por aderir esse costume que deram origem aos eventos sagrados que hoje chamamos de festejos populares em honraria a santos(as), dessa forma o autor Claval salienta que:

A cultura é a soma dos comportamentos, dos sabres, das técnicas, dos conhecimentos e dos

valores acumulados pelos indivíduos durante suas vidas e, em outra escala, pelo conjunto dos grupos de que fazem parte. A cultura é herança transmitida de uma geração a outra. Ela tem suas raízes num passado longínquo, que mergulha no território onde seus mortos são enterrados e onde seus deuses se manifestaram. Não é, portanto, um conjunto fechado e imutável de técnicas e de comportamentos (2001, p. 63).

Ainda nesse sentido, acerca do entendimento de festejo, para alguns autores da área, como Holanda que pesquisa a respeito dessa temática e é um dos maiores contribuinte na questão das festas tradicionais, esses atos sociais em sua maioria são vistos como uma opção de lazer ou descanso, pois o festejo é uma oportunidade de fugir um pouco da rotina diária da vida agitada da cidade grande, contudo, é possível perceber que são mediante a esses momentos de efervescência que as pessoas degustam de bons momentos na sociedade e ainda ajudam a promover a harmonia e a solidariedade.

Segundo o autor Holanda (2020):

A tragicidade da festa habita em sua efemeridade, isto é, ela é breve, fugaz, acontece apenas uma vez por ano, isso quando não é suspensa por algum motivo, o que gera tensão social e cobrança; daí advém o prazer, as angústias, o gozo, o desejo de a vivermos intensamente e de aguardamos com ansiedade as próximas, justamente porque almejamos que aqueles instantes vividos sejam eternos, mesmo sabendo que não o são (p. 93).

Nesse caso, a cultura faz parte da vida das pessoas em seu cotidiano e o festejo popular é um exemplo mais breve que pode ser entendido em como a cultura atua em seu meio por ser um dos fenômenos sociais que está sempre sujeito a transformações e mudanças advindas diretamente da sociedade.

Podemos considera que os festejos podem se tornar em sua maioria uma ferramenta social em que os homens se relacionam entre si e ao mesmo tempo reafirmam e criam laços afetivos e solidários. Através desses aspectos, muitos põe em ação a sociabilidade e a harmonia dentro da sociedade, após os homens se relacionarem dentro do ambiente religioso, essas pessoas passam a criar suas identidades sociais e religiosas tudo permeada pela religião.

Segundo os autores Andrade e Nogueira (2014):

As manifestações da cultura popular não podem ser congeladas e molduradas, porque estão enraizadas no dia a dia, pela tradição e pelo significado particular de cada uma delas. Tais práticas ganham significados importantes no cotidiano, que passa a transcorrer no limiar do ordinário e do extraordinário. A cultura e as suas práticas só existem por causa de seus significados para os sujeitos sociais que as vivenciam e delas trazem suas experiências (p. 2).

Por meio desse contexto, podemos relacionar essas vivências culturais aos festejos populares de cunho religioso, que podem ser compreendidos através das ações das pessoas ao longo do tempo que buscaram no meio social diferentes formas para expressar seus sentimentos às divindades espirituais em forma de festa. Diante desses aspectos, daremos ênfase sobre as especulações voltadas para explicar a importância dos festejos religiosos em honraria aos santos católicos e também as contribuições para o desenvolvimento cultural, social e econômico para determinados lugares que celebram essas manifestações populares, pois para Rosendahl (2001), “os valores e crenças prevaletentes em qualquer tempo podem ser tão importantes na influência da produção do espaço urbano como fatores da natureza e da economia” (p. 154).

Podemos perceber o quanto essas práticas populares são importantes para dentro do espaço urbano e rural onde as pessoas estão inseridas, pois, nesse sentido, os festejos contribuíram, ao longo do tempo, como um combustível para sustentar as relações coletivas do ser humano em seu meio social. É importante destacar que essas tradições foram recriadas e reinventadas, o autor Lima (2013), em seu texto sobre as questões relacionadas às manifestações culturais, entende que “isso ocorre pelo fato de estar integrada ao sistema social e de os indivíduos que a vivenciam refletirem tão somente necessidades advindas da condição de interdependência, reflexo, de um modo de vida social” (p. 135).

Em consequência a essas questões culturais, festejar algo sempre fez parte da sociedade, principalmente na vida dos homens que adotaram esses costumes de seus antepassados que celebravam suas graças alcançadas ao longo do ano, mesmo que fosse numa boa colheita em plantios agrícolas ou na criação de animais. Em diferentes sociedades, tudo que envolvia determinada conquista era celebrada em forma de festa, na era contemporânea coube às pessoas reviverem essas práticas e repassarem para as futuras gerações para que elas não desaparecessem em meio às modificações da sociedade.

Seguindo essa discussão, o autor Certeau (1995) destaca que:

A cultura oscila mais essencialmente entre duas formas, das quais uma sempre faz com que se esqueça da outra. De um lado, ela é aquilo que ‘permanece’; do outro, aquilo que se inventa. Há, por um lado, as lentidões, as latências, os atrasos que se acumulam na espessura das mentalidades, certezas e ritualização sociais, via opaca, inflexível, dissimulada nos gestos cotidianos, ao mesmo tempo os mais atuais e milenares. Por outro, as irrupções, os desvios, todas essas margens de uma inventividade de onde gerações futuras extrairão sucessivamente

sua 'cultura erudita'. A cultura é uma noite escura em que dormem as revoluções de há pouco, invisíveis, encerradas nas práticas –, mas pirilampos, e por vezes grandes pássaros noturnos, atravessam-na; aparecimento e criações que delineiam a chance de um outro dia (p. 239).

Outro aspecto considerado nesse processo que enaltece os festejos religiosos, são as misturas que entram em meio às celebrações que vão do rito da fé até as danças, músicas, indumentárias e instrumentos, comidas típicas e adereços religiosos, são essas as formas que a sociedade encontrou para festejar determinada coisa. Durkheim (2001) ressalta que anualmente: “os cultos estão ligados às festas: associam comunhão através da ingestão de alimentos sagrados e oblações (gestos e oferendas). Os cultos são (anuais), pois o ritmo que expressa à vida religiosa expressa o ritmo da vida social” (p. 42, grifo do autor).

Nessa lógica, podemos perceber que o folclore também pode desempenhar determinadas funções sociais no momento em que os festejos estão sendo realizados, de acordo com Durkheim (2001), os festejos servem como uma transmissão de costumes e crenças, ao estabelecer uma ligação entre passado, presente e futuro. Fernandes (1998) argumenta que:

As manifestações folclóricas podem ser sobrevivências de um passado mais ou menos remoto, nem por isso elas devem ser concebidas como algo universalmente vazio de interesse ou de utilidade para os seres humanos. As manifestações folclóricas podem inserir-se entre os elementos mais persistentes e visíveis de certas formas de atuação social. Nem por isso se deve supor que elas desempenham universal e invariável, determinadas funções sociais. Tudo depende da relação existente entre as manifestações folclóricas e o fluxo social (p. 56).

Em suma, cada festa tem uma simbologia importante para sociedade e designa os elementos importantes que dão vida aos festejos, nesse caso, cabe à história adentrar em meio a essas especulações e descrever tal fato em uma narrativa de acontecimentos do passado que pode ser reconstituída e de alguma forma revivida tal qual como ocorreu.

O catolicismo e a religiosidade popular

A religiosidade popular e suas nuances, na atualidade, permanecem vivas na sociedade e partiram da mistura de diferentes camadas sociais, no caso do catolicismo brasileiro, muitas dessas práticas religiosas populares foram recriadas por grupos subalternos que de certo modo eram impedidos de realizarem tais manifestações, por ficarem coagidos a omitir suas manifestações por força das pessoas que detinham o poder.

Segundo o autor Dillmann, “o catolicismo vivenciado no Brasil ultrapassava as fronteiras sociais com sua estratificação, sendo comum um mesmo tipo de manifestação de devoção e demais práticas religiosas compartilhadas por amplos setores sociais, sendo, portanto, popular” (2012, p. 108).

De acordo com o referido autor citado, é possível ter noção de que mesmo quando as pessoas não detinham nenhum poder monetário, nos dias de festas, acabavam por participar juntas daquelas que tinham, dessa forma, as manifestações católicas reunia todas as classes sociais com um só objetivo, que era o de celebrar a devoção a um santo católico.

Ainda partilhando desses aspectos que enaltece essas manifestações eruditas, a autora Reis (2007) afirma que:

O campo de constituição da religiosidade popular no Brasil legitima-se mediante a necessidade de manutenção das manifestações culturais que determinam as condições existenciais da estrutura social em que essa

religiosidade tem maior aderência, como é o caso das regiões rurais, apresentando-se como mediadora dos conflitos sociais, na medida em que revela em sua função mistificadora uma forma de luta de classe, vez que pela religião, os fiéis acreditam ultrapassar o intransponível superando os limites impostos pelas barreiras sociais, denominados de limites da lógica (p. 70).

Em virtudes dos fatos, são através das recriações imaginárias que o catolicismo ganhou tamanho reconhecimento cultural pela população católica, principalmente por aquelas pessoas que viviam no interior do país. Mesmo que a presença de membros eclesiásticos fosse escassa, a população acabava por realizar esses atos festivos por conta própria, sendo assim, o catolicismo brasileiro ganhou uma roupagem diferente do catolicismo europeu e, em consequência disso, a população católica estendeu-se cada vez mais no interior do Brasil. Segundo Azevedo (2002), “se é verdade que o povo brasileiro, exceto um pequeno círculo de fiéis, não liga muito para as coisas da Igreja e mesmo assim se considera católico no sentido pleno, isso não se deve a alguma negatividade, mas deve ser encarado de forma positiva” (p. 13).

Foram através desses feitos decorrentes da devoção aos santos que o catolicismo foi assentado em todo território brasileiro, no entanto, é necessário frisar que com a diversidade religiosa existente no país, o catolicismo ibérico acabou por introduzir em seus meios alguns dos costumes indígenas e africanos.

Considerações finais

Traduzida como um conjunto de práticas simbólicas que são materializadas por meio da cultura de um povo, conforme foi descrito neste presente estudo acerca da religiosidade popular, todas essas manifestações extras religiosas em muitos

casos, como é observada no Brasil, são fenômenos permeados pelo que denominamos de catolicismo popular que sempre estiveram visíveis na vida das pessoas desde o período colonial até nos dias atuais.

Portanto, o referido trabalho se dirigiu na identificação dos elementos que se caracterizam e marcam presença nessas manifestações religiosas na era contemporânea, com isso por meio de conceitos embasados na História cultural, Antropologia e Economia, que alicerçaram o incremento teórico-metodológico do referido capítulo.

- AZEVEDO, T. *O catolicismo no Brasil: um campo para a pesquisa social*. Salvador: Edufba, 2002.
- AGASSIZ, A. F. *Sociedade e cultura em evolução*. 1. ed. Campinas, SP: Edcamp, 2004.
- ANDRADE, W.L. Catolicismo Popular Enquanto Expressão Da Cultura Popular: Práticas e Apropriações em Quirinópolis (GO). *In: Democracias e ditaduras em mundo contemporâneo*. Aquidauana, MS: UFMS/CPAQ, 2014. Disponível em: <http://www.encontro.ms.anpuh.org>. Acesso em: 25/11/2022.
- BAKHTIN, M. M. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo: HUCITEC; [Brasília]: Editora da universidade de Brasília, 1987.
- BENEDETTI, L. R. *Templo, praça, coração*. A articulação do campo religioso católico. São Paulo: Humanistas publicações/ FFLCH/USP-CER, 2000.
- CARVALHO JUNIOR, A. D. *Índios cristãos: a conversão dos gentios na Amazônia portuguesa (1653-1769)*. Campinas, SP: [s.n.], 2005.
- CERTEAU, M. *A cultura no plural*. Campinas: Papyrus, 1995.
- CHAHON, S. Visões da religiosidade católica no Brasil Colonial. *Revista Digital Simonsen*, Rio de Janeiro, n. 1, dez. 2014. Disponível em: www.simonsin.br/revistasimonsen. Acesso em: 05 jan. 2022.
- CLAVAL, P. *A geografia Cultural*. 2. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2001.
- COSTA SOBRINHO, J. B. O ritmo da vida religiosa no interior do Brasil. *Fragmentos de cultura*, Goiania, v. 11, n. 1, jan./fev. 2001.
- CUCHE, D. *A noção de cultura nas ciências sociais*. 2. ed. Bauru: Ed. da USC, 2002.
- DILLMANN, M. Religiosidade popular católica no Brasil durante a vigência do padroado. *Revista Espaço Acadêmico*, v. 12, n. 138, 2012. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/17391>. Acesso em: 10 mar. 2022.
- DURKHEIM, E. *As formas elementares de vida religiosa: O sistema totêmico na Austrália*. São Paulo: Paulus, 2001.
- FERNANDES, F. O folclore de uma cidade em mudança. *In: OLIVEIRA, P. S. (org.). Metodologia das ciências humanas*. São Paulo: HUCITEC/UNESP, 1998.



GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC-Livros técnicos e científicos, 1989.

GIL FILHO, S. F. Estrutura e territorialidade católica no Brasil. *Revista electrónica de geografía y ciencias sociales*, v. 10, n. 15, jan. 2006. Disponível em: <http://www.ub.es/gocrit>. Acesso em: 12 mar. 2022.

HOLANDA, Y. L. *O artista-andarilho da Amazônia e o florescer de sua práxis-poiesis na festa popular*. Manaus: EDUA; São Paulo: Alexa Cultural, 2020.

HOLANDA, Y. L. *A festa na cidade que o barranco levou: dinâmicas culturais e políticas do brincar de boi em Fonte Boa (AM)*. Manaus: UFAM, 2010.

ISAMBERT, F. A. *Le sensdusacrê: fête et religion populaire*. Paris: De Minuit, 1992.

JARAMILLO, R. G. *Religioso/Espiritual: Vivências de Familiares de Crianças e Adolescentes com Câncer 2019*. 124 folhas. Tese (Doutorado) - Departamento de Enfermagem, Faculdade de Ciências da Saúde, Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

LARAIA, R. B. *Cultura: uni conceito antropológico*. 14. ed. Rio de Janeiro: Jorge "Zahar Ed., 2001.

LIMA, Y. S. S. Culto, devoção e santidade: um estudo bibliográfico sobre o processo santoral na religiosidade cristã. *Nova Revista Amazônica*, v. 1, n. 2, jul./dez. 2013. Disponível em: <http://www.periodicos.UFPA.br>. Acesso em: 14 jul. 2022.

MARCONI, M. A.; PRESOTTO, Z. M. N. *Antropologia: uma introdução*. São Paulo: Atlas, 2005.

REIS, J. C. Religiosidade popular: o poder simbólico cultural e a interpretação. *Revista Mosaicum*, n. 6, ago/dez. 2007. Disponível em: <http://www.revista.mosaicum.org.br>. Acesso em: 10 out. 2022.

SERPA, A. Cultura de massa versus cultura popular na cidade do espetáculo e da "retradionalização". *Espaço e Cultura*, RJ, n. 19-20, p. 79-96, jan./dez. 2007. Disponível em: <https://www.e-publicações.uerj.br/index.php/espaoecultura>.

SILVA W. A. S. *Religião e sociedade contemporânea: Uma análise da religião no mundo atual*. Aparecida do Taboado: Secretaria municipal de Educação, cultura, esporte e lazer de Aparecida do Taboado. Minas Gerais, 2007.

TINHORÃO, J. R. *As festas no Brasil colonial*. São Paulo: Editora brasiliense, 2000.

Sobre os autores

Sidney Barata de Aguiar

O autor é professor das redes públicas de educação do Estado do Amazonas (SEDUC) e do município de Manaus (SEMED). É Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Mestre em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

Tenner Inauhiny de Abreu

O autor é professor adjunto na Universidade do Estado do Amazonas, vinculado ao colegiado de História no CEST/UEA. Mestre em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Possui Doutorado em História pela Universidade de Brasília (UnB)

Almeno Junior Costa de Moraes

O autor possui licenciatura em História pelo Universidade do Estado do Amazonas CEST/UEA. É especialista no ensino de filosofia e sociologia pela faculdade UNINA. É professor titular da Rede municipal de educação no município de Fonte Boa-AM. É professor de filosofia no CETI Naide Lins de Albuquerque

André Luiz Passos Araújo

O autor é professor contratado na Universidade do Estado do Amazonas, no Núcleo de Ensino Superior de Novo Aripuanã. É licenciado em História pela Universidade do Estado do Amazonas - CESP/UEA. É mestre em História pelo Programa de pós-graduação em História da Universidade Federal do Amazonas - PPGH/UFAM

Fabielle Ribeiro Esperança de Abreu

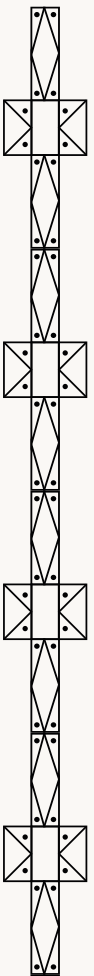
A autora é professora da rede pública municipal em Tefé e licenciada em História pela Universidade do Estado do Amazonas - CEST/UEA

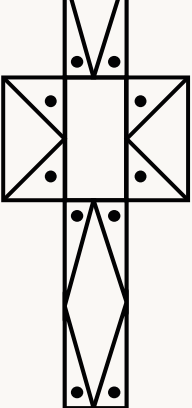
Jubrael Mesquita da Silva

O autor é professor assistente na Universidade do Estado do Amazonas, vinculado ao colegiado de Geografia no CEST/UEA. Possui mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina

Luciano Everton Costa Teles

O autor é professor adjunto na Universidade do Estado do Amazonas, vinculado ao colegiado de História no CEST/UEA. Mestre em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Possui Doutorado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: lcteles@uea.edu.br





título Clio diante do espelho:
acervos, arquivos e o ofício do
historiador no Amazonas

organizadores Sidney Barata de Aguiar.
Tenner Inauhiny de Abreu

tipografias Helvetica
Magister

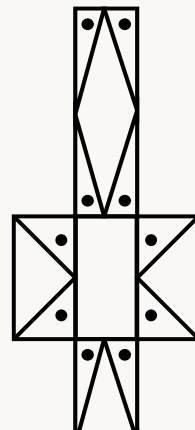
número de páginas 158



para conhecer mais da **editora UEA** e de nossas
publicações, acesse o qr code abaixo



ueaeditora





editora
UEA

ANPUH AM
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA



INSTITUTO FEDERAL
Amazonas



UEA
UNIVERSIDADE
DO ESTADO DO
AMAZONAS



UFAM



IPHAN

INSTITUTO
BRASILEIRO DE
PATRIMÔNIO
HISTÓRICO
E ARTÍSTICO

**MINISTÉRIO DA
CULTURA**

**MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO**

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO